



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**



Mestrado em Geografia

LUCIANA OLIVEIRA ROCHA

**TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DE BARRA DO CHOÇA/BA
APÓS A IMPLANTAÇÃO DA CAFEICULTURA:
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO**

Salvador/BA
2011

LUCIANA OLIVEIRA ROCHA

**TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DE BARRA DO CHOÇA/BA
APÓS A IMPLANTAÇÃO DA CAFEICULTURA:
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia- UFBA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Antonio Puentes Torres

Salvador/BA
2011

R672 Rocha, Luciana Oliveira.

Transformações na cidade de Barra do Choça/BA após a implantação da cafeicultura: uma análise da relação cidade-campo / Luciana Oliveira Rocha. _ Salvador, 2010.

137f. il.

Orientador: Prof.Dr. Antonio Puentes Torres.

Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2011.

1. Café – Cultivo – Barra do Choça (BA). 2. Espaço geográfico – Barra do Choça (BA). 3. Migração – Aspectos econômicos (BA). 4. Mão-de-obra rural - Bahia. I. Torres, Antonio Puentes. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 633.73(813.8)

Elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia.

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA OLIVEIRA ROCHA

**TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DE BARRA DO CHOÇA/BA
APÓS A IMPLANTAÇÃO DA CAFEICULTURA:
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO**

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Antonio Puentes Torres (Orientador)

Doutor em Hidrologia Florestal

Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

Dr. Alcides dos Santos Caldas

Doutor em Geografia

Departamento de Geografia, UFBA, Brasil

Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos

Doutor em Geografia, UESB, Brasil

Salvador/BA

2011

*À memória do meu pai,
Antonio Carlos*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é um fruto coletivo, pois várias pessoas contribuíram e, sobretudo, acreditaram na sua realização e concretização. Confesso que não foram fáceis as idas e vindas, os tropeços e os percalços encontrados no caminho. Mas, o melhor da vida é que a gente sempre encontra no nosso caminhar pessoas, que são seres humanos abençoadas por Deus e que contribuem de forma significativa para a idealização dos nossos sonhos. Assim, não posso deixar de citar os nomes e agradecer-las por tudo o que fizeram por mim nesta etapa da minha vida: ora conturbada, ora tranqüila, mas acima de tudo gratificante. Agradeço de maneira especial:

À Deus, por ter me concedido a vida e muita força para continuar a difícil caminhada e por ter-me feito acreditar que “tudo posso naquele que me fortalece”.

À minha mãe, um exemplo de mulher guerreira, que sempre nos ensinou que é pra frente que se anda, obrigada pelos seus ensinamentos e pelo exemplo de vida.

À minha irmã e segunda mãe Ana, você sempre esteve presente nos momentos mais difíceis e me deu as mãos sempre, minha eterna gratidão.

Aos meus filhos Otavio e Rafael, razão de tantas lutas, idas e vindas.

À Gesiel, meu segundo pai, que acreditou que eu poderia alçar novos vãos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Puentes, pela acolhida, pelas orientações, pelo ser humano que habita em você.

Ao meu co-orientador, Prof. MSc. Clímaco Dias, suas intervenções foram muito importantes para a concretização deste trabalho.

À Gerenice, as suas orações foram fortes; és uma mulher de Deus.

À minha amiga do coração, Jane; a sua acolhida foi uma luz na minha estrada.

À Prof. Dra. Guiomar Inez Germani; que Deus ilumine sempre o seu caminho é uma pessoa de luz.

Ao colega Joseval, o seu ombro foi uma fortaleza para mim.

Ao jovem Itanajara, Secretário do Mestrado em Geografia da UFBA, um ser humano simpático e iluminado por Deus. Você me motivou durante todo o curso com a frase: quando a gente acha que já sabe todas as respostas, a vida vem muda as perguntas. Seu astral é contagiante.

À Banca Examinadora, nas pessoas dos Professores Alcides Caldas e Janio Santos (você foi um mestre, valeu!), pela disposição e contribuição no aperfeiçoamento da pesquisa.

São agradecimentos eternos a pessoas indispensáveis nessa caminhada tão difícil e espinhosa. Às vezes cheguei a acreditar que não conseguiria, mas uma força que veio de Deus me fez erguer a cabeça, sacudir a poeira e dar a volta por cima.

*Quando não houver saída
Quando não houver mais solução
Ainda há de haver saída
Nenhuma idéia vale uma vida...
Quando não houver esperança
Quando não restar nem ilusão
Ainda há de haver esperança
Em cada um de nós
Algo de uma criança...
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol...
Quando não houver caminho
Mesmo sem amor, sem direção
A sós ninguém está sozinho
É caminhando
Que se faz o caminho...
Quando não houver desejo
Quando não restar nem mesmo dor
Ainda há de haver desejo
Em cada um de nós
Aonde Deus colocou...
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol...
Enquanto Houver Sol
Sérgio Britto*

RESUMO

A pesquisa faz uma abordagem sobre as transformações ocorridas na cidade de Barra do Choça-BA, após implantação da lavoura cafeeira, período compreendido entre os anos de 1972 a 2008. A análise perpassa sobre um relato histórico da implantação do café no Brasil, na Bahia e no município de Barra do Choça, como um fator responsável pelo crescimento da cidade e pelo processo migratório no município. Assim, tomamos como referência os períodos de apogeu e crise da cafeicultura para analisar o espaço geográfico do município, com base nos pesquisadores que estudam as cidades pequenas, como espaços com modos de vida urbanos e rurais, na tentativa de conceituar a cidade tendo como parâmetros, não apenas aspectos quantitativos, mas, sobretudo, o modo de vida das pessoas que habitam, constroem e reconstróem esse espaço. Relatamos a importância da cafeicultura na organização do espaço como um aspecto fundamental a ser destacado, pois, através de sua inserção na economia do município, começaram a surgir mudanças socioeconômicas e estruturais. Essas mudanças contribuíram para a construção e expansão da cidade. Nesse contexto, o trabalho apresenta os agentes envolvidos no processo, como também o significativo crescimento demográfico da cidade de Barra do Choça, nos períodos de maiores índices de colheita do café, pois, nesses contextos, o município apresentou um crescimento populacional superior aos demais municípios, período entre 1991-2000, época em que o café teve o seu apogeu. Entre os anos de 2000-2007, verificamos que houve uma queda no índice de crescimento demográfico, período em que a lavoura cafeeira passou por fortes crises de produção e, conseqüentemente, a demanda por mão-de-obra diminuiu, contribuindo para o êxodo urbano provocado pela falta de ocupação dos moradores. Nessa perspectiva de análise, é importante observar que a implantação da cafeicultura no município de Barra do Choça contribuiu para as transformações nas relações campo/cidade.

Palavras-Chaves: Cultura de café, rural, urbano, campo, cidade, relações sociais, modos de vida.

ABSTRACT

This analysis a reference to the transformations occurred in the city of Barra do Choça since the coffee culture implementation. It refers to the period from 1972 to 2008. The analysis includes a narrative of the coffee culture in Brazil, Bahia and Barra do Choça. With regards to the referred city, the coffee culture was a responsible factor to its expansion and for the migration process. Its highest peak and crisis were utilized in the analysis of the geographic space of the city based on the researchers who studied small cities as spaces with urban and agrarian life modes. They try to conceptualize the cities not only inside the quantitative parameters, but also inside the modes of life, the people who live, build and rebuild this space. The study regarding the importance of the coffee culture is a fundamental aspect to be considered. Because of its insertion in the city economy, structural economical changes were verified in the city. These changes helped in the city's urban construction and expansion. In this context, this paper proposes the comprehension of the city from the introduction of the coffee crop as a generator of richness and misery. It shows how the production originated, the agents involved in the process as well as the considerable demographic expansion in the city of Barra do Choça during the coffee harvest. During the years from 1991 to 2000, the area presented a population growth superior to the other cities. This period coincides with the period of the coffee culture highest peak. From 2000 to 2007, was verified a decline in the demographic growth. This period is known as a period in which the production went throw immense crisis and, consequently, a decline in the working force demand. It contributed to the urban exodus caused by the lack of jobs in the region. Inside this perspective of analysis, it's important to notice that the coffee culture implementation in the city of Barra do Choça contributed to the transformations in the relationship between rural and city.

KEY WORDS: coffee culture, rural, urban, city, social relationships, modes of life.

LISTA DE SIGLAS:

AST- Consultoria E Planejamento Ltda

CEABA- Centro de Abastecimento de Barra do Choça

CNC- Conselho Nacional do Café

DNC-Departamento Nacional do Café

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto Sobre Mercadorias e Serviços

ITR- Imposto Territorial Rural

PAM-Produção Agrícola Municipal

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PAM-Produção Agrícola Municipal

PIB -Produto Interno Bruto

PDU- Plano Diretor Urbano

PRRC - Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais

SEI- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAN- Superintendência de Planejamento

SEAGRI- Secretaria de Agricultura da Bahia

SEINFRA -Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Área colhida e produção de café, 1975/2008.....	34
Tabela 02- Crescimento populacional no município de Barra do Choça 1970/2008.....	35
Tabela 03- População urbana, rural, total e taxa de urbanização 1940/2000.....	39
Tabela 04- Trabalhadores absorvidos pela lavoura cafeeira, 2009.....	61
Tabela 05- Renda mensal familiar no período da entressafra.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa de Localização do município de Barra do Choça-Ba.....	43
Figura 02- Mapa da rota dos tropeiros.....	46
Figura 03- Casas localizadas na entrada da cidade, na Rua São José.....	57
Figura 04- Tipos de casas no centro da cidade.....	58
Figura 05- Av. Getúlio Vargas em 1972.....	59
Figura 06- Av. Getúlio Vargas em 2011.....	60
Figura 07- Primeiro momento de expansão da cidade de Barra do Choça.....	63
Figura 08- Modelo de casa antiga em Barra do Choça.....	65
Figura 09- Segundo momento de expansão da cidade de Barra do Choça, 1990.....	66
Figura 10- Ginásio de esportes Oberdan Rocha.....	68
Figura 11- Praça do ginásio de esportes.....	68
Figura 12- Praça do ginásio de esportes.....	69
Figura 13- Tipos de casas no Bairro Bela Vista.....	70
Figura 14- Praça do Café.....	71
Figura 15- Modelo de casas no Bairro Bom Retiro.....	72
Figura 16- Casas no Bairro Ouro Verde.....	78
Figura 17- Conjunto habitacional do Projeto Viver Melhor.....	79
Figura 18- Terceiro momento de expansão da cidade de Barra do Choça.....	80
Figura 19- Quarto momento de expansão da cidade.....	81
Figura 20- Casa no Loteamento Cidade Jardim.....	82
Figura 21- Casa no Loteamento Cidade Jardim.....	82
Figura 22- Feira do CEABA.....	95
Figura 23- CEABA.....	95
Figura 24- Parte externa do CEABA.....	95

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 02- Atividades a que se dedicam os moradores da cidade.....	102
Gráfico 01- Motivos que levaram as pessoas a morar em Barra do Choça.....	67
Gráfico 02- Dependência que a família tem com o campo.....	90
Gráfico 03- Qual a importância da propriedade no campo para a família.....	92

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

LISTAS DE SIGLAS

LISTAS DE TABELAS

LISTAS DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

1.0. INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA DA CAFEICULTURA E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA	20
1.1. O café no Brasil: pequeno histórico	21
1.2. A trajetória da implantação da cultura cafeeira na Bahia	28
1.3. A Inserção do café no Município de Barra do Choça/BA	33
1.4. A história do município de Barra do Choça com base em uma análise geográfica.....	45
1.5. Emancipação política do município de Barra do Choça.....	50
CAPÍTULO II: A ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE BARRA DO CHOÇA	53
2.1. A dinâmica interna da cidade de Barra do Choça- Ba após a implantação da Cafeicultura	54
2.2. A expansão da cidade: dos primeiros loteamentos aos dias atuais.....	60
2.3. O plano diretor do município de Barra do Choça.....	81
CAPÍTULO III: AS INTER-RELAÇÕES ENTRE A CIDADE E O CAMPO	85
3.1. A questão da relação cidade-campo	86
3.2. A relação cidade-campo em Barra do Choça.....	88
3.3. Uma abordagem sobre a cidade e o urbano.....	95
3.4. Uma análise do rural e do urbano em Barra do Choça.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110

REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	118
Apêndices I: Modelo do questionário	
Apêndice II: Roteiros das entrevistas	
ANEXOS	123
Anexo I: Ação Anulatória	
Anexo II: Lei Complementar do Plano Diretor de Barra do Choça/BA	

CAPÍTULO I:

**A TRAJETÓRIA DA CAFEICULTURA E A FORMAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA/BA**

1.1. O café no Brasil: pequeno histórico

Para um entendimento da trajetória do café no Brasil, faremos uma trajetória do processo de implantação da cultura cafeeira, com um breve resgate histórico tendo como base as mudanças ocorridas na dinâmica econômica, política e social, bem como as contribuições e alterações que o desenvolvimento do cultivo desse produto decorreu no processo de contribuições urbanização brasileira. Assim, como afirma Becker:

O café expandiu-se vigorosamente, devido a várias condições, entre elas a alta de preços, a ampla disponibilidade de terras graças à extensão das ferrovias, a oferta abundante de trabalho gerada pela imigração maciça- para a produção e para seu segmento urbano- e a transferência de renda para o capital cafeeiro promovida pelo Estado. (BECKER, 1994, p.27).

Nesse contexto, podemos afirmar que com a implantação do café no Brasil, houve muitas transformações nos espaços da cidade e do campo, influenciando diretamente nos setores econômicos, políticos e sociais. O Estado atuou como um importante incentivador para a implantação do café, sendo um instrumento fundamental no processo de acumulação do capital, estando presente diretamente tanto como motor do crescimento econômico, como na atividade produtiva. (BECKER, 1994, p. 29).

A autora ainda ressalta que o Estado estava cumprindo com a sua parceria com a política externa, que tinha como principal objetivo produzir riquezas privilegiando as classes mais favorecidas daquele momento histórico: a burguesia cafeeira.

As políticas agrícolas adotadas no Brasil, desde o período colonial, foram pautadas na exploração do proprietário pelo trabalhador, visando manter sobre o seu controle não apenas o mercado de bens e produtos, mas, também e principalmente, o de força de trabalho, porque é exatamente essa força de

trabalho que gera riqueza e constrói os espaços habitados (BECKER, 1994, p. 31).

Podemos afirmar então, que a implantação da cafeicultura, contribuiu de maneira significativa com o processo de urbanização brasileira porque fez com que pessoas que moravam no campo migrassem para a cidade¹, passando de pequeno proprietário/produtor para trabalhador braçal.

Para Santos M. (2008, p. 34), a urbanização pode ser entendida como, a urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos. Assim, de acordo com o autor, a urbanização é um processo dinâmico em que as diferenças no território são diferenças sociais e não mais naturais. Estão centradas não apenas nos equipamentos urbanos, mas na dinâmica populacional e mobilidade social das pessoas que habitam a cidade.

Uma questão importante, porque a abordagem da pesquisa perpassa pelo conceito de urbanização enquanto processo social e histórico, a dinâmica construída com base no espaço de vivência dos cidadãos e não sobre a análise da implantação de equipamentos urbanos de infra-estrutura como analisa os engenheiros e urbanistas, algo bastante criticado e apontado por Spósito (2004, p. 28).

O processo de urbanização brasileira pode ser entendido através de uma abordagem preliminar sobre o Brasil agrário, pois durante séculos, o Brasil como um todo foi um país agrário, um país “essencialmente agrícola”. O Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram antes do restante do território, um processo então notável de urbanização, bem como, de Salvador, onde deu início o processo de urbanização do país (SANTOS, M. 2008, p. 37). E no dizer de Lucion (2006, p. 45), o processo de urbanização do Brasil é melhor compreendido quando é resgatado sua estrutura em três grandes períodos: o Brasil- colônia, o Brasil Império- República- Velha e o Brasil Pós- 1930.

¹ Esse processo migratório aconteceu, sobretudo porque o pequeno proprietário vendeu suas terras para o latifundiário e passou a viver em cidades.

Assim, podemos afirmar que por muitos anos o Brasil foi um país agrário com a grande maioria da sua população residindo no campo, sendo esta a base da nossa sociedade no período colonial. Como afirma Santos, M. (2008, p. 39), os fazendeiros e senhores de engenho iniciaram o processo de migração campo-cidade fixando sua residência mais importante na cidade, indo para o campo para realizar as atividades com cana-de-açúcar.

Ademais, conforme o referido autor, nesse período compreendido entre o século XVIII e início do século XIX, os lugares mantinham fracas relações entre si, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Ainda, para o autor, dois fatores são destacados para iniciar o povoamento das cidades e a acumulação de riquezas: a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral (SANTOS, M. 2008, p. 40).

Percebe-se nesse contexto, que os primeiros impulsos para o processo de urbanização no Brasil, iniciam com a maior relação entre os lugares e estas são permeadas, sobretudo, pela relação cidade-campo, acentuadas a princípio pelo fator econômico.

O aumento do processo de urbanização no Brasil foi consolidado a partir da segunda metade do século XIX com a produção de café em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na análise de Santos, M. (2008, p. 45), em função da produção do café, o estado de São Paulo se tornou o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Com a produção de café, emergiu o processo de industrialização consubstanciado com a criação de elementos de infra-estrutura urbana, como a construção de ferrovias, estradas, ampliação do comércio, enfim, desenha uma nova dinâmica no território. Esse processo de industrialização impulsiona a urbanização marcada num primeiro momento pelo crescimento demográfico nas cidades médias e maiores (SANTOS, M. 2008, p. 52).

De acordo com o mesmo autor, podemos compreender a evolução do processo de urbanização no Brasil através da evolução na dinâmica dos índices de urbanização. Assim, entre os anos de 1940 e 1991, com índices de

urbanização respectivos de 26,35% e 77,13%, o que se observou, mormente, nas últimas décadas foi um aumento da população que passou a viver na cidade, fato explicado por Santos, M (2008, p. 54), pelo grande crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e da decrescente taxa de mortalidade, ambas causadas por progressos sanitários e a melhoria relativa dos padrões de vida e a própria urbanização.

Portanto, cabe ressaltar, que esse processo não se deu de forma homogênea nas regiões brasileiras, pois a expansão agrícola e as migrações inter-regionais se diferenciam no território brasileiro, até porque a dimensão continental do país e as contradições encontradas nesse espaço dificultam acontecimentos homogêneos.

Para Torres, Neto e Kassai (2000), o café foi um produto muito importante para acelerar o processo de urbanização. Sua implantação no Brasil se deu em 1727, quando o sargento mor Francisco de Mello Palheta recebeu de presente das mãos de Madame d'Orvilliers, esposa do governador de Caiena² algumas sementes de café. As sementes de café tinham um grande valor comercial. Assim, o sargento Mor conseguiu trazer muitas sementes para o Brasil, que a princípio foram cultivadas no Pará, seguindo para o Maranhão e Bahia. O café foi levado também para o sul, chegando ao Rio de Janeiro em 1760, espalhando-se para a Baixada Fluminense, Sul de Minas Gerais e Espírito Santo. Ainda, segundo os autores,

O desenvolvimento do café em São Paulo e Paraná no século XIX e XX, graças à terra roxa e ao clima, permitiu o crescimento de várias cidades, como Araraquara, Bauru, Campinas, Catanduva, Itú, Jundiaí, Limeira, Olímpia, São Carlos, Sorocaba, Ribeirão Preto em São Paulo, e as cidades de Londrina e Maringá no Paraná. (TORRES,NETO E KASSAI,2000, p.3-4)

Entre os anos de 1760 a 1762, o café foi plantado no norte do Rio de Janeiro, mas somente quatro mudas vingaram. A partir de 1783, o café foi plantado nas regiões de Morro Redondo, Ponte Alta e Taquaral no estado do Rio de Janeiro. Em 1802, iniciou o comércio de fazendas com cafezais plantados em

² FAMAT em Revista- nº 4- abril de 2005.

Campinas- SP. Os fazendeiros da época afirmavam que existia um diferencial entre a cultura do café e a de cana-de-açúcar, pois o café dava menos trabalho, além de exigir uma mão-de-obra menor de escravos.

A trajetória do café percorreu Resende, Zonas da Baixada, Vale do Paraíba e toda a zona montanhosa, configurando num período chamado de ouro verde, traduzindo em um produto muito importante para a economia brasileira, com uma rotina bem típica quando chegava a uma região: desbravar matas virgens, plantar, colher e exportar (SANTOS, A.1987, p. 45).

O ciclo do café no Brasil foi marcado por alguns fatores importantes para que a lavoura prosperasse e chegasse ao seu apogeu. Para Toledo (2002, p. 25), o ciclo do café constitui-se de três fatores fundamentais:

- 1- A cultura cafeeira seguiu os moldes de tradicionais e clássicos da agricultura, fundada na grande propriedade monocultora;
- 2- Os fatores geográficos eram áreas de vales, com existência de mares de morros, com acumulação de húmus na terra. O clima ameno ou temperado também é um fator favorável;
- 3- Os fatores sociais. O vale do Paraíba tinha uma ampla gama de agricultores, com a necessidade de um produto que substituísse a mineração decadente.

Com base nesses três fatores, entendemos que a implantação da cafeicultura, pautada no modo de produção capitalista, decorreu no fortalecimento de uma economia mercantil, como também a exploração do trabalhador braçal que estava desempregado por conta da decadência da mineração, e oferecia uma mão-de-obra barata.

Esses fatores fortaleciam a expansão da lavoura do café, tornando-o o principal produto para exportação do Brasil. Por volta de 1830, o café transformou-se no principal produto de exportação, ultrapassando o algodão e o açúcar, e em 1845, o Brasil já era responsável por 45% das exportações mundiais do produto (EMBRAPA, 2009).

Contudo, Santos, A. (1987:35), afirma que:

A expansão territorial da cultura cafeeira não pode ser compreendida, apenas por uma ótica que situe os problemas e os interesses localizados apenas no seu próprio âmbito. As causas concretas da descentralização do café no país estão vinculadas ao próprio movimento de acumulação em direção a outros setores e regiões, em sua trajetória de incorporação dos espaços (SANTOS, A, 1987, p. 35).

Assim, com a crescente expansão da lavoura cafeeira, esse produto se constituiu num importante fator de crescimento do país, visto que atrelado à produção, estava à construção de ferrovias, portos, a ampliação do número de bancos.

Todavia, a influência do café está relacionada não apenas com a economia, mas, sobretudo, com as questões políticas e sociais. A inserção da cafeicultura no Brasil propiciou a concentração demográfica estabelecendo diferentes relações sociais nestes espaços. Dessa forma, a implantação da cafeicultura pode ser considerada um importante fator de crescimento e aglomeração urbana, pois mesmo o trabalho sendo realizado no campo, muitas pessoas habitava as cidades próximas dos cafezais, sobretudo no início da produção cafeeira no Brasil, quando os pequenos produtores vendiam os seus pedaços de terra e mudavam-se para a cidade mas continuavam com os laços no campo porque era a sua fonte de renda.

Em meados do século XIX, ocorreu a descentralização da produção do café. Antes desse período, espacializava-se no Paraná e em São Paulo e, posteriormente, no interior do país, em municípios onde as condições climáticas favorecessem a produção. Cabe ressaltar que apesar da produção estar descentralizada, o comércio ainda é centralizado porque atende a Região Sudeste (Santos, A.1987, p. 27).

A proliferação de fazendas de café e a grande importância econômica do produto aceleraram a produção, e, somado a isso, tornou-se o produto mais importante para exportação, sendo que, em 1906, o Brasil exportou 22 milhões de sacas. Nesse mesmo período, foi celebrado o acordo de Taubaté, em São Paulo, no qual se firmava um convênio entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para, a fim de valorizar o café, regular o seu comércio, promover o

aumento do seu consumo e a criação da Caixa de Conversão fixando o valor da moeda, de acordo com o pensamento de Santos, A. (1987, p.35).

Nesse contexto, podemos afirmar que, com a grande difusão do café no Brasil no século XIX, esse produto teve importância na construção da sociedade em vários momentos da história, desde a colonização do interior de São Paulo até a dinamização de diversos municípios.

Em 1929, a crise na Bolsa de Nova York, sentida na produção de café ocasionou uma desestabilização no mercado interno. Os financiamentos junto aos bancos estrangeiros foram interrompidos e os preços despencaram, levando o setor a uma enorme crise. Para Ricci,

As crises que surgiram e seus efeitos, principalmente a de 1929, que culminou com o fim da política de defesa do preço do café que se criara desde 1906 e com a inusitada queima (literal) dos estoques, sempre direcionada pelo equilíbrio das contas externas e do mercado interno do país (RICCI, 2008, p. 172).

Com a crise de 1929, emergiu também uma queda brusca no preço do café, o que gerou um excedente de produção e afetou o produtor e todos envolvidos no processo.

Para dinamizar e restabelecer a produção cafeeira, após a crise de 1929, o governo intervêm criando o Conselho Nacional do Café (CNC), sendo substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, e que foi extinto em 1946. Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), formado por cafeicultores, objetivando estabelecer diretrizes da política cafeeira até 1989. Com a extinção do IBC, o governo criou em 1996, o Conselho Deliberativo da Política do Café, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atua até hoje. (SEAGRI, 2000).

Somado a isso, é importante reafirmar que a cafeicultura foi um importante fator de desenvolvimento do país. No dizer de Becker,

O complexo exportador cafeeiro criou várias condições para o surgimento da indústria de substituição das importações. Essas condições inclinaram por bens saláris nas áreas de produção e no seu segmento urbano; a existência de lucros comerciais

excedentes, na burguesia cafeeira; na ação do estado cedendo farto crédito à agricultura (BECKER, 1994, p. 74).

Dessa forma, o país entrou num outro momento histórico, a era industrial que acelerou o processo de urbanização aumentando o número de migração campo-cidade. Para Santos, M.,

A Revolução Industrial se apresenta como um novo ponto de partida para a urbanização no mundo e, se ela deu origem a uma presença humana cada vez mais importante nas cidades, também contribuiu para a multiplicação do número dessas aglomerações gigantescas que, dentro de seus limites, concentram muitos milhões de habitantes (SANTOS, M. 2008, p. 27).

O processo de industrialização no Brasil provocou muitas alterações na dinâmica populacional acentuando ainda mais a migração campo-cidade, e fazendo com que muitas pessoas passassem a viver nas cidades pela proximidade da indústria, pela dificuldade de deslocamento, enfim, podemos afirmar que a industrialização foi o principal fator do aumento do processo migratório.

Para um entendimento sobre as transformações ocorridas nos espaços geográficos através da implantação da cafeicultura, com a finalidade de articular as escalas, é necessário abordarmos de que forma esse processo se deu na Bahia, bem como as transformações urbanas que foram feitas no estado com o advento da cafeicultura.

1.2. A trajetória da implantação da cultura cafeeira na Bahia

No que se refere à implantação da cafeicultura na Bahia, há relatos de cultivo no Estado desde 1770. Contudo, a cultura não se expandiu como nos Estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; porque nesse período

histórico a cultura do café estava em grande expansão nessas áreas, e somente após as crises no comércio foi que a cafeicultura descentralizou dessas regiões devido a alguns fatores que serão enumerados a seguir. (DUTRA NETO, 2001, p. 16).

Somente a partir de 1970 iniciou o cultivo da cafeicultura na Bahia, efetivamente. A reintrodução do café na Bahia se deu graças a alguns importantes fatores. Entre eles, podemos citar: as fortes geadas na região Centro-Sul do Brasil, o plantio de café não suporta fortes geadas porque as folhas das plantas são queimadas ocasionando perda e até mesmo menor produtividade, como relata Santos, A.(1987) em seu estudo,

À baixa produtividade de uma parcela substancial da população cafeeira localizada nesses Estados, somaram-se as fortes geadas ocorridas em alguns anos, que resultaram em perdas de grande vulto (as perdas no Paraná, em 1975, foram totais) e a ferrugem que também trouxe danos à quase metade da produção brasileira (SANTOS, A. 1987, p. 36).

Com a grande perda da produção cafeeira nessas regiões, uma das políticas públicas adotadas pelo governo foi descentralizar a produção para garantir uma melhor colheita; outro fator importante a ser destacado foi à incorporação de novos espaços de produção que atendessem a interesses de grandes empresas capitalistas que pretendiam expandir o comércio com a venda de produtos utilizados na cultura cafeeira desde o plantio até a etapa final. Utilizando novamente os estudos de Santos, A.,

É nesse contexto que se pode compreender e avaliar a real dimensão e o significado das transformações ocorridas no setor rural do Estado, que podem ser apreendidas através de seus traços mais relevantes. Um primeiro aspecto a ser destacado é que a expansão do café na Bahia se realiza sob a égide de padrões técnicos dos mais avançados: utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas e corretivos assim como máquinas e equipamentos modernos em quase todas as etapas do cultivo (SANTOS, A. 1997, p. 37)

Entende-se que a ação do Estado em organizar/alterar o espaço se faz presente nesse processo de descentralização. Assim, fica claro que esse “arranjo espacial” visava favorecer num primeiro momento, a inserção de empresas do ramo em outros Estados, e conseqüentemente, os municípios que por não possuírem um alicerce econômico que garantisse o seu crescimento, abarcaram e rapidamente aceitaram a nova cultura na expectativa de garantir um futuro promissor.

Outro fator que incentivou a descentralização do café foi o fato de que algumas fazendas antigas tinham cafezais muito velhos que não favoreciam uma boa produtividade. Assim, os produtores preferiram arrancar os pés de café. Também, a ferrugem, um tipo de praga nos cafezais estava se alastrando e fazendo com que a produção diminuísse. E com a chegada da soja que oferecia maior rentabilidade, os fazendeiros resolveram então trocar de cultivo. (Seagri, 2000).

Santos, A.(1987, p.38) afirma também ainda que dois outros aspectos foram fundamentais para o entendimento da ação do Estado no espaço rural:

- Os mecanismos da comercialização, dos mais avançados, que vão sendo implantados à proporção que as firmas, basicamente originárias de outros Estados, em sintonia com os mercados nacionais e do exterior, se instalam nas áreas produtoras definindo, oligopoliticamente, a conduta da comercialização;
- A redefinição dos suportes essenciais para o fortalecimento da lavoura, como: estradas, energia, comunicação, além do apoio creditício.

Pode-se relatar que na década de 1970 houve incentivos do governo para que a plantação de café ocupasse novas áreas em outras regiões do Brasil, que até então desconheciam esse tipo de cultura, como a criação do PRRC (Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais). Este plano objetivava descentralizar a produção, inserindo entre outros Estados, a Bahia, na nova geografia do café (Seagri, 2000).

Um dos critérios fundamentais para a nova espacialização do café era a questão do clima, porque o cultivo do café adaptava-se em regiões com zonas livres de ocorrências de geadas. Assim, o governo investiu na liberação de crédito para que fosse implantado um pólo cafeeiro na Bahia. As regiões escolhidas foram: Planalto de Vitória da Conquista, Extremo Sul, Chapada Diamantina e no Planalto de Jequié/Santa Inês. (Dutra Neto, 2001, p. 45).

Conforme pontua Dutra Neto,

A Bahia, como os demais Estados produtores de Café, sempre esteve à parte da política cafeeira, atribuindo a responsabilidade sempre ao Governo Federal, que atuava através do IBC, fornecendo todo e qualquer benefício, tanto na produção quanto na comercialização e torrefação. O IBC fazia o zoneamento das áreas para o cultivo de café em todo Brasil e liberava financiamentos para plantio e infra-estrutura (DUTRA NETO, 2001, p. 46).

Tomando como pressuposto a análise do autor, pode-se afirmar que o Estado atuou como um importante agente de produção no espaço geográfico, pois com a inserção de políticas estabelecidas e/ou impostas, os municípios tendem a um crescimento ou estagnação. Assim, a introdução da cafeicultura no Planalto da Conquista, teve como agente impulsionador o Estado. Mesmo suprimindo a autonomia do município, como afirma o referido autor, o café foi responsável por uma aceleração na economia da região sudoeste. Na esteira desse pensamento, Santos, A., destaca:

O entendimento de que a lavoura cafeeira emerge na Bahia como resultante da expansão do capitalismo no Brasil; capitalismo este, comandado pelo capitalismo industrial e financeiro que busca no seu movimento de acumulação, também na agricultura, a sua reprodução. Em outras palavras, entender as transformações que estão ocorrendo no espaço rural passa necessariamente pela compreensão do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro geral, ou seja, é a partir da lógica do capital que se pode detectar essas transformações que, evidentemente, estão permeadas pela concretude histórica da região em que se insere (SANTOS, A. 1987, p. 09).

Como aponta o autor, as facetas do capitalismo estão sempre presentes na história e as transformações ocorridas no espaço estão permeadas pela lógica do capital como também a sua hegemonia na construção da sociedade. A reestruturação do território é realizada para atender o capital, cabendo ainda ressaltar que diversas mudanças ocorridas, tanto no campo como na cidade, estão diretamente relacionadas com a espacialização feita pela hegemonia do capital no espaço geográfico, resultando daí as diferenças sociais, econômicas e culturais vivenciadas pelos habitantes do campo e da cidade. Ou seja, para Santos, M. (2008, p.52), o capital comanda o território e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto.

O processo de urbanização da Bahia ocorreu de forma mais acentuada a partir da década de 1980, quando a população urbana se tornou maior do que a que vivia no campo (Santos, J. 2009). O autor enumera alguns elementos fundamentais para o processo de urbanização na Bahia, entre eles, destaca: o modo de produção capitalista, pautado, sobretudo no processo de industrialização; o fortalecimento do papel das cidades; a hegemonia do capitalismo na produção do espaço. Para Santos, J. Santos,

Notamos que, se quisermos encontrar os novos elementos que estão acarretando em mudanças no processo de estruturação das pequenas e médias cidades baianas, devemos analisar, através de escalas diferentes, as modificações ocorridas: (1) nas ações políticas que, direta ou indiretamente, implicaram e ainda implicam no reordenamento do território baiano, pensando, nesse caso, na atuação do Estado nas esferas, municipal, estadual e federal; (2) nos ditames do capital comercial, industrial, financeiro, agrário e imobiliário, cuja mobilidade em busca de novos meios de reprodução, da realização da mais-valia, que está completamente aliada à continuidade de seu sistema produtivo, decorre em alterações nas dinâmicas e processos econômicos que influenciam a lógica, a forma e a estrutura urbanas; e (3) na mobilidade do trabalho, nas relações tempo-espaço e na reprodução da vida cotidiana, que demonstram e reproduzem as faces atuais do urbano no mundo contemporâneo, particularizadas pelo caso que estamos analisando, desvelando hodiernas expressões dos processos de fragmentação e segregação socioespacial, precarização das condições de vida, periferização e reestruturação urbana, mediados pelos conflitos de classes. (SANTOS, J. 2009, p.05).

Portanto, a urbanização no estado da Bahia está alicerçada em diferentes pilares, que se estendem desde as ações políticas na reordenação do território, na hegemonia do capital bem como na mobilidade do trabalho. Entende-se dessa forma, que a inserção da cafeicultura no estado, foi um importante fator que contribuiu para o processo de urbanização nos pólos onde foi implantada essa agricultura, sendo que houve um forte fluxo migratório para a cidade, provocado por diversos fatores como: venda de terras por pequenos proprietários, saída para a cidade em busca de melhores condições de vida, falta de serviços no campo, enfim esses fatores impulsionaram o processo migratório, favorecendo as profundas mudanças nas pequenas e médias cidades.

Para entendermos de que forma a cafeicultura contribuiu no processo de urbanização na cidade pequena, faremos uma abordagem da inserção da cafeicultura no município de Barra do Choça, analisando a construção e as transformações ocorridas no município com a implantação da cafeicultura.

1.3. Inserção do café no município de Barra do Choça/BA

Para um entendimento mais preciso acerca do início da implantação da lavoura cafeeira no município de Barra do Choça, tomamos como base o trabalho desenvolvido por A.Santos (1987), no qual o autor relata a situação do café como um fator gerador de riqueza e miséria no município, mostrando como se deu o início da produção, quais os agentes envolvidos no processo e de que forma o café gerou riqueza e miséria no município.

Assim, elaboramos uma tabela, que traça um perfil da área colhida e da quantidade de sacas produzidas no período compreendido entre os anos de 1972 a 2008, com a finalidade de correlacionar esses dados com a tabela de crescimento populacional do município de Barra do Choça desde o ano de 1970

a 2010. Cabe ressaltar que esses paralelos entre os dados de produção e os dados de crescimento populacionais constituem-se em importantes elementos para a compreensão do processo migratório e da formação e transformações ocorridas no campo e na cidade.

Tabela 01:
Barra do Choça, Bahia, Brasil
Área Colhida e Produção de café, 1975/2008

Anos	Dados absolutos	
	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (sacas de 60 Kg)
1975	2.750	1.320
1976	3.029	2.544
1977	3.750	5.626
1978	12.500	13.500
1979	14.300	15.444
1980	14.300	15.300
1981	12.278	15420
1982	14.274	15.357
1983	14.350	15.441
1990	17.250	17.250
1991	17.250	17.250
1992	11.212	7.848
1993	11.312	6.900
1994	11.312	29.637
1995	12.000	10368
1996	12.000	7.200
1997	12.000	7.200
1998	12.000	7.200
1999	12.000	11.640
2000	15.430	13.887
2001	19.000	25.200
2002	20.000	26.100
2003	18.930	10.600
2004	19.500	7.950
2005	20.500	11.993
2006	18.400	20.976
2007	18.400	20.976
2008	18.530	21.124

Fonte: Censo Agropecuário- Bahia- 1975 a 2008.

A tabela 01 mostra os períodos de maior produtividade da cafeicultura no município de Barra do Choça. De acordo com os dados da tabela, podemos observar que os períodos de maior produtividade concentram-se no anos de 1994, onde com a mesma área plantada do ano de 1993, há uma produção que corresponde a quatro vezes a mais. Fato esse justificado, segundo DutraNeto (2001) por uma forte seca que assolou a região naquele ano de 1993, prejudicando o afloramento do café e conseqüentemente a perda da colheita.

Dessa forma, a tabela revela os períodos de altos e baixos na colheita do café. O importante para a pesquisa é referenciar que nos anos em que houve alta produtividade, com maior quantidade de produção, a atração por pessoas para a cidade também é bem maior, conforme dados populacionais que traremos para a discussão em foco.

A implantação da cafeicultura no município de Barra do Choça iniciou em 1970, e de acordo com Oliveira ,

Nesse contexto, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) pesquisou as condições naturais da região e as análises de solo, da topografia, dos índices pluviométricos e da altitude indicavam um ótimo potencial para o desenvolvimento da cafeicultura (COSTA, 1991, p. 16). Além desses fatores, colaborou a proximidade com Vitória da Conquista (27 km) que em 1975 já contava com mais de 170 mil habitantes e uma infra-estrutura urbana razoável, bem como a existência de uma malha viária representada pelas BRs 116 e 415, capazes de escoar a produção. Aliado aos fatores físicos e de infraestrutura urbana e viária, havia na região uma mão-de-obra abundante e disposta a trabalhar nas lavouras de café (OLIVEIRA, J. 2007, p. 56).

Um aspecto de grande relevância a ser destacado é a comparação entre a tabela de área colhida/quantidade produzida com a tabela do crescimento populacional do município. Assim, na tabela 03 com os números de crescimento populacional do município, de 1970 a 2008.

Tabela 02:
Crescimento Populacional do Município de Barra do Choça
1970/2008

	1970	1980	1991	2000	2008
--	------	------	------	------	------

Total de Habitantes	8.904	20.524	24.844	40.818	32.489
---------------------	-------	--------	--------	--------	--------

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1970 a 2000 e Contagem da População 2007.

De acordo com a análise da tabela 02, é comprovado que houve um crescimento populacional em função da implantação da lavoura cafeeira, fato importante que confirma a grande força atrativa de mão-de-obra para a colheita cafeeira. Assim, no ano de 1970 a população de apenas 8.904 predominava no município sendo que ainda oferecia um pequeno número de emprego nas lavouras de café, porque de acordo com o contexto, conforme afirmado anteriormente, as lavouras de café estavam sendo iniciadas nas primeiras fazendas e a mão-de-obra empregada era ainda em número reduzido.

Em 1980, houve um crescimento vertiginoso da população, fato que pode ser explicado devido ao aumento da área plantada que, em 1980, era de 14.300ha com uma produção de 15.300 sacas. Os dados revelam que nesse período a migração constituiu-se num importante fator de expansão urbana. É importante ressaltar que o perfil do migrante, segundo Dutra Neto (2001, p. 45), compreende uma expressiva fatia de 46% da mão-de-obra da lavoura de café é composta de analfabetos ou tem apenas o primário incompleto.

De acordo com a Revista Cafeicultura (2009), desde o início dos investimentos cafeeiros, o forte processo migratório provocou um crescimento demográfico de 410%, no período entre 1970 a 2000. Um verdadeiro salto populacional, principalmente se comparado ao da vizinha cidade de Vitória da Conquista, cujo crescimento foi de 114% no mesmo período. Durante a década de 1980, fato retratado no censo de 1991, a população teve um crescimento estabilizado, não atraindo grandes contingentes populacionais.

Outro aspecto relevante a ser observado foi a queda abrupta do contingente populacional configurando-se em êxodo rural que se inicia no ano de 2000 a 2010, de acordo com o IBGE, nesse período, Barra do Choça perdeu 6.753 moradores em 10 anos. Ainda afirma que, em 2000, o município tinha 40.818 habitantes e 32.489 habitantes em 2007, e 34.065, em 2010. O fato origina-se de períodos decadentes da lavoura cafeeira, principalmente pelo

grande desemprego no campo e falta de políticas públicas para a fixação do homem no campo, (Crise na Lavoura cafeeira, Jornal A Tarde, 2009).

Há ainda outros fatos relacionados às elevadas taxas de crescimento demográfico no período de 1991 a 2010. De acordo com o Ministério Público, houve fraudes no Censo de 2000 realizado pelo IBGE. Segundo informações publicadas pelo Ministério Público Federal em 02/10/2009, de acordo com a Procuradoria da República da Bahia,

O grupo era composto por ex-servidores do IBGE e por pessoas sem quaisquer vínculos com a instituição, que atuavam como intermediários entre os agentes recenseadores e prefeitos das cidades. Os réus aliciavam servidores do IBGE para alterar dados a fim de majorar números coletados e simular um aumento da população dos municípios de Encruzilhada, Ribeirão do Lago, Piripá, Maetinga, Jânio Quadros e Guajeru. O objetivo da farsa era dobrar valores dos recursos transferidos pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de outros programas de governo que utilizam dados demográficos para cálculo de repasses, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). **Irregularidades** - Em depoimento à Comissão de Sindicância do IBGE, agentes censitários supervisores e recenseadores confirmaram que eram instruídos por superiores a criar famílias e inventar nomes de pessoas para atingir um número maior nas pesquisas. Em contrapartida, recebiam dinheiro como ajuda de custo. Algumas vezes, os funcionários eram orientados a preencher as folhas de resposta e cadernetas a lápis para que os dados fossem modificados posteriormente. Continuam sob investigação do MPF fraudes semelhantes que teriam sido praticadas nos municípios de Barra do Choça, Itambé, Belo Campo, Cândido Sales e Boa Nova (PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA BAHIA, 2009, p. 03)

Essas fraudes referenciam-se Censo de 2000, portanto o crescimento demográfico de 1970 a 1999 está diretamente relacionado ao grande processo migratório de famílias em busca de empregos na lavoura de café.

De acordo com o atual prefeito³, sobre o crescimento populacional de Barra do Choça entre 1991 a 2000, e o declínio no número de habitantes, ele afirma que,

Essa situação ocorreu em vários municípios. Desde 1996 o censo vem dentro da projeção que tínhamos. Tem alguns aspectos que temos que analisar de acordo com cada período. Sempre foram feitos em anos pares, com colheita melhor, ou seja, no período em que tem boa colheita há a fixação das famílias que não saem. A contagem da população realizada em 2007, ano ímpar, não teve uma boa colheita para absorver mão-de-obra local. Assim as pessoas tendem a sair e buscar emprego em outro lugar, então, isso já é uma dificuldade. Outro fator foi a utilização do GPS e outros instrumentos que trouxeram diferenças significativas relacionadas com as divisas dos municípios, essas diferenças foram significativas. Os dados da contagem da população não batem com os nossos índices, por exemplo, de vacinação. O censo tem a necessidade de em 2010 ter a chamada prova dos nove, para você saber qual a situação que está incorreta. Com certeza eu encontro diversas situações para contradizer os dados da contagem da população em 2007.

Quando analisamos a tabela 02 referente à quantidade de café produzida, podemos afirmar que essa relação entre colheita nos anos pares e ímpares não se constitui em um fundamento para explicar o crescimento populacional. Na análise da tabela, podemos observar que em anos pares, como nos anos de 1998, 2000, 2004, a quantidade de café produzida é muito inferior aos anos ímpares. Assim, não concordamos com a justificativa do prefeito, porque os dados não condizem com a sua afirmação. Ou seja, os dados só comprovam que durante todo o período que compreende as décadas de 1970 e 2000, a produção cafeeira em Barra do Choça, foi marcada por períodos de alta produção com períodos de crises.

Outro fato a ser analisado é a alteração nos limites territoriais delimitados pela SEI entre os municípios de Barra do Choça, Planalto e Vitória da Conquista, que de acordo com o prefeito, o município de Barra do Choça também perderia uma parcela da sua população. Atualmente, o município de Barra do Choça,

³ Entrevista concedida pelo atual Prefeito Oberdan Rocha Dias, em 27/09/2009.

segundo a contagem da população realizada pelo IBGE em 2010⁴, teve uma população de 34.065 habitantes e, em 2003, as estimativas apontavam uma população de 45.739 habitantes, o que dá uma margem de erro de mais de dez mil habitantes. Essa queda representa um déficit na receita do município, e ocasiona graves crises econômicas locais. Por outro lado, demonstra que interesses podem relacionar ações políticas locais em fraudar os dados do Censo de 2000.

De acordo com dados pesquisados disponibilizados pela SEI, sobre as taxas de crescimento populacional, observamos que o município de Barra do Choça, apresentou no período de 1991-2000, um elevado índice de crescimento populacional. Esse período corresponde exatamente ao período com maior produção de café no município, pois, como foi demonstrado na tabela 02 no ano de 1994, há o apogeu na produção de café. Todavia, entre os anos de 2000-2007, exatamente no período em que a cafeicultura entra em crise, há um crescimento populacional negativo -3,37.

⁴ O IBGE realizou, no ano de 2007, uma operação censitária que abrangeu o Censo Agropecuário 2006, a Contagem da População 2007 e o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE). Esta operação conjunta teve por objetivo atualizar as estimativas populacionais e as informações sobre as atividades econômicas realizadas, no País, pelos indivíduos e empresas agropecuárias. O objetivo principal da Contagem da População 2007 foi atualizar as estimativas municipais de população, para orientar melhor a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do Governo Federal. Devido à limitação de recursos orçamentários, a Contagem foi realizada apenas em municípios com população até 170 mil habitantes, que é a faixa na qual os contingentes populacionais interferem nos valores repassados pelo FPM. Na Bahia, 410 municípios fizeram parte da Contagem da População 2007 – cuja data de referência foi 1o de abril de 2007 - ficando de fora sete municípios: Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna e Juazeiro.

Tabela 03:
Barra do Choça/ BA:
População Urbana, Rural, Total e Taxa de Urbanização, 1940–2010

	Urbana	Rural	Total	Taxa de Urbanização
1940	750	3.689	4.439	16,90
1950	560	5691	6251	8,96
1960	1382	6172	7554	18,29
1970	1.445	7.459	8904	16,23
1980	6.484	14.040	20.524	31,59
1991	11.644	13.200	24.884	46,79
2000	17.721	23.097	40.818	43,41
2010	22.407	12.381	34.818	64,35

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Os dados de 1940 a 2000 foram coletados em Souza (2008).

1 – os dados de 1940 a 1960 são referentes ao Distrito de Barra do Choça.

A análise da tabela 03, relacionada aos dados sobre população rural, urbana acrescida da taxa de urbanização, revela um importante dado para a pesquisa em foco. Em 1970, como já dito anteriormente, inicia o processo de implantação da cafeicultura no município, nesse ano, tínhamos uma população totalizada em apenas 8.904 habitantes, sendo que 1.445 habitavam a zona urbana e 7.459 habitavam a zona rural. No ano de 1980, quando inicia fortemente o período de colheita do café, a população urbana chegou a 6.484 habitantes e na zona rural passou para 14.040 habitantes, com um salto na taxa de urbanização de 16,23% para 31,59% em 1980. Os dados revelam a importância da cafeicultura como um grande agente de atração populacional para o município nesses anos. De 1980 até 1991, a população rural cresceu para 13.200 e a população urbana chegou a 11.644. Um fato interessante a ser ressaltado é que no período existiu um aumento considerável das pessoas na zona rural, que aponta um crescimento bem maior do que a população da zona urbana. Segundo entrevista concedida pelo o Secretário de Agricultura do município, o crescimento ocorreu, sobretudo devido às políticas públicas que foram promovidas pelo governo para fixar as pessoas no campo.

No ano de 2000 ocorreu um crescimento ainda maior da população rural em relação a urbana, tínhamos 17.721 habitantes na zona urbana e 23.097 na

zona rural. Ainda segundo o Secretário de Agricultura, os investimentos na produtividade foram resultados de empréstimos concedidos pelos programas de governo com a finalidade de fixar as pessoas no campo. Porém é importante salientar que tais empréstimos não foram suficientes para garantir a fixação desses habitantes, como revela a tabela 03, em 2010 houve uma diminuição da população rural passando de 23.097 para apenas 12.381. Assim, podemos afirmar que houve um grande êxodo rural de quase 50%.

Entre os anos de 2003-2010, verificamos que houve uma queda no índice de crescimento populacional, quando a lavoura cafeeira passou por fortes crises de produção⁵ e, conseqüentemente, a demanda por mão-de-obra diminuiu, contribuindo para o êxodo urbano provocado pela falta de ocupação dos moradores.

No que se refere à evolução da produção cafeeira no município, Dutraneto, 2004 afirma que a área colhida de café passou de 2.750ha em 1974, para 14.300 ha, em 1980. Contudo, de 1981 a 1999, a área colhida sofreu um processo de estagnação e até mesmo de redução, em função da falta de crédito e das incertezas do mercado internacional.

Após esse período de estagnação, o café teve uma alta proveniente da concessão do crédito agrícola. Aliado a alta no preço da saca de café, em 1999 houve um reaquecimento na produção cafeeira no município, sendo que os benefícios foram vistos entre os anos de 2006 a 2008.

A SEI também disponibiliza dados referentes ao PIB (Produto Interno Bruto) e à Renda Per Capita do município de Barra do Choça. De acordo com esses dados, houve uma queda do PIB - do ano de 2002 para o ano de 2003 - de 7,3 milhões, e esse valor é muito significativo para um município pequeno. Ademais, no ano de 2004, houve uma queda ainda mais abrupta de R\$ 15,82 milhões. Somente nos anos de 2005 e 2006, foi que o PIB aumentou. Como a renda per capita está diretamente associada à quantidade de habitantes, a queda do índice população é demonstrada nesses dados.

⁵ É importante ressaltar que a crise na cafeicultura nesse período entre 2003/2005, ocorre pela seca que assolou a região causando a perda de grãos e conseqüentemente com uma queda brusca na produção, como também um aumento do desemprego no município

Os dados do IBGE para o PIB (Produto Interno Bruto) do município de Barra do Choça no ano de 2000 correspondentes aos setores produtivos estão assim divididos:

- Agropecuária: 47,75%
- Indústria: 7,18%
- Serviços: 34,88%

No ano de 2006, alguns setores apresentam modificações em seus números:

- Agropecuária: 60,72%
- Indústria: 4,4%
- Serviços: 34,88%

Dessa forma, a cafeicultura representa um importante fator de crescimento, como também foi responsável pela expansão urbana e modificações ocorridas no campo/cidade. Atualmente, outros produtos surgiram para suprir as necessidades econômicas no período da entressafra, porém, o café continua sendo o principal produto agrícola do município.

Alguns aspectos desse elevado índice de crescimento populacional merecem atenção, ao compararmos com os municípios vizinhos do mesmo porte, excetuando-se, de Vitória da Conquista, que é o principal pólo urbano regional. Assim, há alguns fatores de grande relevância para explicar esse alto percentual de crescimento populacional no município de Barra do Choça.

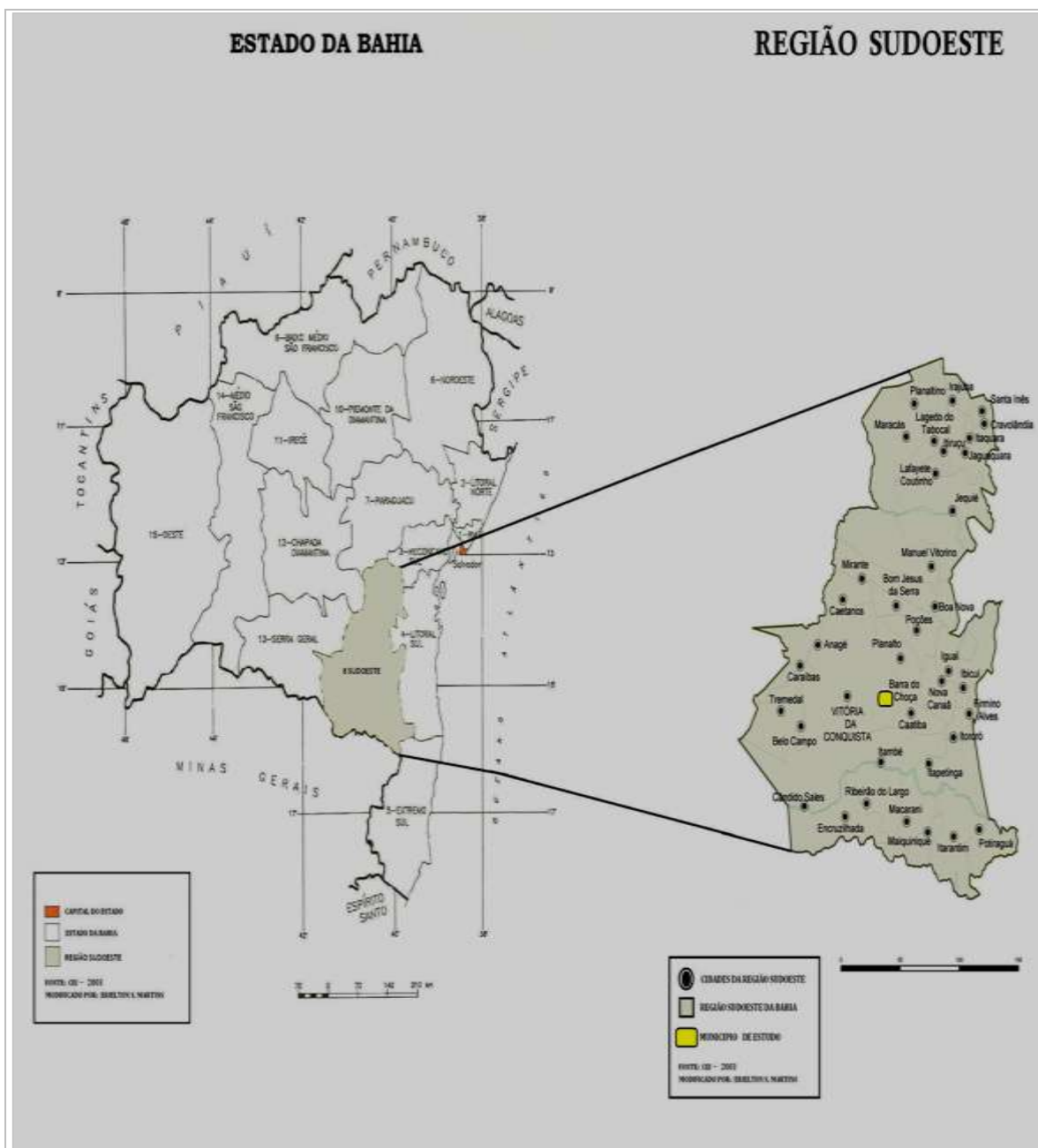
É importante observar que a implantação da cafeicultura no município de Barra do Choça, contribuiu para as transformações nas relações campo/cidade, construindo e reconstruindo o seu espaço geográfico, delineando um espaço socialmente construído com base nas relações cotidianas de seus moradores.

A pesquisa aponta que o município de Barra do Choça constitui-se em um espaço onde as relações cidade/campo se complementam e interdependem, de maneira que os modos de vida rural/urbano coexistem no mesmo espaço. Para um melhor entendimento do processo, faremos uma abordagem histórica de formação do município desde o início, quando ainda era uma vila, abordando como se deu o crescimento em função da implantação da lavoura cafeeira, até os

dias atuais, na tentativa de compreendermos como ocorreram as transformações espaciais no município, bem como uma análise das relações estabelecidas entre o campo e a cidade.

O município de Barra do Choça está localizado no Planalto Sul Baiano e Encostas Orientais do Planalto de Vitória da Conquista, na Região Sudoeste da Bahia, limitando-se com os municípios de Planalto, Caatiba e Vitória da Conquista, a 527 Km da capital Salvador, como mostra a figura 01. Sua área total de 778, 335 Km².

Figura 01- Barra do Choça, localizada na Bahia, 2010



Fonte: (SEI, 2000). Organizado por Erielton de Sousa Martins, UNEB, 2010.

Um fato importante a ser destacado na questão da localização do município é a proximidade que tem com o pólo regional de Vitória da Conquista, estando apenas a 27 km de distância, o que de certa forma, facilita o acesso aos serviços. A cidade de Vitória da Conquista concentra a maior parte dos investimentos gerados na região, e exerce um importante papel como Centro Regional. Localiza-se estrategicamente ao longo da BR- 116 por onde trafega grande parte de mercadorias que circulam entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil (SEI 2000, p. 262/263).

A cafeicultura é a atividade econômica mais importante da região, sendo o café produzido nos municípios de: Encruzilhada, Planalto, Vitória da Conquista, Barra do Choça, entre outros. Esses municípios, no decorrer de sua história, sofreram influências decorrentes da implantação da monocultura cafeeira, constituindo-se num importante pilar na formação e transformação espaciais permeadas pelas relações sociais que constroem o cotidiano dos moradores da cidade e do campo.

Vê-se então, que a cafeicultura é um importante vetor de desenvolvimento econômico e social, pois a partir de sua implantação em 1970, a região teve períodos de apogeu e crise, Santos, A. (1997, p. 43) e ainda de acordo com o autor destaca-se como maior produtora de café do Norte/Nordeste do Brasil.

1.4. A história do município de Barra do Choça com base em uma análise geográfica

De acordo com estudos realizados no município por diversos historiadores, o primeiro núcleo urbano que se tem conhecimento iniciou no século XIX até o ano de 1962. Nesse período, havia um pequeno núcleo urbano que fazia parte do município de Vitória da Conquista. Segundo Novais,

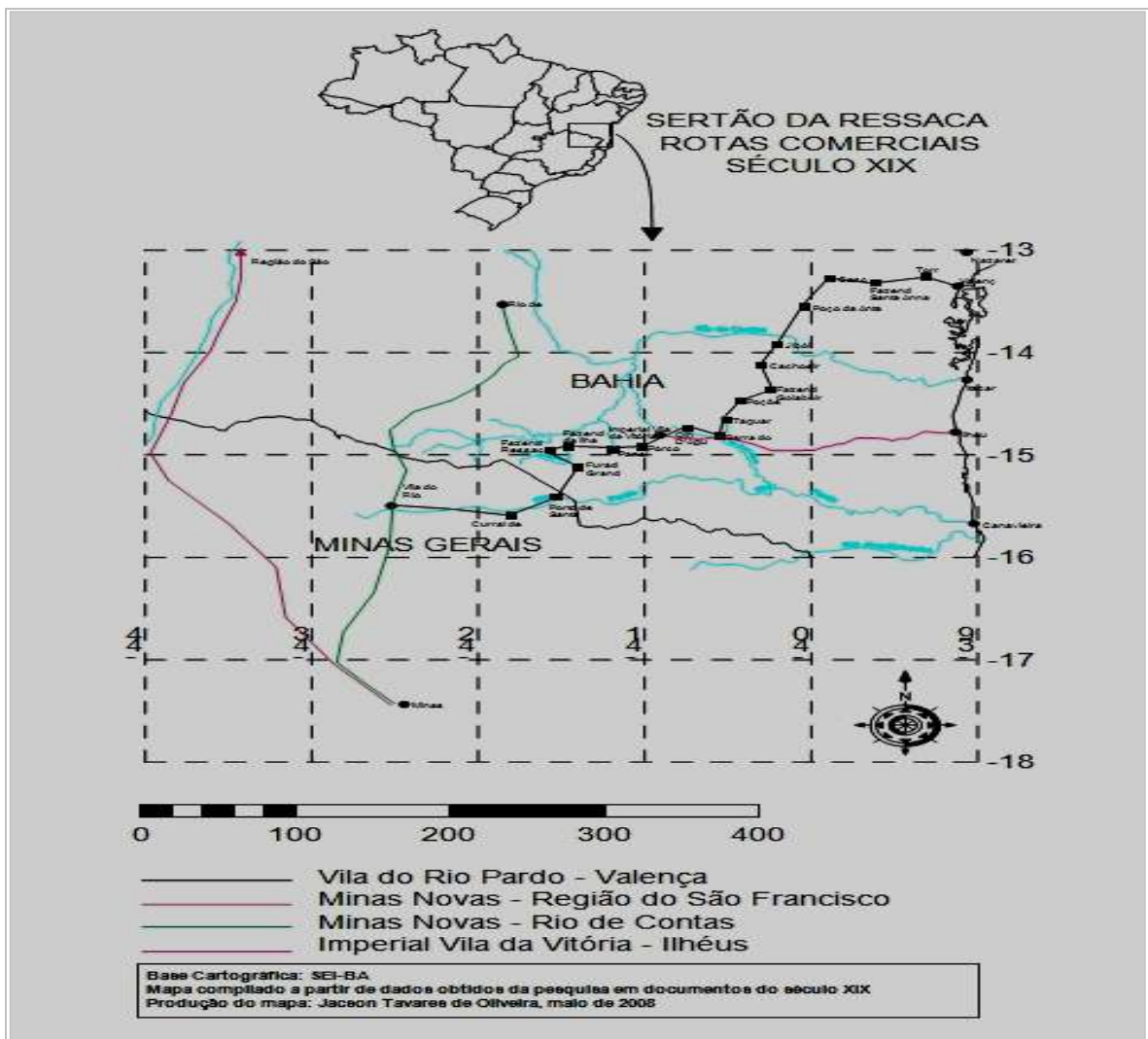
As origens do atual município de Barra do Choça prendem-se à história do Sertão da Ressaca, também conhecido como Planalto da Conquista. Era fazenda de Barra do Choça era ainda uma fazenda e ponto de pouso para tropeiros, boiadeiros e viajantes no século XIX, até configurar arraial de Barra do Choça pertencente a Imperial Vila da Vitória e depois distrito, no início do século XX, de Vitória da Conquista. Em 1962 foi emancipada permanecendo com o nome de cidade de Barra do Choça, com a configuração dos limites atuais (NOVAES, 2008, p. 54).

Conforme a autora, a ocupação no município de Barra do Choça iniciou-se com o processo dos tropeiros viajantes no Sertão da Ressaca e criadores de gado. Era um local de passagem dos mesmos, e o povoamento ocorreu a princípio, por que:

A fazenda Barra do Choça pertenceu ao Capitão-mor João Gonçalves da Costa e depois da sua morte teve seu território fragmentado pelos membros de sua família. Com o passar dos anos, essa fragmentação se acentuou devido à divisão por herança, mas também pela compra e venda, o que possibilitou a aquisição de partes das terras da Fazenda Barra do Choça a outros membros de famílias tradicionais que povoaram a região juntamente com os Gonçalves da Costa, a exemplo dos Oliveiras Freitas, e, portanto, famílias proprietárias de terras e escravos que detinha o poder político e econômico da Imperial Vila da Vitória, tendo terras também no município onde hoje é Barra do Choça. (NOVAES, 2008, p. 55)

De acordo com a figura 02, das rotas dos tropeiros podemos fazer uma análise da inserção de Barra do Choça no roteiro dos tropeiros viajantes, durante o século XIX.

FIGURA-02 Mapa da rota dos tropeiros



Fonte: NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira: UFBA, 2008.

O município de Barra do Choça faz parte do Planalto da Conquista que no passado era conhecido como Sertão da Ressaca. Segundo Tranquilino Leovigildo,

Sertão da Ressaca é formado pela porção de terras com altitudes médias entre 850 e 750 m, entre os rios Pardo e de Contas.

Engloba áreas dos municípios de Anagé, Barra do Choça, Caatiba, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Boa Nova, Dário Meira, Manoel Vitorino, Mirante, Nova Canãa, Planalto, Poções e Vitória da Conquista (TRANQUILINO LEOVIGILIO, 1996, p. 12).

O desbravamento do Sertão da Ressaca foi efetivado com muitas lutas e povoamento das terras circunvizinhas da região. Para Gomes, (2008), uma vez consolidada a conquista, em finais do século XVIII, iniciou-se a construção de povoados e arraiais governados por fazendeiros que acabaram por se constituir numa aristocracia sertaneja, detentores de um poder baseado na ocupação e povoamento das terras, sem intervenção da coroa.

Assim, a cidade de Vitória da Conquista, antes de se emancipar, recebeu o nome de Arraial da Vitória, e posteriormente, Vitória da Conquista, nome dado devido às muitas lutas travadas entre os desbravadores para conquistar terras e colonizá-las.

Ainda de acordo com o autor, por volta da segunda metade do século XVIII, iniciou-se o povoamento na região de Barra do Choça, prosseguindo durante todo o século XIX. O povoamento de Barra do Choça tem início com a implantação de fazendas de gado, era uma região muito próxima a Vitória da Conquista, 27 Km apenas, porém com estradas de difícil acesso, fato que proporcionava o isolamento da fazenda Barra do Choça.

De acordo com Gomes (2008, p. 40), o fazendeiro João Fernandes de Oliveira herdou de seus pais uma fazenda nas proximidades de São Bernardo, distante 15 km de Barra do Choça. Essas terras começaram a ser povoadas por outras famílias inclusive pelo Sr. Roduzindo Santos, que mais tarde seria o primeiro Prefeito de Barra do Choça.

Nesse período, com a chegada das famílias, teve origem a Vila da Barra. Essa vila era composta de estradas com acesso a outras localidades, inclusive para o litoral, facilitando o comércio de gado. Assim, a vila serviu por muitos anos de local de descanso para os tropeiros.

De acordo com relatos dos antigos moradores da vila da Barra, desde 1903, já se celebravam missas na localidade para um pequeno grupo de moradores. Segundo um dos moradores⁶ da antiga Vila, sobre a localidade:

Eu conheci Barra do Choça, quando ainda era tudo mato, eu nasci em 1924. O nome de Barra do Choça é muito antigo. Primeiro se chamou Barra, depois botou o nome de Barra do Choça, porque Barra do Choça era os dois rios que se encontravam, o da Choça com o rio Catolé. Nessa época o rio Catolé chamava Barra, então eles dois se encontravam. Assim surgiu Barra do Choça. Tinha também o capim Barra do Choça que brotava em nossas terras.

Para Gomes (2008, p. 24), os primeiros moradores que povoaram Barra do Choça foram: João Cardoso de Sá, João Aleixo, Dário Alves Amorim, Leonídio Oliveira,, Inocêncio Oliveira, Filoteu Xavier de Amorim, dentre outros.

A vila começou então a receber pessoas que vinham das cidades circunvizinhas atraídas por pedaços de terra onde produziam uma cultura de subsistência. O território, que segundo Castro (2005), é a base material e simbólica da sociedade começou a ser ocupado por outras pessoas com interesses em fixar moradia nesse espaço e com o objetivo de encontrar meios para a sobrevivência da família.

A Vila da Barra era muito carente, possuía uma configuração urbana composta apenas por uma rua principal, ou seja, a atual Avenida Getúlio Vargas e duas ruas transversais que hoje forma a Rua do Tucano. O Distrito de Barra do Choça, por outro lado, tinha uma população voltada para as atividades agrícolas de subsistência e com hábitos rurais, Gomes (2008, p. 29). Ainda segundo o autor, a Barra era “Desprovida de uma infra-estrutura adequada, não havia água tratada, energia elétrica, escolas, postos de saúde, entre outros serviços básicos, a população vivia em condições extremamente precárias” Gomes (2008, p. 30)

Em relação ao crescimento demográfico de Barra do Choça entre os anos de 1940 a 1960, percebe-se que houve um pequeno percentual de aumento, isso porque nesse período o Distrito ainda não oferecia atrativos para ser habitada por

⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Alfa Alves de Amorim, nascido em Barra do Choça em 1924.

pessoas de outras cidades e regiões. O que ocorria era a saída da pequena população para São Paulo, em busca de sobrevivência.

Gomes (2008, p. 30), afirma ainda que para melhorar a agricultura do Distrito, em 1952 o governo do Estado implantou uma colônia agrícola, assim foi comprada na Vila da Barra uma fazenda do Sr. Antonio Fernandes. Eram 100 hectares que foram divididos em 52 lotes, nas quais foram instaladas 52 famílias. A colônia agrícola era dirigida pelo Sr. Anfilóbio Pedral, um engenheiro agrônomo.

A implantação da colônia agrícola atraiu imigrantes italianos e holandeses, que chegaram ao Brasil nesse período. Os italianos permanecem na vila até os dias atuais, seus descendentes ainda habitam em Barra do Choça, enquanto que os holandeses foram para outras cidades do Estado da Bahia.

Os italianos implantaram a agricultura de hortaliças. Todavia, é importante ressaltar que nesse período as hortaliças não faziam parte da alimentação dos moradores da vila, sendo que a sua alimentação era basicamente composta por feijão, arroz, farinha de mandioca e carne.(Gomes, 2008, p. 32).

Com a colônia, surgiu um novo ramo na economia da vila, baseada na produção de hortaliças e também de verduras. Esse fato fez com que a vila se transformasse num importante pólo de comércio e distribuição para outros municípios (Novais 2008, p. 23).

Outro fator importante pós-criação da colônia agrícola foi a implantação - pelo governo do Estado da Bahia, de alguns benefícios para a vila, tais como: melhora na infra-estrutura das estradas para facilitar o escoamento da produção, serviços básicos de saúde e educação, construção de um posto de saúde e uma escola. Todavia, os pesquisadores ressaltam que os colonos tinham prioridade na utilização desses serviços. Além disso, foi beneficiada com a aquisição de um motor gerador que bombeava água para a colônia agrícola, bem como para a produção de energia elétrica para iluminação pública com funcionamento das 19 às 22 horas (GOMES, 2008, p.35).

Em 1962, a Secretária de Agricultura do Estado da Bahia, implantou um projeto com mudas de frutas para clima temperado como:caqui, maçã, pera e uva.

O autor aponta que para Anfilóbio Pedral, administrador da colônia, faltou um planejamento por parte do governo do Estado, bem como recursos suficientes para que o projeto da colônia agrícola prosperasse. Dessa forma, apenas alguns colonos italianos obtiveram êxito, haja vista que eram mais experientes no ramo de hortaliças e verduras.

No entanto, é importante relatar que a implantação da colônia agrícola foi um importante acontecimento para a localidade de Barra do Choça, porque trouxe benefícios para a economia local, bem como benefícios para a comunidade como construção de estradas, escola e posto de saúde, mesmo que indiretamente. Muitos desses colonos também vinham de Salvador e Camaçari, pois eram funcionários do Estado e prestavam serviços ao governo. Esse fato fez com que houvesse um aumento da população, mesmo que não muito significativo, contudo, proporcionou à vila uma maior atração.

Em 1910, a vila da Barra pertencente ao município de Vitória da Conquista, elevou-se a categoria de Distrito, esse fato ocorreu por volta dos anos de 1950, permanecendo nessa situação até o dia 22 de junho de 1962, quando houve o desmembramento do território de Barra do Choça, configurando-se assim, em um município pela Lei Estadual nº. 1.694, de 22 de junho de 1962 e instalado em 07 de abril de 1963, Gomes (2008, p. 54).

Assim, pensar na construção do espaço geográfico do município, é pensar também na multiplicidade de espaços construídos face as relações sociais que ocorrem no cotidiano dos moradores que constroem e transformam o espaço a partir do seu modo de vida. inserindo Barra do Choça nessas características, temos um espaço que se construiu com modos de vida rural, que perpetuam até os dias de hoje. Todavia, que também foram inseridos no espaço modos de vida urbano. Para tanto, uma análise desse espaço, nos permite afirmar que o município é composto por modos de vida rural e urbano que se complementam e são interdependentes. Isso se pensarmos sob a perspectiva de urbano enquanto espaço de diversidades. Faremos então uma abordagem da emancipação política do município, relatando os avanços da vila à cidade.

1.5. Emancipação política do município de Barra do Choça

Para Gomes(2008, p. 56), a emancipação política de Choça era um ideal de algumas pessoas que moravam no Distrito, era uma maneira de tornar-se independente do município de Vitória da Conquista, e, a partir de 1958, com a eleição de Gerson Sales como prefeito de Vitória da Conquista, esse ideal começou a ser posto em prática. A eleição do então prefeito foi um tanto conflituosa sendo que ele perdeu na sede e ganhou pelos votos da zona rural. Essa eleição fez com que a zona rural se sentisse forte ao ponto de por em prática o seu ideal de emancipação política.

A partir de 1962, foi iniciada a vida política do município de Barra do Choça, conquistando a sua autonomia política. Em 1962, foi eleito o primeiro prefeito do município, o Sr. Roduzindo Alves dos Santos, seguindo pelo segundo Sr. Francisco Xavier de Amorim Primo, pelo Sr. Florival Amorim e após esse o Sr. Israel Tavares Viana.

Cada gestor teve a sua parcela de contribuição com a construção de obras para a atual configuração urbana do município de Barra do Choça, desde a implantação de loteamentos ,muitas vezes em áreas de encostas, como veremos mais adiante, a construção de praças, a abertura de ruas, entre tantos outros espaços construídos e destruídos.

Desse modo, no início de sua emancipação política, o município era muito pobre e sem recursos financeiros suficientes para o seu crescimento. Para Castro,

Sobre a criação de município no Brasil, alguns pontos importantes para a discussão. Em primeiro lugar, este é um recorte federativo, com importante grau de autonomia- o que significa atribuições e recursos próprios -, em segundo, trata-se de uma escala política, ou seja, um território político por excelência, e constitui um distrito eleitoral formal para vereadores e prefeitos e informal para todas as outras eleições, com consequências importantes para a sociedade local e para o território; em terceiro , é no município que todos habitamos e exercemos nossos direitos e deveres, da cidadania, onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadãos; onde votamos e candidatos são votados. Também é nele que são concretizadas as políticas públicas. Nesse sentido,o

universo municipal é a expressão mais concreta do próprio conjunto do território e da sociedade (CASTRO, 2005, p. 135).

Podemos afirmar que o município tem grande importância política, social e econômica na vida de seus habitantes, e é o espaço habitado, construído e transformado com os modos de vida da população que o habita. É no município que vivemos o nosso cotidiano, que construímos as nossas ações. Para tanto, o município é um espaço de diversidade e também de singularidades. Assim, esse espaço, é formado por vários agentes que contribuem para o seu crescimento ou até mesmo estagnação.

Seguindo a história de emancipação política de Barra do Choça, relatada nos estudos de Gomes(2008) e Novaes(2008), na primeira gestão, sob o governo do prefeito eleito Roduzindo Alves dos Santos, o município muito carente de recursos financeiros recebia alguns recursos do governo do Estado da Bahia, que alguns já chamavam de Fundo de Participação. Tinha também o ICMS e o Imposto Territorial Rural (ITR). Além desses, o prefeito iniciou a cobrança de impostos dos comerciantes locais que era denominada como Taxa sobre Mercadorias.

As poucas arrecadações municipais eram insuficientes para manter o município, o que dificultou a administração do prefeito para administrar o município. Ainda assim, em meio a precariedade, iniciou-se o processo de expansão urbana, com o desbravamento das matas, construção de casas, escolas, postos de saúde, entre outras construções que foram surgindo no município.

CAPÍTULO II:

A ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE BARRA DO CHOÇA

2.1. A dinâmica interna da cidade de Barra do Choça após a implantação da cafeicultura

Este capítulo tem como objetivo primordial entender como se deu a organização da dinâmica interna da cidade. Para tanto, serão abordados alguns aspectos referentes à expansão urbana da cidade de Barra do Choça – estruturação da cidade: ocupação dos espaços, expansão dos bairros; migração sazonal, em função da lavoura cafeeira; apresentação, sucinta, de dados sociais que comprovam transformações relevantes.

Para Souza,

A organização interna da cidade é a chave para chegarmos aos processos sociais aos que animam o núcleo urbano e que estão envolvidos na dinâmica da produção do espaço, e que é, ao mesmo tempo, uma chave privilegiada para observarmos e decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social. (SOUZA, 2005, p.67).

Assim, partimos do entendimento de que as cidades são espaços diferenciados baseados na atividade em que são desenvolvidas. Dessa forma, a cidade se divide em bairros, que por sua vez apresentam suas especificidades e diferenças na forma de uso e ocupação do solo urbano.

No dizer de J.Santos, devemos entender que,

Portanto, para quem deseja pesquisar as cidades ou outros espaços urbanos existentes na Bahia, o grande desafio é articular as dinâmicas e processos que ocorrem no conteúdo da urbanização, o que indica *pensar o que é geral*, às verificadas no âmbito intra e inter-urbano, ou seja, *o que é particular*. Nesse sentido, cabe investigar as conseqüências de tais modificações tanto na rede urbana, ou seja, nos mecanismos e lógicas que articulam as cidades no território, quanto no espaço intra-urbano (SANTOS, 2009, p.05).

Partindo dos pressupostos indicados pelo autor, detalharemos os processos urbanos ocorridos na cidade em estudo, retratando a forma e o conteúdo intra e interurbano contido nos espaços. Dessa formas, como outras tantas cidades pequenas da Bahia, a dinâmica urbana da cidade pode ser entendida pelas relações entre a cidade e o campo.

Abordaremos a expansão urbana, tendo como foco principal o crescimento da cidade tomando como referência a dinâmica dos loteamentos. É pertinente dizer que, na contemporaneidade, na cidade em foco, encontram-se muitos resquícios de um povoamento construído de maneira aleatória. Isto porque, logo na entrada da cidade, conforme podemos observar na figura 03, casas emparedadas de imediato se apresentam, conotando falta de uma legislação que respaldasse uma construção mais harmônica.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 03: casa localizadas na entrada da cidade, Rua São José, Barra do Choça, 2011

Somado a isso, conforme o PDU⁷ (2006), os loteamentos também não fugiram à regra, construindo uma cidade em torno do centro. O que pode ser evidenciado pela figura 04.

⁷ Plano Diretor Urbano.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 04: Tipos de casas no centro da cidade, Centro, Barra do Choça, 2011.

Vale ressaltar que esta centralização se deve ao fato, também, de as pessoas oriundas de outras partes que passaram a ocupar terrenos desocupados no centro. Que, segundo os historiadores (Gomes, 2008, Novaes 2008), eram doados a fim de que estas pessoas por aqui permanecessem.

O processo de povoamento iniciado pelo centro da cidade é uma característica bem peculiar nas cidades do Brasil. A ocorrência da ocupação da cidade a partir do centro se deu pela proximidade do comércio local ainda em formação, e também pela facilidade de locomoção para o campo, já que as pessoas que habitavam esses espaços centrais tinham como atividade principal a agricultura (GOMES, 2008, p. 54).

Outro aspecto a ser destacado, é a influencia dos vários agentes que produzem o espaço da cidade. No dizer de Rodrigues,

Dentre os vários agentes que produzem o espaço urbano, destacam-se o Estado, que tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos necessários à vida nas cidades. Entre os consumos coletivos mais importantes no atual contexto histórico, destacam-se: abastecimento de água, luz, telefone, e a instalação de redes de redes correspondentes; sistema viário e transporte coletivo; espaços coletivos de lazer e esporte, equipamentos e serviços de saúde, educação e habitação para as chamadas classes populares. (RODRIGUES, 2003, p.21)

Na cidade em estudo, o Estado contribuiu na produção do espaço com a construção de equipamentos urbanos de uso coletivo, com a implantação de calçamento, energia, água, serviços de saúde. Vale lembrar que muitos dessas casas que foram construídas no centro da cidade foram feitas em terrenos doados pelos prefeitos da época para a construção de casas. (GOMES, 2008)

Para entendermos a ação do Estado na construção da cidade de Barra do Choça, as figuras 05 e 06 retratam o mesmo espaço em períodos distintos. A área central da cidade, a Av. Getúlio Vargas no ano de 1972 e a figura 05 a mesma avenida no ano de 2008.

Foto: Prefeitura Municipal de Barra do Choça



Figura 05: Av. Getúlio Vargas, Centro, Barra do Choça, 1972

A figura 05 mostra a Praça Getúlio Vargas em 1972, pode-se perceber que o espaço da cidade era totalmente rudimentar, sem calçamento, sem nenhuma infra-estrutura nas ruas, a cidade estava em construção. Nesse período, a cafeicultura estava sendo implantada no município e muitas pessoas chegavam para ocupá-la na esperança de emprego na lavoura de café⁸.

⁸ Esses dados podem ser confirmados através dos questionamentos aplicados aos moradores da cidade conforme a pesquisa de campo.

Foto: Luciana Oliveira Rocha



Figura 06: Av. Getúlio Vargas, Centro, Barra do Choça, 2011

A figura 06, mostra a Praça Getúlio Vargas no ano de 2008, e conforme podemos observar, com muitas diferenças em relação ao mesmo espaço no ano de 1972. A figura atual de 2008, retrata mudanças na infra-estrutura da rede urbana da cidade.

Outro aspecto eminentemente marcante relacionado à expansão da cidade foi à implantação da lavoura cafeeira, em 1972. Fato que marcou toda uma conjuntura social, composta por transformações que ganharam visibilidade, inclusive no cenário nacional. Um dos importantes fatores foi à concentração populacional, vez que o novo empreendimento carecia de mão-de-obra para a derrubada das matas, o preparo do solo e o plantio do café. Essas pessoas que chegaram a Barra do Choça, nesse período, vinham de diversas localidades, tanto de cidades próximas, como Vitória da Conquista e das demais cidades da Região Sudoeste, como também houve a chegada de imigrantes italianos fugitivos da guerra, que, aos poucos, foram ocupando a cidade e, através de concessões do governo, tomavam posse das terras do município. Assim, esse período foi muito importante para a consolidação do município, pois foi marcado por uma diversidade de pessoas em busca de alternativas de sobrevivência, num município percebido como promissor. A notoriedade era tamanha que entre os anos de 1970 e 1980, enquanto a Bahia registrou um crescimento populacional

anual de 2,4%, Barra do Choça apresentou uma taxa anual de 8,7%. Assim, esses dados nos revelam que as taxas de crescimento do município ultrapassaram o crescimento do Estado (DUTRANETO, 2007, p. 57).

Assim, é importante partimos do ponto do poder que o Estado detém sobre o município, pois com a implantação da cafeicultura há uma nova espacialização do município que, por um lado é a mola-mestra do seu crescimento econômico, mas, por outro, retrata grandes desigualdades sociais e econômicas, pois grande parte da população depende do subemprego para sobreviver. Mesmo os que não estão diretamente ligados à produção cafeeira, ainda assim, dependem da renda da população que trabalha nesse setor. A tabela 04 refere-se ao total de trabalhadores absorvidos pela lavoura cafeeira no período de safra e entressafra:

Tabela 04 - Trabalhadores absorvidos pela lavoura cafeeira, em Barra do Choça, 2009.

Período	Total	%
Safra	15.549	90,5
Entressafra	1.619	9,5
Total	17.168	100

Fonte: SOARES, 2008

De acordo com a análise da tabela pode-se perceber que no período de entressafra, ocorre um verdadeiro caos para os trabalhadores, pois as fazendas de café não necessitam da mesma quantidade de mão-de-obra do período da safra há um processo migratório, visto que muitas pessoas se deslocam para outros Estados, como São Paulo, Minas Gerais, além da migração circular, ou seja, há muitos que saem em busca de empregos temporários na região. M. Santos faz um relato sobre a migração circular afirmando que,

Constata-se, assim, uma grande mobilidade da população. Essa movimentação era ainda mais acentuada entre os moradores rurais. Se os que foram contados como vivendo em determinado lugar havia menos de dois anos eram 27% do total, esse percentual é de 33,4% em 1980. Cria-se um nomadismo profissional, que refere-se aos deslocamentos de mão-de-obra

agrícola graças à expansão da mecanização e da pecuária, mas também as necessidades de mão-de-obra estacional. O fenômeno da migração circular então se esboça (SANTOS, 2008, p. 212).

E esse processo ocorre no município devido ao período de colheita do café, há uma rotação das pessoas em busca de empregos, enquanto outras fixaram a moradia buscando alternativas que garantam a sobrevivência da família.⁹

2.2. A Expansão da Cidade: dos primeiros loteamentos aos dias atuais

Para analisar a expansão da cidade, tomamos como referência os mapas construídos pela equipe de elaboração do Plano Diretor Urbano, bem como a legislação municipal que versa sobre o uso ,ocupação e parcelamento do solo urbano, bem como nas teorias desenvolvidas por geógrafos que estudam a cidade. Nessa perspectiva de análise, a pesquisa buscou enfatizar a expansão da cidade com base na forma e no conteúdo que esta apresenta, correlacionando com as questões mencionadas por Souza,

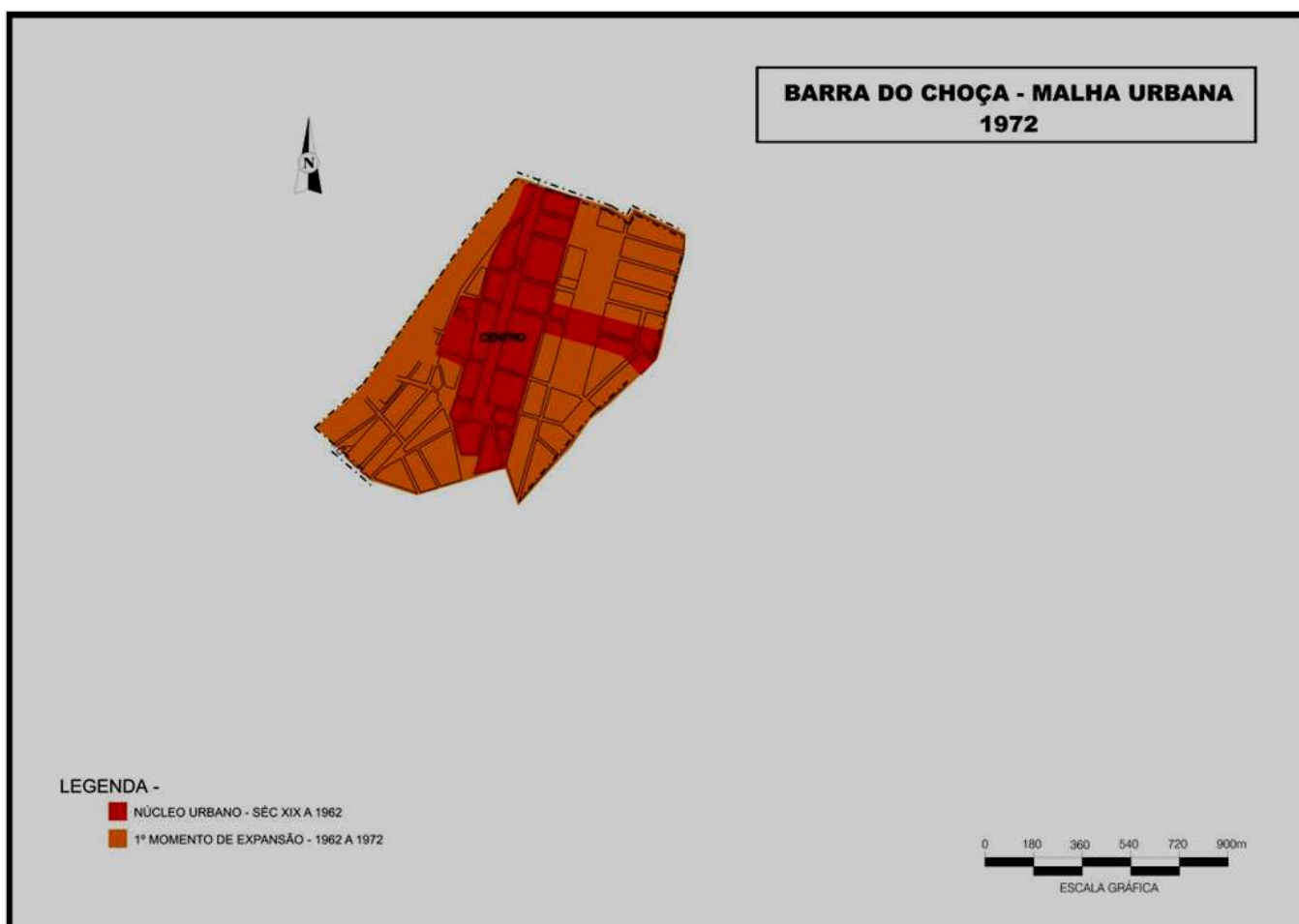
Para algumas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos transportes, ao ter algumas áreas embelezadas e remodeladas. Esquecem-se, com muita facilidade, duas coisas: os custos sociais e ambientais, de tais progressos, via de regra muito seletivos, social e espacialmente; e o contexto mais amplo (regional, nacional, internacional) de tais melhoramentos, os quais, normalmente, significam que está em curso, dependendo do país, uma extração de mais-valia e uma drenagem de renda fundiária de outras áreas, dentro ou fora do país, as quais alimentam os projetos de embelezamento, “revitalização”, que conferem um prestígio a certas partes de certas grandes cidade. (SOUZA, 2005, p. 96)

⁹ De acordo com os entrevistados no período de entressafra eles fazem a limpeza das ruas de café, adubação e desbrotamento dos pés de café (arrancam os brotos novos que nascem nos pés de café).

Na cidade em estudo, é importante ressaltar que a expansão da cidade ocorreu muito antes da elaboração do Plano Diretor e também da legislação, ambos instituídos em 2006. Sendo assim, pode-se perceber que a expansão da cidade foi marcada por um período onde as construções eram realizadas sem a obrigatoriedade de observância das leis, bem como sem critérios próprios para as construções.

Detalharemos o primeiro momento da expansão da cidade, conforme se pode confirmar pela análise da figura 07. O mapa da malha urbana da cidade de Barra do Choça, demonstra o primeiro momento de expansão da cidade em 1972.

Figura 07: Primeiro momento de expansão da cidade de Barra do Choça-BA- 1972



Fonte: Mapa adaptado pela autora a partir do mapa do Plano Diretor Municipal/Prefeitura Municipal de Barra do Choça, 2008.

Nesse período, a expansão ficou concentrada nas áreas próximas ao centro. Para França e Soares,

A expansão territorial das cidades acontece por diversos fatores, dentre eles o aumento da demanda por habitações geradas pelo crescimento populacional; o surgimento de novas formas de morar, por exemplo, a expansão dos loteamentos que se dá geralmente por mecanismos especulativos; as transformações nas áreas centrais que aumentam a concentração de atividades e disponibilidade de serviços, enquanto diminui sua função meramente residencial. Quando uma cidade expande territorialmente, significa que ela absorve e/ou incorpora áreas e parcelas de território. (FRANÇA e SOARES, 2007, p. 75).

A expansão da cidade foi marcada por fatores diversos que também estão relacionados à segregação espacial dos espaços, que Souza referencia muito bem afirmando que,

O fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que, devido a sua pobreza, à etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infra-estrutura, mais insalubres etc.), sendo, na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade. (SOUZA, 2005, p.68).

No decorrer da pesquisa, de acordo com as observações a campo podemos perceber que na cidade de Barra do Choça esta segregação residencial está presente nos espaços. No princípio do povoamento, como afirmamos anteriormente, teve início pelo centro da cidade, as casas eram simples e quase com a mesma configuração, ainda restam algumas construções na atualidade que são resquícios dos anos 70, as casas eram grandes e espaçosas com portas e janelas grandes, todas com visibilidade para a rua principal, com modelos bem típicos de cidade interioranas, conforme se pode observar pela figura 08.

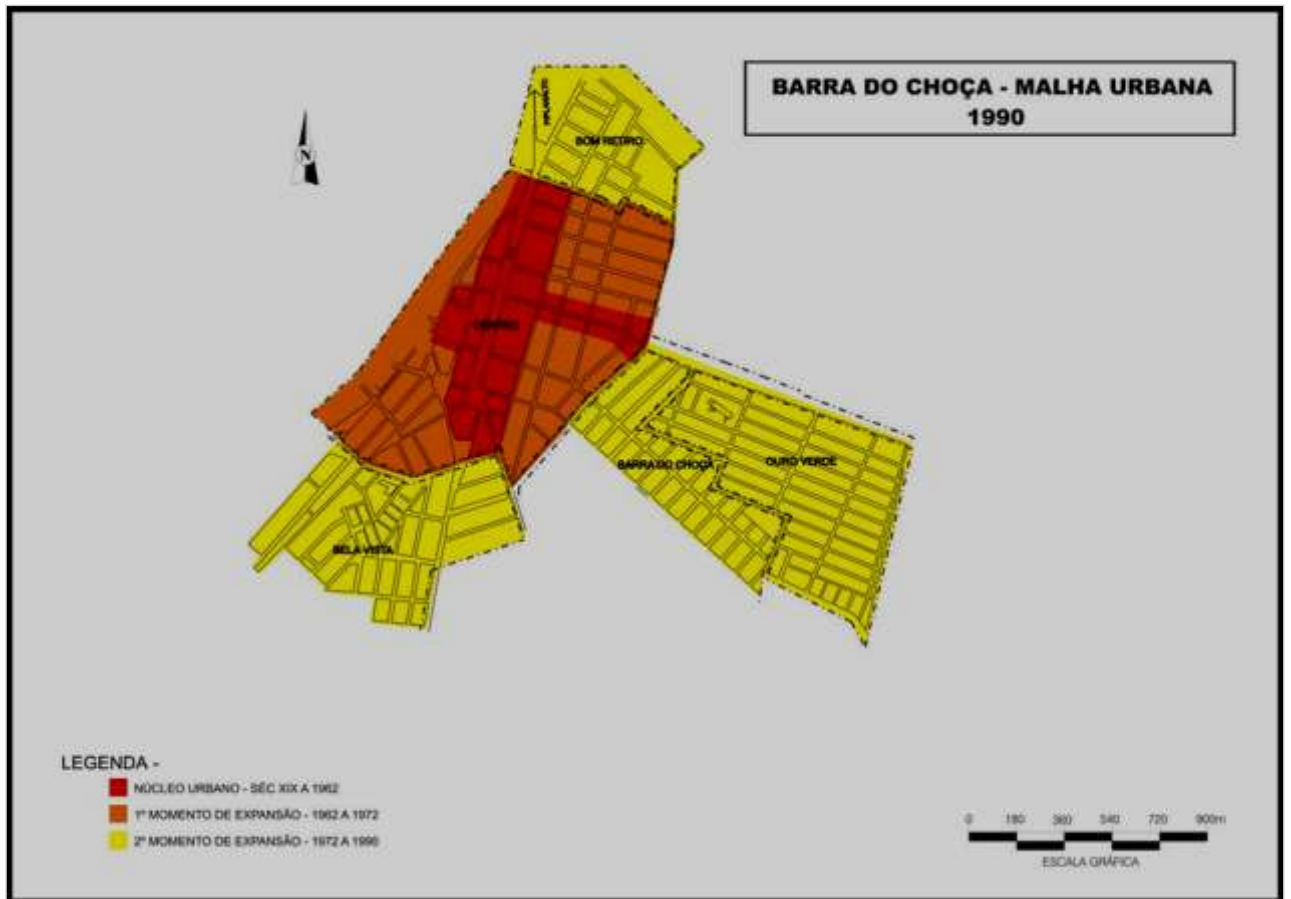
Foto: Luciana Oliveira



Figura 08: Modelo de casa antiga, Centro, Barra do Choça, 2011

O segundo momento de expansão ocorreu entre os anos de 1972/1990, conforme retrata a figura 09.

Figura 09: Segundo momento de expansão da cidade de Barra do Choça-BA- 1990

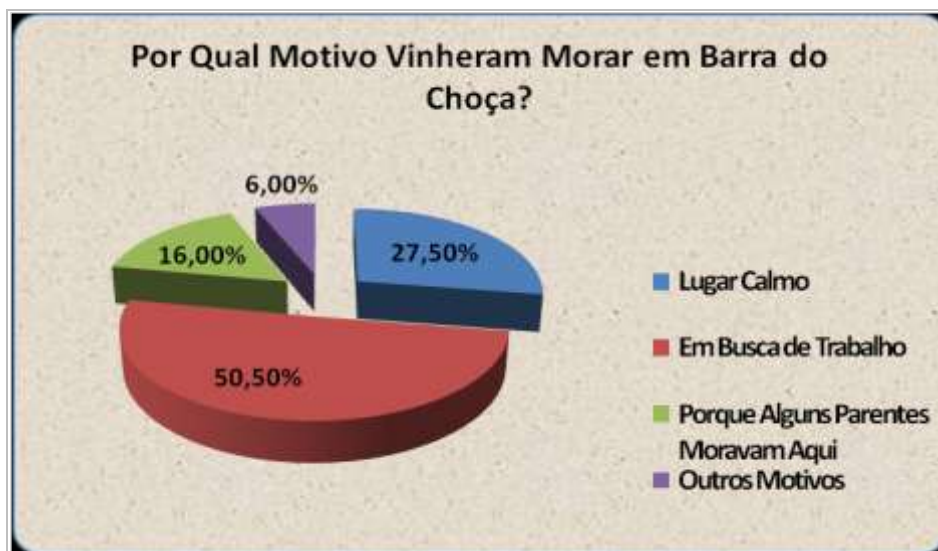


Fonte: Mapa adaptado pela autora a partir do mapa do Plano Diretor Municipal/Prefeitura Municipal de Barra do Choça, 2008.

Esse período foi marcado pela expansão da lavoura cafeeira, o momento quando houve o início do plantio, em que a lavoura carecia de muita mão-de-obra. Assim, a grande atrativo para o povoamento da cidade foi o café. Nesse período, a cidade se expande com a criação dos bairros Bela Vista, Bom Retiro e Ouro Verde, como mostra a figura 09.

Diante disso, torna-se relevante apresentar dados que se referem aos questionamentos dos entrevistados, que podem comprovar as razões que os levaram a residir na cidade de B. do Choça. Entre elas, destacam-se a busca de emprego, de melhores condições de vida e, mormente, sobrevivência para a sobrevivência da família, conforme gráfico 01.

Gráfico 01- Motivos que levaram as pessoas a morar em Barra do Choça



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

A pesquisa constatou que a cafeicultura se configura num importante atrativo para fixar moradia na cidade, já que as pessoas eram absolvidas pela lavoura cafeeira naquele momento em implantação no município.

Além dos novos moradores, Barra do Choça ganhou também um contorno diferenciado construído pela formação de novos bairros, para atender a nova demanda, uma infra-estrutura teve que ser repensada. O que originou a construção de escolas, postos de saúde, calçamento de ruas, construção de praças, entre outros equipamentos urbanos. A exemplo dos bairros Bela Vista, Cidade Jardim, Bom Retiro, entre outros.¹⁰

¹⁰ As informações que se referem ao modo de vida nos bairros citados foram coletadas pelas entrevistas concedidas pelos moradores, pela pesquisa em foco.

Sintetizando, ao longo dos anos, a lavoura cafeeira impactou sobremaneira na atual configuração dos bairros. Hoje, o bairro Bela Vista. Destaca-se pelo grande número de bares que atendem as pessoas tanto no horário matutino, o horário de saída para cata café, como no horário noturno, quando as pessoas estão chegando das roças e aproveitam para conversar. É um ponto de encontro de pessoas nas noites de sábado e nas tardes de domingo. Um dos espaços mais usados da cidade, sobretudo, pelos mais jovens, também está localizado nesse bairro, o Ginásio de Esportes, mais um espaço de lazer e entretenimento para as pessoas que gostam de praticar esportes.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 10: Ginásio de Esportes Oberdan Rocha, Bairro Bela Vista, Barra do Choça, 2011

A praça da figura 11 nos mostra a presença de diversos bares, onde as pessoas se encontram nas noites de sábado e nos finais de tarde de domingo.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 11: Praça do Ginásio de Esportes, Bairro Bela Vista, Barra do Choça, 2011

Geralmente, são os jovens na maioria que freqüentam esse espaço nos finais de semana sendo esta uma das poucas formas de lazer da cidade, onde encontram-se nos bares e também praticam esportes no Ginásio de Esportes.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 12: Praça do Ginásio de Esportes, Bairro Bela Vista, Barra do Choça, 2011

O Bairro Bela Vista é um bairro extenso e muito povoado, com uma configuração urbana muito típica da Região Nordeste, desde o início do processo

de ocupação: a maioria das casas tem a mesma parede da outra, porque, na época, ainda não se cumpria a legislação da construção civil que prevê uma distância mínima entre as casas, conforme podemos observar pela figura 13

Foto: Luciana Oliveira



Figura 13: Tipos de casas do Bairro Bela Vista, Barra do Choça, 2011

Outro fato interessante e bem típico de cidade pequena, que é marcante no bairro, é a presença dos moradores nas calçadas. Eles fazem diversas atividades nas ruas, uma maneira que demonstra o cotidiano dos moradores de uma cidade pequena. Cabe salientar que esses encontros acontecem geralmente em épocas de entressafra, quando não tem café para colher, como também nos horários de final de tarde. Ainda tem a questão da coletividade, do conhecimento entre todos do bairro, uma característica que retrata as relações afetivas entre as pessoas que o habitam.

Foi construída no bairro Bela Vista, a Praça do Café que representa uma homenagem a cultura do café no município, está instalada na chegada da cidade, tendo uma simbologia que demonstra para os visitantes a importância marcante dessa cultura para a cidade.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 14: Praça do Café, Bairro Bela Vista, Barra do Choça, 2011

Outro bairro que foi criado nesse segundo momento de expansão da cidade foi o bairro Bom Retiro, e é composto, em grande, parte pela “classe média” da cidade. De pequena extensão, nesse bairro há uma pequena concentração de moradores que, na sua grande maioria, são funcionários públicos, comerciantes e também têm alguns poucos catadores de café. Tem uma quadra de esportes para o lazer dos moradores e alguns espaços de consumo, que funcionam o dia inteiro, além de alguns pequenos supermercados, que atendem, em parte, às necessidades dos moradores dos seus arredores. A configuração urbana desse bairro difere-se do bairro Bela Vista: as casas são mais separadas, com muros e maiores espaços maiores entre uma e outra.

Um aspecto de fundamental importância para relatar sobre o Bairro Bom Retiro é que o loteamento foi aberto em uma área composta por vales e voçorocas, como dito anteriormente, ainda não se tinha um conhecimento da legislação ambiental, naquela época pois trata-se de uma área de encostas. Hoje, a maioria dos moradores sente de perto as consequências de localização em uma área de proteção, pois as voçorocas que se abriram, por conta do desmatamento, estão ocasionando muitos danos à população do bairro.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 15: Modelo de casas do Bairro Bom Retiro, Barra do Choça, 2011

Outro aspecto fundamental na análise da formação da cidade refere-se aos índices sociais adotados pelos órgãos de pesquisa do governo. As pesquisas feitas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) retratam os índices sócio-econômicos de Barra do Choça, e através destes, podemos afirmar que o município apresenta um elevado nível de pobreza, com uma população carente de recursos financeiros. A grande maioria da população depende diretamente do trabalho braçal, de bóia-fria. De acordo com dados do IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares, o município de Barra do Choça apresenta percentual de 40,18% de pobreza. Com uma análise desses dados, pode-se afirmar que existem altos índices de pobreza e desigualdade social. Este fato tem relação direta com as atividades econômicas e sazonalidade da colheita do café, pois a grande maioria da população tem como fonte de renda o trabalho na agricultura, este trabalho se dá em um período temporário, e quando em períodos de entressafra, as pessoas dedicam-se a subempregos, como feirantes, domésticas, vendedores ambulantes, entre outras atividades que, muitas vezes, garantem uma renda bem inferior a adquirida na colheita do café. (IBGE,2000).

O depoimento de uma senhora que trabalha na safra do café retrata a diferenciação de renda no período da safra e da entressafra, bem como o período de crise da cultura cafeeira,

É “minha fia” já teve ano de eu construir até casa com o dinheiro do café. Aqui em casa trabaia eu e minha família inteira do menor ao maior. E nois ganhava muito dinheiro quando a safra era boa. Tinha semana de nois ganhar até R\$ 500,00. Agora quando acaba a colheita... é muito sofrimento. Nois fica até passando necessidade, é duro, se nois não guardar um pouco, nois passa inté fome. Mas antigamente o café dava ,mais dinheiro, agora tá mais difícil, as roças já acabaram muito, mas nois ainda consegue um dinheirinho na safra (Entrevistada B).

Pelo depoimento da entrevistada B, pode-se analisar a importância do período de safra na vida das famílias catadoras de café, é uma fase de “fatura”, em que eles têm renda semanal garantida, como também se percebe que o período da entressafra é uma fase de sofrimento, porque ficam submetidos aos “bicos”, quando encontram, e quando não, ficam a mercê da própria sorte e muitos até se retiram da cidade em busca de melhores alternativas.

De acordo com questionários aplicados as famílias dos alunos, com relação à renda por família, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 05:
Renda mensal familiar no período da entressafra, em Barra do Choça, 2010.

Faixa de renda	(%)
Até 1 S/M	70,8
De 2 a 3 S/M	10,2
De 4 a 5 S/M	8,9
De 6 a mais S/M	0,3
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Nota: SM - Salário mínimo.

Assim, de acordo com a renda familiar, podemos afirmar que no município de Barra do Choça, grande parte da população tem uma renda muito oscilante entre os períodos de safra e entressafra. Um fato interessante a ressaltar é que

realizamos a pesquisa no período de entressafra, e no período da safra a renda é bem superior, dependendo da agilidade do catador (a) de café, como também das condições do cafezal. Em média, a renda familiar de catadores de café, em uma família com três pessoas que trabalhem de segunda a sexta na lavoura, é de R\$ 400,00 por semana, que equivale a R\$ 2.000,00 mensal¹¹. Outro aspecto de suma importância é que durante esse período de safra, o comércio da cidade tem uma movimentação diferenciada, bem como, o movimento e circulação de dinheiro no município é bem maior.

Como bem referenciado por Damianni ,

Sabe-se que o processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares. Tem-se que, nas pequenas cidades, ele se poderia apresentar mais residualmente. Contudo, enquanto tal, de modo imanente, o processo do capital põe as diferenças temporais e espaciais: formas pré-capitalistas de produção ou não capitalistas o tempo todo são reproduzidas, simultaneamente, ao modo de produzir especificamente capitalista. A divisão social do trabalho se desdobra numa divisão territorial do trabalho, em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas (DAMIANNI, 2006, p. 137).

Outro importante critério de indicador social que a Prefeitura disponibiliza refere-se à Esperança de Vida. Sabemos que a esperança de vida de uma população está diretamente relacionada à sua qualidade de vida, logo, quando a qualidade de vida de uma população melhora, a esperança de vida tende a aumentar. Assim, entre os anos de 1991 a 2008, a esperança de vida passou de 60,68% para 63,60%.

O analfabetismo é um indicador bastante utilizado pelo IBGE e por órgãos de pesquisa, o município apresenta uma queda nos índices de analfabetismo de aproximadamente 40,89%. Outro indicador social utilizado pelo IBGE é o índice de Gini, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando

¹¹ Esses dados foram obtidos através de entrevistas com catadores de café do município.

não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Nesse índice, de acordo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil Barra do Choça, na Bahia, passou a dividir com a gaúcha Santa Maria do Herval, no Rio Grande do Sul, o título de município mais equânime na distribuição de renda no Brasil. Seu índice de Gini caiu de 0,51 para 0,36 entre 1991 e 2000 a despeito de a renda per capita ter aumentado de R\$ 67,94 para R\$ 71,75.

Essa queda no índice de Gini decorreu principalmente das condições de qualidade na educação. Sabe-se que quando uma população dispõe de uma melhor escolaridade, tem também melhores condições de emprego e, conseqüentemente, melhora a sua renda.

Mas, ainda assim, cabem algumas críticas à análise feita através do índice de Gini, porque ele sozinho não retrata as realidades do município, pois a renda da população e as desigualdades, conforme foi relatada anteriormente, não tem tanta equidade como o índice afirma, fato comprovado pelo próprio IBGE, de acordo com esse órgão, o município que apresenta o menor índice de Gini é Barra do Choça, com 0,33. O que se tem no município e a pesquisa retratam, é uma grande parcela da população que vive em condições precárias economicamente. Porém como é de conhecimento da população local, não existiam programas sociais voltados para as pessoas menos favorecidas economicamente, mas sim uma política pautada no assistencialismo¹², em que as famílias recebiam alguns quilos de alimentos diariamente e alguns trocados que eram usados para o consumo de álcool, possibilitando a embriaguez e o esquecimento dos problemas enfrentados¹³. O fato de o município ter esse destaque deve-se unicamente aos índices de educação e saúde, dos quais, podemos afirmar, que foi feita uma média no município sobre estas questões.

¹² Na pesquisa em foco, a autora como moradora da cidade há 30 anos, e por conhecer a realidade local, faz citações referentes as observações de alguns fatos que ocorreram na cidade.

¹³ Esses dados são revelados por alguns dos entrevistados. Cabe ressaltar que não foi um questionamento feito pela pesquisa, mas ainda assim as pessoas falavam.

Nesse período de 1998 o município estava recebendo a gestão plena da saúde, portanto, dispunha de um volume maior de recursos e pouca demanda, como também estava sendo implantado no país o FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), quando as prefeituras passaram a receber um maior volume de recursos para a educação. Assim, hoje o município já apresenta um quadro completamente diverso do anterior. Com uma população de 32.489, de acordo com a contagem realizada pelo IBGE em 2007. Essa queda populacional trouxe para o município muitos prejuízos, ocasionando queda de receita e, conseqüentemente, a população foi diretamente atingida, porque houve a precariedade na oferta dos serviços públicos, queda no salário dos servidores, e também afetou as vendas do comércio, enfraquecendo economicamente a cidade.

Outro aspecto relevante sobre a implantação da lavoura cafeeira em Barra do Choça, é a ocorrência de mudanças no espaço do campo referente as questões relacionadas ao meio ambiente, pois estas eram relegadas ao último plano e por vezes, sequer eram lembradas, pois o crescimento econômico estava atrelado à destruição das matas virgens para o plantio de café. Sendo que o roteiro seguido era: derrubada de mata virgem de forma manual ou com trator esteira, seguindo de queimadas, aração e gradagem¹⁴. Posteriormente, era aplicado o calcário, gradeando novamente e após esse processo fazia-se a abertura de covas. Depois eram aplicados adubos químicos e orgânicos que eram misturados fechando-se as covas, e quando chovia eram plantadas as mudas de café (DUTRA NETO, 2004, p. 67).

As fazendas de café tinham aberturas chamadas de ruas e um conjunto de ruas¹⁵ formavam as quadras. Nesse sentido, um aspecto negativo que deve ser notado é a grande degradação ambiental provocada pelo cultivo do café. O momento histórico revelava que o desenvolvimento poderia ser concretizado a partir de grandes transformações no espaço geográfico. O estudo de Oliveira, pontua a questão das modificações ambientais e socioeconômicas decorrentes do

¹⁴ O sistema de gradagem consiste no processo de desfazer alguns torrões, com a grade do trator para que a superfície do solo fique mais uniforme.

¹⁵ O arruamento do café deveria possibilitar a passagem do trator que estava constantemente passando nas ruas para aplicação de produtos químicos, recolhendo as sacas de café colhido.

desenvolvimento da cafeicultura no município de Barra do Choça- Ba, o autor afirma que:

Do ponto de vista sócio-ambiental, a incorporação de novas áreas para o desenvolvimento agrícola se traduziu em fragmentação de habitat e perda da biodiversidade. Na maioria das vezes, o avanço de áreas agrícolas têm-se dado em áreas protegidas por lei existem poucos estudos no Estado da Bahia que tratem dessa problemática (OLIVEIRA, 2007, p. 54/55).

Observamos que a monocultura cafeeira trouxe consigo os primeiros e mais graves problemas ambientais para o município. Mas no início da implantação do café não restavam alternativas para que o município elevasse sua renda, assim, o “pacote tecnológico”, foi facilmente aceito pelos produtores sem que apontassem posicionamento contrário. Até porque naquele período as leis ambientais não influenciavam tanto, não tinham grande repercussão no Brasil, sobretudo nas pequenas cidades interioranas.

Outro bairro criado no segundo momento de expansão urbana da cidade é o Ouro Verde. Uma característica marcante do bairro é a mistura entre cidade e campo num mesmo espaço. Podemos observar que a configuração urbana do bairro está muito próxima a algumas fazendas de café. Assim, como afirma Santos, M. :

A região urbana tem sua unidade devida, sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias, encontradas em seus respectivos territórios, as quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devida a inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades agrícolas circundante que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. Nas regiões agrícolas, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano, enquanto nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que tem esse papel (M. SANTOS, 1994, p. 25).

No bairro Ouro Verde há uma incidência grande de atividade rural, concordamos com Santos que ali estaria localizado uma região agrícola com o predomínio de atividades relacionadas ao campo. Conforme observamos em

pesquisa local, este extenso e povoado bairro abriga muitas diversidades, tem um comércio diversificado (alguns moradores até afirmam que o Ouro Verde é outra cidade dentro da cidade) pela variedade e diversidade de espaços ali encontrados. Assim, encontramos nesse bairro pessoas que se dedicam as atividades rurais, ao comércio, funcionários públicos enfim, pessoas vindas de diversos lugares com perspectivas de vida diferentes.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 16: Casas do Bairro Ouro Verde, Barra do Choça, 2011

A configuração urbana do Ouro Verde é formada por residências com quintais grandes e espaçosos, onde os moradores aproveitam os espaços para a agricultura.

Um aspecto a ser destacado nesse bairro é a construção de casas para a população carente pelo projeto do Governo Federal/Estadual/ Municipal através do Projeto Viver Melhor, essas casas são pequenas, porém o espaço do terreno é grande, espaços estes que estão sendo aproveitados pelos moradores para construção e/ou ampliação das casas. A figura 17 mostra o conjunto habitacional construído em parceria com a Prefeitura Municipal, o Governo Estadual e Federal.

A grande maioria dos moradores dessa localidade são pessoas que se dedicam às atividades rurais, pois esta se constitui em uma alternativa para essas pessoas que possuem baixa escolaridade.

Foto: Prefeitura Municipal de Barra do Choça



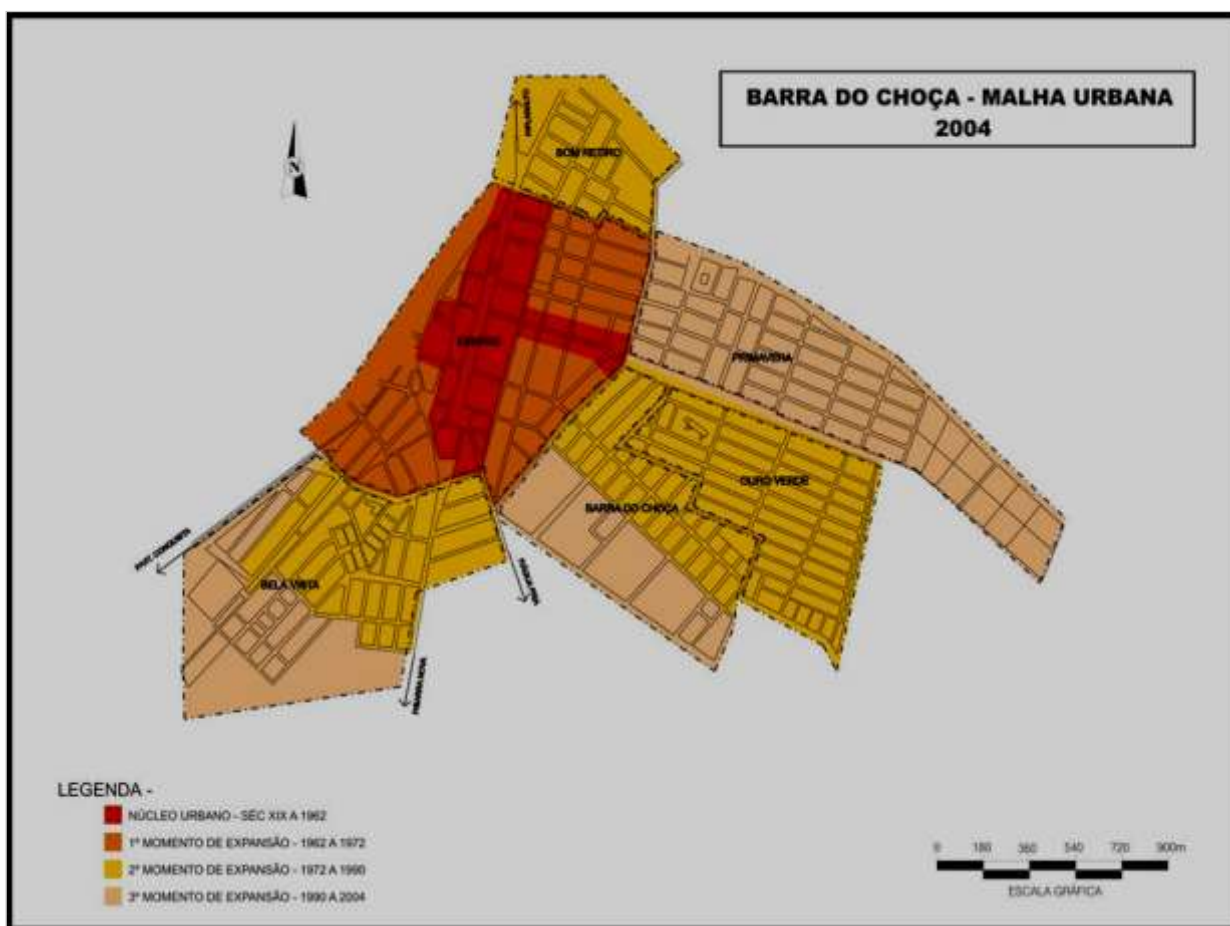
Figura 17: Conjunto Habitacional do Projeto Viver Melhor, Bairro Ouro Verde, Barra do Choça, 2007.

No Ouro Verde também tem uma feira livre que funciona aos domingos, com um comércio diversificado de verduras, legumes, cereais, carnes e outros. O espaço onde funciona a feira livre não é coberto, pois esta funciona no meio da rua. Um aspecto importante a ser destacado no bairro é que ele é o único da cidade que possui uma Associação de Moradores, é nesse contexto que percebemos a importância da sociedade civil organizada porque a associação desempenha um importante papel na cidade, servindo de elo entre os setores públicos e a comunidade, sendo que algumas conquistas já foram conseguidas através da atuação da entidade social.

O Bairro Ouro Verde é o mais extenso da cidade, daí a sua grande diversidade nos modos de vida, que se expressam num contínuo rural/ urbano, com um cotidiano típico de uma cidade pequena e agrícola. Assim, encontramos no bairro Ouro Verde um comércio diversificado, sendo que, muitas vezes, os moradores não precisam mais ir ao centro da cidade em busca de produtos e serviços, pois o próprio bairro já atende as necessidades dos moradores.

O terceiro momento de expansão urbana ocorreu entre os anos de 1990 a 2004, conforme se pode comprovar pelo mapa da expansão urbana na figura 18, referente a esse período com a criação do loteamento Primavera. São espaços que ainda estão em construção e a grande maioria são vazios urbanos.

Figura 18-Terceiro Momento de Expansão da cidade de Barra do Choça- 1990 a 2004

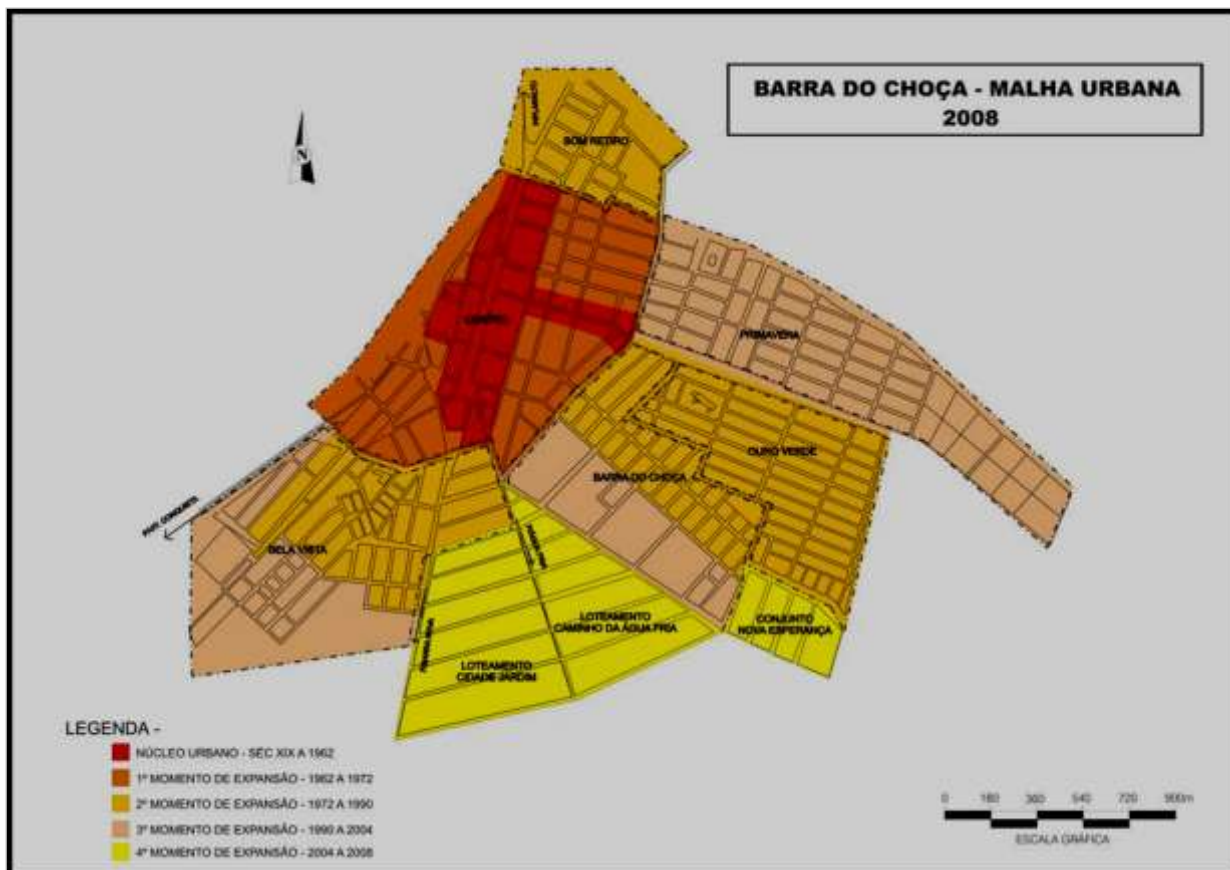


Fonte: Mapa adaptado pela autora a partir do mapa do Plano Diretor Municipal/Prefeitura Municipal de Barra do Choça, 2008.

O quarto momento de expansão da cidade ocorreu entre os anos de 2004 a 2008 com a criação dos bairros Cidade Jardim, Barra do Choça e do loteamento Água Fria. Esses loteamentos por serem criados recentemente ainda não dispõem de uma ocupação de grande relevância, visto que os mesmos têm poucas construções. De acordo com a figura 17, pode-se visualizar os tipos de casas que

foram construídas sendo estas pertencentes tanto a pessoas de classe média como de pessoas de baixa renda.

Figura 19- Quarto momento de expansão da cidade: 2004 a 2008



Fonte: Mapa adaptado pela autora a partir do mapa do Plano Diretor Municipal/Prefeitura Municipal de Barra do Choça, 2008.

Foto: Luciana Oliveira



Figura 20: Modelo de casas no Loteamento Cidade Jardim, Barra do Choça, 2011

Foto: Luciana Oliveira



Figura 21: Modelo de casa no Loteamento Cidade Jardim, Barra do Choça, 2011

Analisando as figuras 20 e 21, podemos observar que está presente na área em estudo, conforme aponta Souza,

O fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas, mais insalubres, sendo

na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços, reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade. Essa é a segregação residencial induzida (SOUZA, 2005, p. 68).

Assim, são diversos contrastes que encontramos no espaço, uma diversidade de pessoas de diferentes rendas que são retratadas pelo tipo de habitação que constroem.

O quarto momento de expansão da cidade ocorreu entre os anos de 2004 a 2008, conforme observamos a figura 19.

Diante do exposto, é interessante fazer a análise desses espaços tendo como fundamento o pensamento que Santos, M. faz sobre a cidade, para ele,

A cidade é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação. Por isso, o entendimento do processo global de produção não se contenta com a mera economia política da urbanização, exigindo uma economia política da cidade. A economia política da cidade seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade (SANTOS, M. 2009, p.114).

Nesse sentido, a economia política da cidade está diretamente relacionada com o uso que se faz do espaço que é construído e transformado a partir das pessoas que o ocupam dando a ele sua configuração. Dentro dessa análise, para compreendermos a dinâmica da política da cidade, abordaremos o planejamento urbano que foi tardiamente elaborado na cidade de Barra do Choça, através da elaboração do Plano Diretor Urbano.

2.3. O Plano Diretor do Município de Barra do Choça

Foi elaborado no município o Plano Diretor Urbano, que foi realizado por uma determinação do Governo Federal aos municípios com mais de 20 mil habitantes. A Prefeitura municipal contratou uma empresa AST (Consultoria e

Planejamento Ltda.). O Plano Diretor foi autorizado no município através da LEI N º 62, DE 09 DE OUTUBRO DE 2006, que no seu artigo I (Em Anexo). É importante salientar que a implementação do Plano Diretor Municipal se deu muito tempo após a construção da cidade, dificultando, assim, sua eficácia no espaço. Dessa forma, muitas diretrizes e objetivos foram apenas teóricos, não podendo ser executados na prática. Foi um instrumento feito para atender a política do Governo Federal para que o município pudesse receber verbas.

Para uma abordagem sobre o Plano Diretor Municipal, faz-se necessário tecer alguns comentários pertinentes ao planejamento urbano no Brasil desde o início aos dias atuais com a implantação do Plano Diretor Municipal em cidades com mais de 20 mil habitantes.

O planejamento urbano no Brasil inicia-se a partir da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Abreu (1987:35), “só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classe social”. Essas modificações, na forma urbana, já davam um sinal de reforma urbana para atender aos interesses dos portugueses que se instalavam na cidade naquele período. É importante ressaltar que a reforma urbana buscava dar um ar europeu a uma cidade considerada insalubre, poluída e povoada por uma grande maioria de pobres.

Diante de tantos problemas urbanos, o Brasil carecia e ainda carece de uma Reforma Urbana, para Souza (2005, p. 35), a reforma urbana é uma reforma social estrutural, com forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social.

Assim, podemos afirmar que as reformas urbanas realizadas nas cidades brasileiras tanto no passado como no presente, não atendem a essa definição, pelo contrário, como vimos, eram reformas para atender o capital e a classe dominante. A ideologia era reformar a cidade para que nela fosse facilitado o fluxo de capital e mercadorias. A população pobre era vista como um empecilho ao desenvolvimento. Assim, entendemos que uma reforma urbana precisa ser vista

não apenas tendo o solo como uma mercadoria, mas, sobretudo, valorizando o valor de uso do solo urbano para os pobres (quando possuem!) onde representa um suporte para sua vida.

Foi criado o Estatuto da Cidade também com um caráter de transformar o solo urbano como mercadoria, para que a Lei do Estatuto da Cidade não venha atender apenas aos interesses do capital, é importante que haja uma participação efetiva do cidadão, no sentido de lutar por políticas públicas urbanas, na construção de uma cidade que atenda também aos interesses da classe menos favorecida.

Para Rolnik ,

As inovações contidas no Estatuto da Cidade situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir mais do que normatizar – as formas de uso e ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a idéia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal (ROLNIK, 1995, p. 34).

Diante dessa afirmação, podemos entender que o Estatuto da Cidade é um avanço no setor da política urbana, ainda que não atenda a todos os nossos anseios por uma cidade mais justa e com equidade social, tem um ponto positivo que é a abertura para a participação direta do cidadão em processos decisórios no destino da cidade. Essa participação precisa estar em conexão com as necessidades das classes menos favorecidas e desprovidas de recursos materiais. No contexto apresentado, é importante que a participação se dê no âmbito deliberativo e não apenas consultivo, para que a participação popular tenha representatividade.

As inovações citadas por Rolnik (1995), apresentam aspectos relativos ao mercado imobiliário quando procura coibir a retenção especulativa de terrenos e de instrumentos que consagram a separação entre o direito de propriedade e potencial construtivo dos terrenos atribuídos pela legislação urbana.

Um aspecto relevante do Estatuto da cidade é a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes bem como da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão de decisões do plano.

O Plano Diretor torna-se um importante instrumento de intervenção no território. Mas é importante ressaltar que em diversos municípios, os planos acabam ficando engavetados porque são elaborados apenas por conta da obrigatoriedade do governo federal, e muitos deles não têm aplicabilidade. Assim, o cidadão tem o direito de exigir dos governantes que o plano diretor seja posto em prática porque ele é um forte instrumento de intervenção urbana e abre perspectivas de construirmos cidades com mais equidade social. Para Silva (2006, p. 34), o estatuto da cidade atingirá sua plenitude quando alcançar a integração das políticas municipais como as de transportes, habitação, planejamento urbano, meio ambiente, saúde, educação, saneamento básico, patrimônio histórico e arquitetônico, essenciais à efetivação da gestão democrática.

E o autor complementa afirmando que o Estatuto da Cidade chegará à sua plenitude quando da universalização do atendimento das demandas urbanas, com equidade, garantindo, inclusive, à população de baixa renda, os serviços essenciais.

Nessa perspectiva de análise, o Estatuto da Cidade precisa garantir ao cidadão o direito à cidade e a urbanidade. E cabe ao cidadão ingressar nessa luta e participar das políticas públicas urbanas para que a cidade seja um espaço ao mesmo tempo plural e unitário, e que sejam respeitadas as diversidades de cada um.

Em um estudo realizado por F.Souza (2008, p. 56), sobre a elaboração dos planos diretores em três cidades da Bahia, estando incluídas nessas a cidade de Barra do Choça, o autor destaca que, o município de Barra do Choça recebeu das mãos dos técnicos municipais, a denominada “Leitura da Realidade Municipal” ou o “Relatório do Plano Estratégico” e o “Caderno de Oportunidades”

prontos e acabados. A crítica refere-se ao fato da elaboração do Plano Diretor Municipal ter partido da construção dos técnicos e de pessoas indicadas pelo poder público local, onde a participação da população se deu apenas de uma forma figurativa.

Esse fato é de suma importância para a nossa análise, porque o Plano Diretor de acordo com a Legislação que o instituiu, prevê a participação popular não apenas no processo de elaboração, mas também nas etapas em que o Plano for posto em prática. É uma maneira das pessoas mostrarem como querem a cidade, quais os seus anseios e os seus projetos para o lugar que constroem no seu dia-a-dia. Mas para o referido autor esse momento não se concretizou, segundo ele, a preocupação primordial na elaboração do Plano foi com projetos estratégicos de desenvolvimento econômico. Refletindo de forma muito clara que mais importante do que a qualidade de vida das pessoas que habitam, constroem e transformam a cidade com o seu cotidiano, é o desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO III:

**AS INTER-RELAÇÕES ENTRE A CIDADE E O CAMPO EM BARRA
DO CHOCA**

3.1. A questão da relação cidade/campo

A análise a cerca de cidade/campo requer um entendimento que envolve o conceito de cidade e campo. Assim observamos que os mesmos, não devem ser entendidos como espaços/ áreas dicotômicas, mas que se completam e são interdependentes. Assim, Sposito, afirma que,

A cidade, marcada pela concentração, é o espaço propício a realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções. O campo, marcado mais pela extensão e dispersão, atende técnica e economicamente ao desempenho de outras atividades (SPOSITO, 2006, p. 45).

É nessa premissa que está centrada a discussão: a cidade como lugar de concentração e o campo como espaço de dispersão, contudo existe uma interdependência entre ambos, porque se constituem em espaço complementares.

Definir a cidade conceituando-a é um processo que vem se tornando cada vez mais complexo tanto do ponto dos teóricos da geografia urbana, bem como para o senso comum. Assim, para um entendimento a cerca do conceito de cidade e do que esta representa no âmbito da sociedade, faremos uma abordagem tendo como base uma retrospectiva histórica desse conceito, considerando que o estudo sobre a cidade e o campo vem sendo o foco de vários estudiosos na tentativa de compreender a dinâmica sócio-espacial e as transformações ocorridas nesses espaços, bem como a inter-relação entre os modos de vida que estão presentes na cidade e a sua ligação com o campo.

Nas ultimas décadas o estudo sobre as cidades pequenas e médias tem despertado o interesse de teóricos da área urbana, pela importância que estas têm representado para entendermos a dinâmica urbana. Deve-se salientar que, o estudo sobre a relação cidade/campo tem tomado uma grande dimensão nas últimas décadas, surgindo várias teorias que afirmam que o campo e a cidade configuram-se em um continuum, são espaços que se complementam que os campos contem a cidade e vice-versa. Nessa perspectiva, a pesquisa aponta que

campo e cidade são espaços que estão constantemente imbricados pelo modo de vida rural e urbano (ENDLICH, 2006, p. 15).

Com base em Endlich,(2006), o campo e a cidade poderiam ser considerados levando em conta a realidade material, a forma, o espaço onde estão presentes os modos de vida rural e urbano é a realidade social produzida nesses espaços. São os sujeitos, definidos ora como rurais ora como urbanos, que imprimem significados aos espaços em que vivem, dotando-os de elementos que possibilitam a identificação e distinção entre o mundo rural e urbano. Tendo como base esse pensamento, entendemos que na definição de rural e urbano há a necessidade de se considerar as dimensões sociais e culturais de cada espacialidade, uma vez que são elas que engendram um significado às relações estabelecidas nos espaços que são relacionados à sua respectiva categoria (campo/rural e cidade/urbano)

Para Endlich,

O campo e a cidade não podem ser utilizados como sinônimos de rural e urbano porque, apesar da dependência que se estabelece entre eles pelo fato de, teoricamente, o campo ser a base prática de manifestação do rural e, de forma semelhante, a cidade ser à base de manifestação do urbano, podemos incorrer em um erro ao realizarmos tal associação simplista. Dada a intensidade de relações que se estabelecem entre o campo e a cidade, percebemos que a realidade social manifestada e associada a cada espaço (rural e urbana) ultrapassa os limites de cada um, existindo uma influência mútua entre eles. O urbano e o rural como sua realidade social, que nesse trabalho será considerada como o modo de vida, recebe influências da cidade e sua realidade social urbana, ao mesmo tempo em que influenciam esse espaço (ENDLICH, 2006, p.17).

Assim, a nossa análise perpassa também pela idéia da autora, onde reafirmamos que campo e cidade são espaços interligados pelas relações que são estabelecidas nesses espaços, e, sobretudo, pela influência que um espaço tem sobre o outro.

3.2. A relação cidade-campo em Barra do Choça

A cidade de Barra do Choça tem estreita relação com o campo, visto que é nesse espaço onde se fundamenta a base de sua economia e sobrevivência de muitas famílias. Com a chegada do café, os grandes fazendeiros compraram as terras do pequeno produtor, passando de proprietário a empregado. O processo garantiu a concentração de terras nas mãos dos latifundiários, atendendo ao chamado do capitalismo e, por outro lado, criaram outras relações de trabalho no campo, o pequeno produtor passa a ser bóia-fria, assalariado ou meeiro (A. Santos, 1987).

É preciso analisar as modificações no campo que foram marcadas pela modernização e a expansão da fronteira agrícola. O estudo de Soares, afirma que,

No caso específico da microrregião ¹⁶do Oeste da Bahia, esse incremento se deu em decorrência da implantação da soja, assim, é no Planalto de Vitória da Conquista, onde também com a implantação da lavoura cafeeira. Todo esse processo vem refletir as características do desenvolvimento das atividades produtivas que se deram notadamente entre as décadas de 1970/1990, quando ocorre a implantação da lavoura de produtos para exportação (SOARES, 2009, p. 14).

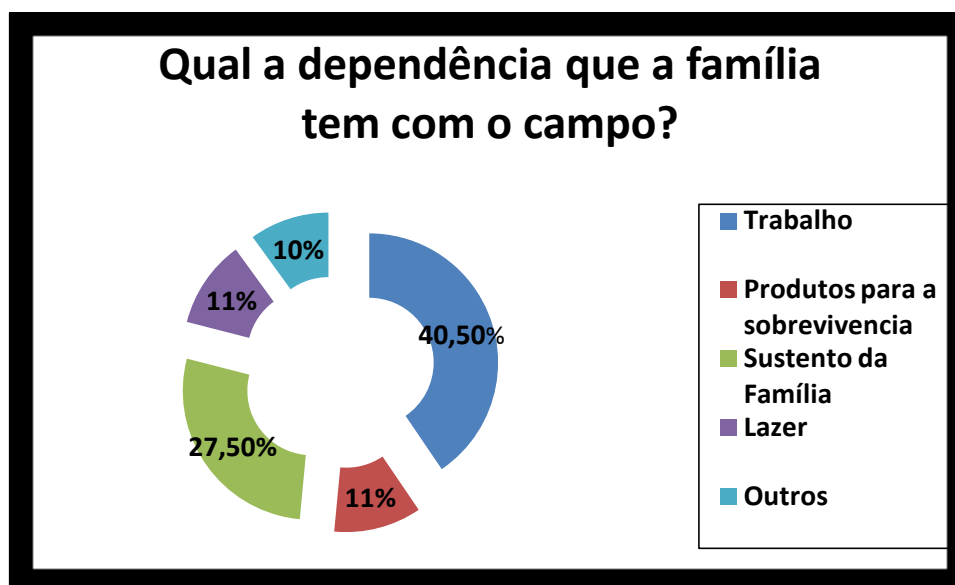
Como afirma a autora, o município passa pelo processo de modernização do campo e modificações nas relações de plantio, de trabalho e de posse da terra. O trabalho na cultura cafeeira é sazonal e temporário, divide-se em plantio, limpa (é o processo de limpar ou capinar os pés de café), aplicação de produtos tóxicos, colheita. Num primeiro momento, a colheita é realizada fazendo a catagem de grão a grão. De acordo com os catadores, esse processo é demorado

¹⁶ Microrregião é, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. Entretanto, raras são as microrregiões assim definidas. Consequentemente, o termo é muito mais conhecido em função de seu uso prático pelo IBGE que, para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais, divide os diversos estados da federação brasileira em microrregiões.

e rende menos dinheiro. Após a catagem dos grãos, é realizado o período de “raspagem”, que é o processo em que o catador retira todos os grãos junto com as folhas. Ainda tem outro processo que é a rastelagem, em que o trabalhador com um gancho rastela os grãos do chão. Nesse processo há uma relação de trabalho de meia, ou seja, metade do que foi rastelado fica com o trabalhador e a outra metade com o proprietário.

No município em estudo, há uma dependência muito grande entre a cidade e o campo, visto que muitas pessoas que moram na cidade dependem do campo para manter a sobrevivência da família. De acordo com um questionamento feito aos entrevistados sobre qual a dependência que a sua família tem com o campo, eles respondem que as principais dependências estão relacionadas com o trabalho e o sustento da família, conforme demonstra o gráfico 02.

Gráfico 02- Dependência que a família tem com o campo



Fonte: pesquisa de campo, 2010

Percebe-se que o grande elo entre as pessoas com o campo é o trabalho, sendo que em segundo lugar vem o sustento da família, que também está relacionado ao trabalho, sendo que a divisão territorial do trabalho constitui o fato responsável pela formação do campo e da cidade, de maneira que possam ser

separados, que assumam formas e funções diferenciadas, porém, deve-se deixar claro que estão indubitavelmente articulados, pois compõem uma totalidade. (Silva 2006). Nessa perspectiva de análise, é essa totalidade exposta pelo autor que configura o espaço de uma cidade pequena, porque a base do seu desenvolvimento é o campo, existindo uma ligação que impede a separação entre o campo e a cidade. Assim, a dependência configura-se numa extensão, numa continuidade.

De acordo com os entrevistados, constatamos uma intensa relação de dependência entre a cidade e o campo, pois a grande maioria deles trabalha no campo e dependem deste para o sustento da família.

Mesmo tendo como objetivo compreender as mudanças na cidade, percebe-se que essas abordagens sobre o campo e sobre as transformações nele ocorridas, são de suma importância, porque entendemos que a cidade tem uma interdependência e complementaridade com o campo, de forma que os modos de vida rurais e urbanos são abordados como aspectos complementares e interdependentes. No dizer de Soares e Araujo,

A relação cidade-campo é uma temática complexa, polêmica, instigante e muito relevante na ciência geográfica, uma vez que a distinção e delimitação entre a cidade e o campo tornaram-se uma tarefa mais difícil a partir da acentuação das articulações entre esses espaços. As inúmeras transformações socioespaciais observadas no campo e na cidade são advindas da internacionalização do capital, que engendrou mudanças substanciais na economia brasileira, podendo-se destacar a maior integração socioeconômica entre as regiões do país (SOARES E ARAUJO, 2009, p. 202).

Desse modo, o estudo sobre a cidade de Barra do Choça requer uma abordagem feita através de uma análise do uso que se faz do território em que o mesmo está inserido, bem como um entendimento das transformações ocorridas no espaço geográfico com base na interação que a sociedade tem com o seu espaço de vivência. Para Santos, M. (2008, p.11), buscamos apreender a constituição do território, base em seus usos, no seu movimento conjunto e do de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades. Dessa forma, o

estudo do espaço deve ser entendido em sua totalidade. Conforme nos assinala Corrêa (2006, p.26), o espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, produção da sociedade. Assim, toma-se como base o pressuposto em que a cidade é analisada, pois as relações sociais são fundamentais para o entendimento da formação do espaço geográfico. Então, no que se refere à formação da cidade após a implantação da lavoura cafeeira, é necessário relatar como e de que forma a sociedade contribuiu para a formação do espaço, porque cabe à geografia uma análise do espaço enquanto espaço habitado, transformado a partir da ação humana.

Existe uma ligação forte entre as pessoas pesquisadas e a propriedade rural. Quando indagamos sobre a importância da propriedade para a família, entre outras respostas a que predominou foi o sustento da família bem como a estabilidade de emprego. Conforme demonstra o gráfico 03:

Gráfico 03- Importância da propriedade para a família



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

O estudo parte da análise dos agentes indispensáveis para o processo de implantação do café no município. Dentre tantos agentes, destacamos os bóias-

frias¹⁷. Esses se constituem em agentes fundamentais no processo de implantação da cafeicultura, porque estiveram presentes desde a derrubada das matas até a colheita. Segundo Gomes (2008, p. 56), foram eles que povoaram a cidade no início dos anos 70, dando sua contribuição para a construção desse espaço. São pessoas vindas de diversas cidades circunvizinhas como Anagé, Caatiba, Vitória da Conquista, Norte de Minas Gerais, entre outras. Os migrantes, sendo que alguns são temporários, se fixavam no município no período da colheita e outros fixaram moradia definitiva no município de Barra do Choça, contribuindo para a construção do espaço geográfico local.

Quando entrevistamos alguns dos migrantes, pedimos para que eles relatassem o fator que os atraiu para a cidade e de que forma ele contribuiu com o crescimento e construção da cidade. Um entrevistado relatou que,

Eu vim para Barra do Choça no ano de 1978, quando o café estava em desenvolvimento. Quando cheguei aqui não acreditei muito na cidade, porque era pequena, feia e não tinha nada. Mas mesmo assim fomos trabalhar na lavoura de café e conseguimos fazer nossa casa, comprar móveis e fomos sobrevivendo ai. Hoje, quando olho essa cidade me sinto um dos responsáveis por seu crescimento porque eu ajudei a construir, hoje essa cidade é outra, mesmo com a crise do café ainda continuo aqui. Parece que quem bebe a água da Barra não consegue sair mais (risos). (Entrevistado A)¹⁸

Um aspecto a ser destacado no depoimento é a relação que o cidadão tem com o lugar, ele se sente construtor e tem uma grande identidade com a cidade. Quando ele afirma que “quem bebe a água da Barra não consegue sair”- está nos dizendo que tem raízes fincadas no espaço, que apesar das dificuldades, o lugar tem uma especificidade singular na sua vida.

Corrêa (2006, p.36), em seu estudo sobre o espaço, argumenta que ao organizar o espaço o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e rarefeitas as formas e interações

¹⁷ Bóias-frias são os trabalhadores volantes que saem de casa pela madrugada e retornam a noite.

¹⁸ Os entrevistados serão denominados pelas letras do alfabeto afim de preservar a identidade de cada um, obedecendo os critérios do código de ética da pesquisa.

espaciais. Utilizaremos em nosso estudo tais práticas porque entendemos que têm aplicabilidade quando partimos de uma análise da implantação da cultura cafeeira no município, sendo que a mesma ocorreu a partir de: seletividade espacial, esta atua no processo de organização do espaço onde homem age seletivamente, decidindo sobre um determinado lugar segundo alguns atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos.

Com base nos elementos mencionados, pode-se afirmar que mesmo com a expansão da economia da cidade, há uma predominância de atividades primárias e secundárias típicas de espaços com modos de vida rurais. E é no contexto espacial e histórico que a cidade de Barra do Choça está inserida tomando como premissa as atividades a que se dedicam os seus habitantes, o modo de vida predominantemente rural, os hábitos e costumes locais, a dependência de serviços de cidades maiores.

Outro fator de ligação entre a cidade e o campo em Barra do Choça, está relacionado com as relações que são estabelecidas na feira livre que ocorre aos sábados no Centro de Abastecimento de Barra do Choça (CEABA). Na madrugada as pessoas começam chegar com os produtos trazidos do campo para iniciar o comércio com os barraqueiros, para Santos, M. esse processo se caracteriza como o circuito inferior da economia moderna, para o autor,

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não para de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarreta a existência, ao do circuito moderno, de um circuito econômico não-moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, freqüentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie. As unidades de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades (SANTOS, M. 2008, p. 197).

Assim, o circuito inferior da economia na cidade, retrata a ligação com o campo, configurando mais uma vez a interdependência entre ambos. As figuras 22 mostram a feira do CEABA e o movimento das pessoas nesse espaço de troca de relações.

Figura 22- Feira do CEABA, Barra do Choça, 2011

Foto: Luciana Oliveira



Figura 23- CEABA de Barra do Choça, 2011

Foto: Luciana Oliveira



Figura 24- Parte externa do CEABA, Barra do Choça, 2011

Foto: Luciana Oliveira



As figuras 22, 23 e 24, retratam o movimento que acontece na feira do CEABA, sendo um espaço caracterizado como o circuito inferior da economia, que se constitui também uma estrutura de abrigo, para os cidadãos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Onde encontram bem fácil uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória (Santos, M., 2008), são pessoas que além de realizar a compra e a venda de produtos trazidos do campo, também estabelecem relações de trabalho, como carroceiros, meninos que trabalham carregando feira, enfim, aparecem possibilidades de trabalho informal no espaço da feira livre.

Dessa forma, percebe-se que há uma estreita relação entre cidade e campo com um sentido de complementaridade e de dependência mútua. Para um entendimento mais detalhado da dependência, faremos uma abordagem sobre as relações entre o urbano e o rural na cidade, com base nos diferentes modos de vida dos habitantes.

3.3. A abordagem sobre a cidade e o urbano

A abordagem sobre a cidade e o urbano perpassa pela idéia da análise dos espaços onde se estabelecem as relações sociais associadas à compreensão da dinâmica espacial e as transformações ocorridas no tempo e no espaço. O entendimento do conceito de cidade enquanto espaço socialmente construído está embasado nos estudos desenvolvidos por Santos, M., (1988) e Lefebvre (1991). De acordo com os autores, a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais, enquanto o espaço urbano o conteúdo, são as próprias relações sociais que se materializam no espaço.

A cidade é pensada como um espaço geográfico diversificado, com uma grande expressividade, revela-se como lugar de existência das pessoas não apenas como um arranjo de objetos tecnicamente orientados (Santos ,M., 2008, p. 45). Portanto, são as pessoas que dão sentido ao espaço, com seu modo de vida e com as transformações que fazem no espaço onde se apropriam. Para um entendimento da dinâmica da cidade, utilizaremos alguns conceitos utilizados por órgãos oficiais, como também nas contribuições de Santos, Lefebvre , Spósito , Cavalcanti e Carlos, na tentativa de diferenciar e conceituar a cidade e o urbano.

No dizer de Carlos,

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. É a compreensão da cidade através da análise da vida cotidiana como prática sócio-espacial; isto é, a cidade como o espaço onde se desenrola e ganha sentido a vida cotidiana. Assim, o espaço surge enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o. Como o uso tem um caráter local, ele contempla os trajetos e percursos que o cidadão realiza cotidianamente como condição de realização de sua vida enquanto manifestação dos atos mais banais – como ir ao trabalho diariamente, ir à feira, ao supermercado, visitar amigos

e/ou familiares, e, estes momentos do uso aparecem como modos apropriação dos lugares da cidade, através do corpo humano. não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico (um simples mapa aberto na prancheta), ora como meio ambiente urbano (e, nesta dimensão, "naturalizada"), e em ambos os casos, ignora-se o conteúdo da prática sócio-espacial que lhe dá forma e conteúdo (CARLOS,2008, p. 56).

Ao se referir a cidade, a autora faz uma reflexão sobre o espaço e o tempo, afirmando que a construção da cidade é um produto histórico e social.

Oficialmente, no Brasil,

Foi durante o Estado Novo que se instituiu a definição de cidade, ainda hoje utilizada no país: (...) o Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. "Da noite para o dia, ínfimos vilarejos viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais" (...) (VEIGA 2002, p.63).

De acordo com o autor, o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atropelado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e distrito (vila), sejam quais forem suas características. Ainda afirma que de um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos metropolitanos, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. A taxa de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000. Partindo dessa análise de definição de cidade adotada pela legislação em vigor e pelo IBGE, é preciso definir critérios que estabeleçam a urbanidade ¹⁹ de um determinado espaço e a configuração em cidade ou campo.

¹⁹ Entendemos aqui como urbanidade, segundo Endlich (2006) os elementos que compõem o modo de viver urbano de uma sociedade. Assim, definimos esses elementos como: cinema, teatro, shoppings centers, grande movimento de pessoas nas ruas, comportamentos, hábitos, costumes, tradições, formas de relacionamentos, enfim aspectos que encontramos apenas em centros urbanos.

Há inúmeras críticas dos geógrafos, como as de Carlos (2002), em relação à análise que Veiga faz sobre o que é urbano ou rural, porque os critérios que o autor utiliza não estão compatíveis com a análise do espaço geográfico enquanto espaço de relações sociais, o autor parte do princípio de análise com base no tamanho demográfico. Citamos as observações que o autor faz porque concordamos com a crítica que este faz ao IBGE no que se refere a cidades sem uma estrutura suficiente para ser cidade de fato, cidades que foram criadas apenas por vontade de alguns políticos e que hoje estão engessadas, sem recursos suficientes para manter pelo menos os serviços básicos que uma população necessita para sobreviver.

De acordo com Endlich (2006), o rural e o urbano podem ser dimensionados com base nas práticas e hábitos de uma determinada localidade, tendo como indicador as atividades desenvolvidas pelos habitantes de um lugar.

Assim, entendemos que para uma análise mais detalhada e criteriosa é necessário adotarmos outros critérios para caracterizarmos uma cidade como urbana; entre os mais importantes, segundo Sposito (2006) elencamos os seguintes:

- O tamanho demográfico;
- A densidade;
- As formas urbanas
- As atividades às quais se dedicam os habitantes
- O modo de vida dos habitantes

A Constituição Federal do Brasil de 1988 considera urbanas áreas que possuem ao menos dois tipos de infra-estrutura básica.

“Art. 32- O imposto, de competência dos municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de um bem imóvel por natureza ou por adesão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município.

Parágrafo 1º – Para os efeitos desse imposto, entende-se como zona urbana definida por Lei Municipal; observando o requisito mínimo de existência de

melhoramentos indicados em pelo menos 2(dois) incisos seguintes,construídos ou mantidos pelo Poder Publico:

- I- Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II- Abastecimento de água;
- III- Sistema de esgoto sanitário;
- IV- Rede de iluminação publica com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V- Escola primaria ou posto de saúde a uma distancia máxima de 3 quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo 2º - A Lei Municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamento aprovados por órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,1988).

Interpretando o texto constitucional, observa-se que ele aponta o urbano como espaço que possui infra-estrutura, sendo que os espaços desprovidos de infra-estrutura ou equipamentos urbanos, como preferimos nos referir, deixam de sê-lo. Dessa forma, entende-se que grandes áreas localizadas no interior das cidades, como as favelas desprovidas de infra-estrutura, não seriam urbanas, até mesmo os loteamentos recentes, que não dispõem de infra-estrutura, também não seriam área urbana. Assim, para que um espaço seja considerado como urbano de acordo com a constituição, nele precisa existir os equipamentos urbanos. Dessa forma, concordamos com Endlich, quando afirma que,

A falta de uma definição oficial mais criteriosa do que é cidade no Brasil gera um campo profícuo a uma serie de discussões que passam pelos limites entre o rural e o urbano. Se de uma maneira teoricamente ampla, pode-se considerar a sociedade atual como uma civilização urbana, por outro lado, no âmbito pragmático, o estabelecimento desses limites continua sendo motivo de preocupação, como é o caso da definição do perímetro urbano e classificação das áreas para fins estatísticos. (Endlich,2006, p.10)

A cidade é caracterizada na maioria das vezes tendo como critério primordial o tamanho demográfico, sendo que na maioria das vezes esse critério é utilizado de forma isolada. O que para a referida autora, a população de uma cidade é uma medida grosseira para avaliar a urbanidade, porque não mostra a riqueza ou pobreza de seus cidadãos, não retrata o seu modo de vida; o uso isolado desse critério expressa uma compreensão de urbano como mera aglomeração de pessoas, sem considerar as relações sociais que estão contidas no espaço, a maneira como a população modifica o espaço onde vive, dando a ele sua forma de vida (Endlich,2006).

É preciso contextualizar os critérios utilizados na definição do urbano, analisando o contexto histórico para assim compreendermos a dinâmica de uma cidade. Para Sposito (2006), os atributos associados aos espaços urbanos são, concentração demográfica, diferenciação social e unidade espacial. Ainda segundo a autora,

A concentração demográfica é freqüentemente tomada como atributo das cidades, em comparação ao campo, onde as atividades desenvolvidas, muito mais marcadas pela extensão territorial, promovem relativa dispersão populacional, não gerando condições favoráveis ao adensamento. O adensamento a que ela se refere não é apenas de pessoas, mas de obras, de objetos, de infra-estrutura, de equipamentos, de edificações, de acontecimentos, de idéias, de valores, de possibilidades etc (SPOSITO, 2006, p. 37).

Trazendo o critério de análise para Barra do Choça, poderíamos então considerar que na cidade, por dispor de poucos equipamentos urbanos e esses se diferenciam muito dos das grandes cidades, teríamos então um espaço com hábitos rurais. O adensamento urbano é muito disperso. Assim, tendo como base esse critério, a cidade de Barra do Choça seria uma cidade rural.

De acordo com a pesquisa, os moradores da cidade no que se refere ao seu cotidiano relatam que, em geral, levantam cedo. Os que têm trabalho, vão para os seus setores, retornam para casa no final do dia e fica em casa vendo TV. A maioria dos entrevistados, relatam que o cotidiano é muito típico de uma cidade pequena, por conta da falta de alguns programas de lazer da grande cidade como

cinemas, teatro, shopping center, sendo que o lazer que praticam fica restrito a ir em casas de parentes nos finais de semana e outros relatam que quando saem vão as igrejas ou em bares. Inclusive, cabe ressaltar que os bares representam a mais procurada opção de lazer, principalmente para os jovens. Outros argumentam não terem acesso à cinema, teatro e a outras atividades culturais que influenciam a vida e a urbanidade nas maiores cidades. Assim, essas práticas sociais não fazem parte do cotidiano na cidade de Barra do Choça. Para Bernadelli,

A vida rural é associada, geralmente, com uma expressiva valorização da comunidade, valores de família e também ao papel importante da religião. A vida urbana tem como característica agrupar mais pessoas a partir de sua profissão, muito mais do que somente a partir da família ou da orientação religiosa. Outro importante elemento refere-se à classe social, que tem profunda implicação no estabelecimento do “modo de vida, na medida em que a renda irá permitir o acesso (ou não) a uma série de bens e tecnologia também constantemente transformados e incorporados ao “urbano”. O entendimento do rural e do urbano não se deve valer de uma definição no sentido estrito, mas se apoiar num conjunto de elementos que possa permitir a leitura de um espaço num determinado tempo, pois sendo a realidade sujeita a constantes transformações é preciso sempre redimensionar os conceitos que permitem sua compreensão (BERNADELLI, 2006, p. 48).

Como afirma a autora, a definição do que seja rural/urbano deve partir de um conjunto de elementos que compõem o espaço, enquanto lugar de relações sociais construídas em um momento histórico. É importante ressaltar que deve-se considerar as mudanças bem como as transformações que ocorrem nos espaços, como forma de analisar as técnicas e inovações que continuamente fazem parte da vida de algumas pessoas.

No campo, as atividades são bem parecidas com as da cidade, diferenciando-se em um aspecto: a dispersão é maior do que na cidade. e um dos momentos em que as pessoas do campo se agrupam é nas tardes de domingo para praticarem algum lazer, como futebol, bingos, ir a bares, entre outras. Dessa forma, notamos que tanto na cidade como no campo, os modos de vida são

parecidos e a dispersão é um aspecto que desfavorece o adensamento populacional.

A diferenciação social é outra característica que acompanha a urbanização. Para Sposito (2006), o aparecimento das primeiras cidades teve como condição *sine qua non* a sedentarização de grupos humanos que gerou contextos favoráveis para o estabelecimento de uma divisão do trabalho que deixou de ser baseada, apenas, em diferenças etárias e sexuais. Não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Esse critério aplicado ao município de Barra do Choça, revela um lugar com modos de vida tipicamente rurais. A pesquisa aponta que a grande maioria da população tem como fonte de renda as atividades relacionadas à agricultura, principalmente a colheita do café.

De acordo com os entrevistados na questão referente à profissão, temos os seguintes resultados demonstrados no quadro 01:

Quadro 01- ATIVIDADES A QUE SE DEDICAM OS MORADORES DA CIDADE

Atividade que desempenha	Quantidade de pessoas entrevistadas	%
Serviços gerais	06	6,12%
Marcenaria	06	6,12%
Autônomo	05	5,10%
Escrivão	02	2,04%
Funcionário Público	08	8,16%
Doméstica	20	20,4%
Pintor	01	1,02%
Eletricista	02	2,04%
Pedreiro	01	1,02%
Funileiro	02	2,04%
Trabalhador Rural	45	45,9%
Borracheiro	01	1,02%
Carpinteiro	01	1,02%
Vendedor Ambulante	01	1,02%
Auxiliar de Enfermagem	01	1,02%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

É importante ressaltar que a pesquisa referente à profissão dos moradores de Barra do Choça foi realizada na cidade e não no campo. Esses dados confirmaram o número grande de pessoas que vivem da agricultura, do trabalho braçal.

A unidade espacial é o terceiro critério que tem sido historicamente associado aos espaços urbanos desde a Antiguidade, de acordo com Spósito (2006). A unidade espacial vinha sendo expressa, no plano territorial, pelos tecidos urbanos que eram contínuos e, muitas vezes, materialmente separados dos territórios de uso rural, por muros ou muralhas que definiam de forma ainda mais clara essa morfologia marcada por unidade e integração. Os atributos que Spósito(2006) classifica como fundamentais para a definição de espaço urbano precisam ser analisados conjuntamente, porque são interdependentes e uma análise individual não servirá para entender o urbano de maneira interdisciplinar. Para definirmos a cidade, o urbano e a urbanidade, é promissor observarmos a dinâmica da cidade com base no modo de vida, das relações sociais dos diferentes agentes que compõem o espaço geográfico.

Nessa perspectiva de análise, concordamos com Carlos (1994, p.25), cuja idéia central está fundamentada na preocupação com o modo de se entender o espaço geográfico como criação social e histórica, portanto concreta e dinâmica, de um lado; e, de outro, a necessidade do desvendamento do processo urbano.

Nessa trajetória de análise e compreensão da dinâmica da cidade, tomaremos como premissa fundamental o entendimento do espaço produzido com base nas relações sociais, analisando como se dá a apropriação do espaço e os conteúdos sociais que configuram essa apropriação. A maneira como os agentes deixam suas marcas onde vivem é que caracteriza o espaço enquanto lugar de pertencimento, lugar que denota a identidade de cada cidadão.

A discussão sobre o conceito de espaço urbano permeia sobre uma produção do mesmo e não apenas a sua organização . A idéia de produção do espaço está intimamente ligada à produção em geral, como diz Lefebvre (1991), produzir é produzir espaço. Dessa forma, pensar em produção do espaço é

pensar o espaço como produto social, que tem uma lógica, uma dinâmica que é própria dessa produção social, por um modo de produção da sociedade.

Para Carlos (1994), a Geografia Urbana tem como eixo fundamental explicar o processo de produção espacial face à produção-reprodução da vida humana, tendo o homem como sujeito da produção em uma sociedade de classes, as quais são materializadas no espaço. O urbano é compreendido como um modo de produzir, de consumir, de pensar, de sentir, enfim, um modo de vida. A cidade é pensada enquanto construção humana, produto histórico e social, e aparece enquanto trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, cuja relação se dá entre a sociedade e a natureza, sendo condição e meio para que se instituem relações sociais diversas. Assim, a análise espacial da cidade retrata que não devemos separar espaço e sociedade, pois ao produzir a sua vida a sociedade produz/reproduz o espaço.

Cavalcanti, afirma que,

Colocar como meta, compreender e explicar a produção do espaço implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (cidade), mas não se reduzindo a ela, à medida que expressa muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida (CAVALCANTI, 2001, p.16).

A autora explica que para entendermos a cidade, torna-se necessário entendermos o que contem na cidade, ou seja, os modos de vida que estão presentes nesta. Porque apenas a forma não nos faz perceber o sentido da cidade, mas os modos de vida é que definem o espaço enquanto rural/urbano.

Para Santos, M. (1985), o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Nessa ótica, é imprescindível pensar a cidade não somente como habitat, mas, cidade que é habitada, que tem hábitos, modos de vida diferenciados porque é composta de diferentes grupos sociais com interesses diversos.

A cidade é referência básica para a vida cotidiana da maior parte das pessoas. Como ponto de partida, pode-se compreender a cidade como uma aglomeração de pessoas e objetos. Entretanto, mais que essa simples localização

“concentrada”, ela é um modo de vida, considerando que, é a partir da criação do modo de vida é que os cidadãos criam e recriam a cidade.

Entendemos que as cidades exercem um importante papel na organização e na dinâmica do espaço. Com efeito, elas atuam como nós de um complexo sistema de articulações-econômicas, sociais, políticas, culturais e institucionais.

Para estudar o espaço da cidade, faz-se necessário estabelecer uma correlação com o espaço do campo, principalmente quando trabalhamos com cidades médias e pequenas, onde essa relação nem sempre aparece separada, mas na maioria das vezes, esses espaços se confundem entre si. É complexo separar a cidade e o campo nas cidades pequenas, porque de acordo com Silva,

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 1997, p. 01)

Assim, o rural tem uma importância relevante na configuração do espaço urbano nas cidades pequenas pela inter-relação entre si e pelas relações sociais estabelecidas no espaço geográfico.

Quando perguntamos aos entrevistados o que é uma cidade, a maioria acredita que a cidade é um lugar onde tem tudo que as pessoas precisam o, um lugar conhecido, uma região muito grande. Analisando as respostas dos entrevistados, pode-se perceber que as pessoas relacionam a cidade apenas a forma e não mencionam o sentido que tem o conteúdo que a compõe.

A idéia de cidade para a maioria das pessoas está relacionada a um lugar onde está presente a diversidade de serviços que as pessoas precisam no seu cotidiano, bem como a idéia de tamanho demográfico onde alguns confundem cidade com região. As pessoas relacionam a cidade como um lugar de concentração de pessoas e de serviços, que na nossa análise, uma cidade

pequena não oferece essa diversidade de serviços como também não existe uma grande concentração demográfica que as pessoas se referem.

O município de Barra do Choça, compõem –se de um espaço onde está localizado a cidade e o campo, ambos marcados por atividades rurais e urbanas. Encontramos na cidade plantações de café nos quintais, criação de animais, carroças nas ruas. Por outro lado, e também encontramos no campo elementos urbanos como: computador com acesso a internet, vários elementos tecnológicos, modos de vida de pessoas que vem na cidade e influenciam as pessoas do campo com seus costumes. Enfim, há inúmeros elementos que se mesclam entre o campo e a cidade, tornando difícil uma delimitação precisa do que seria o espaço da cidade e do campo.

3.4. Analisando o rural e o urbano em Barra do Choça

O estudo sobre cidades pequenas no Brasil é relativamente recente, porque os teóricos dedicaram grande parte dos seus estudos em cidades grandes e médias, ficando as cidades pequenas relegadas a segundo plano. Não obstante, surge a necessidade de compreender esses espaços pela sua dinâmica e importância que vem adquirindo na formação do país. Podemos afirmar que as cidades pequenas constituem-se em espaços complexos, onde o modo de vida rural e o urbano se mesclam. Existem várias interpretações na definição do rural e urbano, para alguns autores se constituem em espaço de *continuum*, onde os modos de vida se estendem em espaços rurais/urbanos e vice-versa. Outra corrente de pensamento defende a idéia de uma nova ruralidade, explicando que o urbano cada vez mais vai se difundindo no meio rural e este tende a desaparecer. Outros afirmam, ainda, que se constitui em espaços de influência, que estão abertos para a entrada de novos hábitos e costumes.

Na trajetória de análise, encaminharemos a abordagem, tomando como parâmetro a vida na cidade de Barra do Choça, lugar onde a população apresenta modos de vida que se mesclam entre rural e urbano, sendo que o rural se mostra de forma mais acentuada. Partindo de um relato histórico da trajetória do

rural/urbano no Brasil, podemos entender que é a partir do período em que inicia um grande processo migratório no país, mais precisamente na década de 1980, que começa a se pensar nas transformações ocorridas na cidade e também pelas transformações ocorridas no campo através da mecanização das lavouras e da chegada de novas tecnologias no campo, há o pensamento que caracteriza o espaço rural como a representação de uma nova ruralidade²⁰

Assim, o rural que até então era visto como espaço do atraso, da dispersão e o que não representava a modernidade, passa a ser visto sob outro olhar, o espaço em que vai sendo inseridas as novas tecnologias. Dessa forma, o surgimento desses equipamentos no espaço rural, descaracteriza os conceitos outrora utilizados de que o rural seria espaço do atraso. A inserção de equipamentos urbanos no espaço rural descaracteriza esse conceito e permite uma análise acerca do rural enquanto espaço de influência, espaço aberto para os elementos que até então estavam presentes e caracterizavam apenas os espaços urbanos.

Nesse contexto, o estudo de Endlich, afirma que,

O debate sobre o rural e o urbano é relevante para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nessas localidades. Dessa forma, são comuns indagações da seguinte natureza: Serão as pequenas cidades realmente cidades? São urbanas? Ou são Pólos rurais? São cidades imaginárias? Pseudocidades? (ENDLICH,2006, p. 16).

Quando aplicamos essas indagações referenciando a cidade de Barra do Choça, a resposta que emerge é que a cidade constitui-se em uma cidade rural, por possuir um modo de vida basicamente com hábitos rurais, apesar de apresentar alguns fatores que caracterizam o modo de vida urbano. No entanto, a

²⁰ O novo rural brasileiro é constituído basicamente de três grandes grupos de atividades: uma agropecuária moderna, um conjunto de atividades não-agrícolas e um conjunto de novas atividades agropecuárias localizadas em nichos especiais de mercado. REIS, Douglas Sather dos. O rural e o urbano no Brasil. IN: Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 15, p. 77-92, 2º sem.. 2005.

maioria dos hábitos a que se dedicam os seus moradores constitui-se em hábitos de populações rurais.

Quando perguntamos as pessoas se elas percebem algumas diferenças entre a cidade e o campo, elas relatam que não percebem grandes diferenças, ou seja, a vida na cidade é tão pacata como a vida no campo. Um dos aspectos relatados pelos entrevistados é a presença de alguns equipamentos como computador com acesso a internet, mas que estão presentes também no campo, dependendo da situação econômica das pessoas, como também esses equipamentos se ausentam de algumas casas na cidade pelo mesmo fator. As pessoas tendem a homogeneizar os espaços do campo e da cidade quando retratamos o cotidiano de uma cidade pequena.

Nesse contexto, a noção que as pessoas têm do urbano está referenciada a noção de cidade e de lazer diversificado. As pessoas não compreendem o urbano enquanto modo de vida, mas enquanto espaço que pertence a cidade, dessa forma, o que não está na roça pertence à cidade e é urbano, independente dos fatores que caracterizam o urbano. O entendimento cristalizado do urbano para as pessoas está associado à forma e não ao conteúdo. Dessa maneira, para os entrevistados, o urbano está presente na cidade de Barra do Choça independente do modo como vive a população.

Para Bernadelli,

O primeiro aspecto a ser ressaltado é que o importante é a definição espacial e não setorial da ruralidade, é a construção que é feita a partir dos hábitos das pessoas que constroem o espaço que o caracterizam e o definem por ser rural e ou urbano. Um segundo aspecto citado pela autora, é não identificarmos, necessariamente, áreas não densamente povoadas com o abandono e a pobreza. Para a autora, o abandono e a pobreza não são relativos a um espaço em particular, e muitas áreas urbanas estão aí para comprovar que essa relação não é automática, nem natural, mas decorre de políticas e/ou ausência de políticas numa determinada área, numa certa direção, implicando refletir a quem servem determinadas políticas, especialmente as de natureza pública. O terceiro aspecto ressaltado diz respeito à necessidade do entendimento das relações entre o rural e o urbano (BERNADELLI, 2006, p. 37)

Entende-se, assim, que a vida rural está associada, geralmente, com o agrupamento de pessoas da comunidade, do viver em grupo, da dependência que se tem do vizinho. Por outro lado, a vida urbana tem como característica agrupar mais pessoas em função de sua profissão, a outras funções que não estão relacionadas ao conhecimento do outro.

Outra definição utilizada para definir o rural e o urbano, é a defendida por Santos, M. na qual o autor afirma que,

No Brasil agrícola, há tendência a que a área de exportação, isto é, de produção que procura um mercado distante, seria, sobretudo, a área rural, e isso tanto quanto a agricultura regional seja moderna. No Brasil urbano, a área “de exportação” seria sobretudo ou tanto a rural quanto a urbana, mas sobretudo a urbana.

A região urbana tem sua unidade devida, sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias, encontradas em seus respectivos territórios, as quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devida a inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades agrícolas circundante que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. Nas regiões agrícolas, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano, enquanto nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que tem esse papel (SANTOS, M., 1994, p. 28).

Essa definição do autor está relacionada à funcionalidade que os espaços possuem e, de acordo as suas funções, eles são caracterizados em espaços distantes, dispersos que seria a área rural, subdividido em Brasil Agrícola e Brasil Urbano, sendo que nas áreas agrícolas, o campo comanda a vida econômica e social do sistema urbano, havendo uma interdependência entre esses espaços.

Há uma dinamicidade entre os espaços, uma complementaridade, interdependência, dessa forma, não há como delimitar fisicamente o que seria urbano e o que seria rural. O entendimento perpassa pela idéia de que as pessoas, em função dos hábitos, costumes e modos de vida, estão construindo os espaços e os valores que são construídos ao longo do tempo. Como afirma Bernadelli,

Longe de consensos, o entendimento do rural e do urbano não deve se valer de uma definição no sentido estrito, mas se apoiar num conjunto de elementos que possam permitir a leitura do espaço num determinado tempo, pois sendo a realidade sujeita a constantes transformações é preciso sempre se redimensionar os conceitos que permitem sua compreensão. Noutras palavras, isso significa que os conceitos não devem ser lidos como definições prontas e acabados, sempre restritivos, mas permitir apreender o movimento da realidade, entendendo-os em uma perspectiva histórica (BERNADELLI, 2006, p. 45).

Concordando com as idéias da autora, reafirmamos que se faz necessário não apenas classificar a cidade e campo e o rural e o urbano com dados estatísticos e ou quantitativos, mas perceber os espaços como totalidade, como lugares que dependem entre si, e que são as pessoas que constroem e transformam esses espaços, com base nas relações que estabelecem entre si com suas práticas, hábitos e costumes. Entende-se dessa forma, que no momento atual, a cidade de Barra do Choça constitui-se em um espaço com modos de vida predominantemente rurais, onde também há modos de vida urbano, onde percebe-se uma interligação entre esses modos de vida, com a complementaridade e receptividade entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre pequenas cidades da Bahia é de fundamental importância para entendermos a dinâmica e as funções que a cidade desempenha desde a sua fundação até os dias atuais. Assim, o processo de formação da cidade, após a implantação da cafeicultura no município de Barra do Choça, estabelece a relação entre o campo e a cidade e os modos de vida rural e urbano enquanto espaço diversificado e construído em função das relações sociais construídas nesse espaço.

Dessa forma, pode-se afirmar que a cafeicultura foi responsável pela expansão e povoamento da cidade e do campo, gerando renda para os habitantes que foram atraídos pela lavoura cafeeira, bem como para os grandes proprietários de terra, que receberam diversos incentivos e condições de oferta da terra e benefícios de plantio proporcionados, a princípio, pela ação do Estado, e, posteriormente, pela ação dos proprietários rurais e dos bóias-frias, que foram os importantes agentes na construção da cidade.

A economia do município foi fortificada tendo como base a implantação da lavoura cafeeira, uma atividade primária, uma característica bem marcante em cidades pequenas. A cafeicultura representa um percentual de 83% da sua economia, e, mesmo em períodos de crise, há uma produção que sustenta a cidade e o campo, porque foi implantada novos produtos também relacionados à economia primária. Nesse contexto, pode-se afirmar que o aumento da população, o crescimento da cidade e a modernização do campo têm como fator fundamental a cultura cafeeira. Como foi relatado anteriormente, o café se caracterizou como um importante fator de organização do espaço geográfico, configurando-se na “mola-mestra” do crescimento populacional da cidade.

As relações sociais estabelecidas nesses espaços permitem-nos afirmar que, de acordo com o cotidiano dos habitantes da cidade, tem-se um modo de vida caracterizado majoritariamente em modo de vida rural. Dessa forma, tanto a cidade como o campo são espaços que se complementam e estão

constantemente imbricados. A cidade é vista como lugar de concentração onde está presente a grande parte da força de trabalho empregada na agricultura.

Nesse contexto, a pesquisa aponta que não há como diferenciar e separar o urbano e o rural, bem como o campo e a cidade no contexto de Barra do Choça. Partimos da análise de que as relações cotidianas dos habitantes constroem um modo de vida com hábitos tipicamente rurais, relações permeadas pela identidade que as pessoas estabelecem entre si e com o lugar, pelo pertencimento. As relações de afetividade e proximidade de uns com os outros conferem à cidade um aspecto que lhe é peculiar: o conhecimento entre as pessoas, a afinidade que é estabelecida entre os moradores, um espaço de contradições, porém marcado por diversas singularidades. Um espaço que recebe influências do modo de vida urbano, incorporando alguns hábitos urbanos, mas, na essência, mantém os valores rurais.

Em conformidade com a Constituição Brasileira, Barra do Choça atende aos requisitos de cidade, tomando como critério o tamanho demográfico, mas, de acordo com os teóricos da Geografia Urbana, o tamanho demográfico não deve ser o único critério utilizado para definir a cidade. A urbanidade e ruralidade devem estar presentes, com base na análise feita em função dos hábitos e costumes dos moradores.

Há outros critérios elencados na pesquisa para definir a cidade como um espaço de hábitos e costumes rurais. Assim, tomando como premissa os critérios de densidade, atividades a que se dedicam os seus habitantes, a funcionalidade, a presença de equipamentos urbanos e o lazer das pessoas, é que emerge a definição de uma cidade que pode ser definida como rural-urbana, onde prevalece a interdependência e complementaridade entre campo/cidade, cujos hábitos e costumes dos moradores é tipicamente rural, implementados com alguns hábitos urbanos. Uma cidade que tem como atividade econômica a agricultura e a maioria das pessoas depende diretamente dessa atividade para a sobrevivência.

Essa definição parte do princípio de que são os hábitos e costumes dos habitantes que formam e transformam o espaço geográfico por eles habitado, que o espaço é produzido face às relações sociais, da identidade de cada cidadão que

o habita e constrói. Assim, entende-se que na definição entre rural e do urbano não deve ser considerado apenas o sentido estrito, mas a análise deve ser permeada de uma gama de fatores que possam permitir a leitura de um espaço num determinado tempo, pois sendo a realidade sujeita a constantes transformações, é preciso sempre redimensionar os conceitos que permitem sua compreensão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.

BARRA DO CHOÇA, Prefeitura da cidade de; AST. Consultoria e Planejamento Ltda. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barra do Choça – Relatório final do plano diretor urbano**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), março/2006.

BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BERNADELLI, Maria Lucia Falconi da Hora. Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos e reprodução social e produção de moradias. In: SPÓSITO, Maria Encarnação.; WHITACKER, Artur Magon (Orgs.). **Cidade e Campo: relações entre o urbano e rural**- - 1. Ed. - - São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248 p.: il.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

CARLOS, Ana Fani. A. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani. Seria o Brasil mais urbano do que se calcula? Disponível em: www.geografia.ffch.usp.br/publicações/geousp/geousp13/geousp13_resenha_Fani.htm. Acesso em 20 de outubro de 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Uma Geografia da cidade**- elementos de produção do espaço urbano. Goiânia: Editora Alternativa, 2001

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito- chave da geografia. In: **Geografia conceitos e temas**. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. - 8ª Ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006.

DAMIANNI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. Publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amélia Inés Geraiges de Lemos, Monica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006

DUTRA NETO, Claudionor. **Cafeicultura do Planalto de Vitoria da Conquista: Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável.** Tese de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável- CDS. Universidade de Brasilia- UNB:2001.

DUTRA NETO, C. **Café e desenvolvimento sustentável: perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Planalto de Vitória da Conquista.** 1 ed. Vitória da Conquista, Bahia: UESB/DEAS - Departamento de Engenharia Agrícola e Solos, 2004.

Embrapa- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: www.embrapa.gov.br . Acesso em: 18/09/2009.

ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur magon (org). **Cidade e campo: Relações e contradições entre o campo e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p11-31.

FRANÇA, Iara S, SOARES, Beatriz Ribeiro. O espaço intra-urbano de uma cidade média e suas centralidades: uma análise de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. **Revista Caminhos da Geografia-** revista on line. p. 01-20. Disponível em: www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Ricardo Amorim. **A vila da Barra, sua passagem à Distrito e Emancipação Política (1910 a 1962).** (Monografia de Graduação em História). UESB, Vitória da Conquista, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/Rh.pdf. Acesso em 21/10/2010.

HAESBAERT, Rogério, LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. IN: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas.** N. 2, vol. 1. Disponível em: www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%20200724.pdf. Acesso em 21/10/2010.

IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 24/08/2008.

IBGE, Censo Agropecuário- Bahia 1975 a 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 24/08/2008.

A Tarde. Barra do Choça tem história. 16/03/2009

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LUCION, Ana Paula Schneider. **O processo de urbanização do Brasil e as políticas urbanas**: o estatuto da cidade como instrumento de desenvolvimento sustentável local. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, 2006. (Dissertação de Mestrado).

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória (1840-1888)**. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Jacson Tavares de; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos. MENEZES, A.; PAIVA, Arlicélio de Queiroz. ; ALMEIDA, T.M. Modificações ambientais e socioeconômicas decorrentes do desenvolvimento da cafeicultura em Barra do Choça-BA. **Bahia Agrícola**, v. 8, p. 54-58, 2007. Produção Agrícola Municipal (PAM) – Bahia- 1975 a 2008.

Pnud- Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Disponível em: www.pnud.org.br/popup.php?id_pop=97. Acesso em: 19/10/2009.

Procuradoria Geral da República. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.gov.br>. Acesso em: 18/10/2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Douglas Sather dos. O rural e o urbano no Brasil. IN: **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, p. 77-92, 2º sem.. 2005.

RICCI, Fabio. Desenvolvimento da cafeicultura. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 4, N.3, p 170-173, agosto/2008, Taubaté- SP, Brasil.

Revista Cafeicultura. Disponível em: www.revistacafeicultura.com.br. Acesso em: 18/10/2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades Brasileiras**. 10.ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. – São Paulo: Brasiliense, 1995

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. - 2 ed.-São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **O Brasil. Território e Sociedade no Início do Século XXI**/ Milton Santos, Maria Laura Silveira. – 10ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, J. Urbanização e produção das cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. In: **Revista Análise & Dados** – cidades. SEI, N. 10.2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. – 2ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Fábio A. Moura Costa de. **Planos diretores pós-estatuto da cidade em municípios baianos**: regulação do território a serviço do desenvolvimento? 238f. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, J. M.M. **Novas relações de produção e o significado do café para o processo de urbanização em Barra do Choça/BA**. 79f. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia)- UESB, Vitória da Conquista, 2008.

SPOSITO, M.E.B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur magon (org). **Cidade e campo**: Relações e contradições entre o campo e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.11-31.

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura**: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitoria da Conquista e Barra do Choça Bahia. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1987.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. - 2 ed.-São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. – 2.ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2008.

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**.- 2.ed.- São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo,2009.

SEBRAE, Escrit. Regional de Vit. Da Conquista – Perfil Empresarial- Barra do Choça/1997.

SEAGRI. Secretaria de Agricultura da Bahia. Disponível em: www.seagri.ba.gov.br. Acesso no dia 28/09/2009.

SEI- Superintendencia de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 01/12/2009.

SEINFRA, Secretaria de Infra-Estrutura. Disponível em: www.seinfra.ba.gov.br. Acesso em: 01/12/2009.

SILVA, Paulo Fernando Jurado. Contextualização histórico-geográfica e apontamentos sobre o papel da cidade pequena de Dracena na Nova Alta Paulista. Geoiingá: **Revista de pós-graduação em geografia**, Maringá, v.1, n.1, p.49-58, 1997.

SILVA, Willian Ribeiro da. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org). **Cidade e campo: Relações e contradições entre o campo e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.65-77

SOARES, Beatriz Ribeiro; ARAUJO, Flavia Aparecida Vieira de. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.4, n.7, p.201-229, fev. 2009.

SOARES, Venozina de Oliveira. **Estrutura fundiária do município de Barra do Choça- Ba**. 103 f. Monografia de Especialização (Especialização em Geografia) – UESB, Vitória da Conquista, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. – 2ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: **Cidade e Campo: relações entre o urbano e rural/ Maria Encarnação Beltrão Spósito, Arthur Magon Whitacker (organizadores)** - - 1. ed. - - São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248 p.: il.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do café, 1935.

TOLEDO, Francisco Soderro de. **Café e independência**. Lorena, 2002.

TORRES, NETO E KASSAI. Gestão de Custos na Cafeicultura – uma experiência na implantação de projetos. In: **FAMAT em Revista**- nº 4- abril de 2005.

TRANQUILINO LEOVIGILDO (1859-1896). **O município da Conquista. Vitória da Conquista, Ba**. Museu Regional de Vitória da Conquista/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 1996 (Série Memória Conquistense n. 2).

VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. IBGE- 29 (1), Jan/Nov: 1967 .

VASCONCELOS, Pedro. **Notas de aula de geografia aplicada ao planejamento**. Mimeo. Revisão de Angelo Serpa. Salvador, 1992.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002. 301 p.

APÊNDICES

APÊNDICES I: MODELO DE QUESTIONÁRIO

Sobre o entrevistado

A família ainda possui alguma ligação com o campo? () Sim () Não

Caso sim, Quais? _____

Alguém da família tem vontade de voltar a morar na zona rural?

() Sim. Por que? _____

() Não Por que? _____

Quantas pessoas da família são adultas? _____

Dessas, quantas pessoas trabalham? _____

Em que? _____

Renda média da família: Quantas pessoas na casa recebem (SM = Salário Mínimo)

() Até 1 SM?() Entre 1 SM e 3 SM? () Entre 4 SM e 5 SM?() Acima de 5 SM?

Sobre o local onde trabalha:

Quantas trabalham na Zona rural do próprio município: _____

Locais _____

Quantas trabalham na Zona rural de outros municípios: _____

Locais _____

Sobre a propriedade onde trabalham, quantas são:

() Própria () Arrendada () trabalha de empregado

Caso possua uma pequena propriedade, qual a função:

() Auto-sustento () produção para venda

() Outras opções: _____

O que produz/cria em sua propriedade?

Qual a importância da propriedade para a família?

Caso alguém da família viaje para trabalhar em fazendas em outros lugares, em que trabalha?

Você gosta de morar nesta cidade? () Sim () Não Por que?

Para sua família, qual a importância da cultura cafeeira para a B. do Choca?

Se pudesse mudar algo parte urbana de Barra do Choça, o que modificaria? Cite três coisas _____

Se pudesse mudar algo parte rural de Barra do Choça, o que modificaria? Cite três coisas _____

Por que sua família escolheu morar em Barra do Choça? _____

Para você, o que é uma cidade? _____

Para você, o que é uma zona rural? _____

B. do Choca seria uma cidade para você?

() Sim. Por que? _____

() Não Por que? _____

Em B. do Choca, você percebe diferença entre a cidade e o campo?

() Sim. Por que? _____

() Não Por que? _____

Como é seu dia-a-dia na cidade de B. do Choca? _____

Sua família depende da zona rural em B. do Choca?

() Sim. Por que? _____

() Não Por que? _____

Sua família costuma ir a zona rural de B. do Choca?

() Sim. Por que? _____

() Não Por que? _____

O que acha da vida na cidade de Barra do choca? _____

O que acha da vida na zona rural de Barra do choca? _____

A- A cidade e os meios de consumo coletivo e individual

9 - Que transporte sua família mais utiliza na parte urbana (sede) de Poções?

() carro () bicicleta () ônibus () moto

I.O serviço de transporte da cidade é satisfatório? () Sim () Não Por que?

B- O entrevistado e a Cidade

IV. Atividades que realiza em outras cidades?

CATEGORIAS	Realiza	Em qual cidade	Frequencia
Escola-Ensino Fundamental			
Escola-Ensino Médio			
Escola- Ensino Superior			
Outras atividades educacionais/cursos			
Médicos			
Hospitais			
Laboratórios			
Outros serviços de saúde			
Comércio			
Lazer			
Trabalho			
Igreja			
Outras atividades			

Equipamentos e serviços e infra-estrutura presentes na cidade:

CATEGORIAS	TEM NA CIDADE	TEM NO BAIRRO	UTILIZA	AVALIAÇÃO Bom/Ruim/ Péssimo
Hospital				
Posto de saúde				
Delegacia				
Posto policial				
Escola ensino fundamental				
Escola de ensino médio				
Creches				
Transporte				

Limpeza/coleta de lixo				
Água				
Esgoto				

APÊNDICE II: ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Técnicos da Prefeitura Municipal de Barra do Choça

- 1) No seu entendimento, quais os principais fatores que estimularam o crescimento da cidade nos diferentes períodos da história?
- 2) Observando a expansão urbana da cidade de 1970 a 2008, como você analisa o crescimento populacional da cidade?
- 3) Como se deu a elaboração do Plano Diretor Municipal? O senhor participou do processo de elaboração?
- 4) Quem compunha a equipe de elaboração do PDM? Restringia-se a funcionários públicos? Era toda equipe composta de técnicos?
- 5) Quais os objetivos definidos pela equipe na época da elaboração de cada PDM?
- 6) Como eram os parcelamentos de solo e loteamentos antes e depois do PDM?
- 7) Como o senhor avalia a aplicabilidade dos planos diretores?
- 8) No seu entender, como técnico, quais são as principais diretrizes que devem ser consideradas dentro do planejamento urbano? Cite três prioridades na sua escala de importância.
- 9) Como o município define o solo como urbano ou rural? Quais os critérios utilizados para caracterizar cada um dos espaços?
- 10) O que é necessário para que um loteamento afastado da cidade seja considerado como área urbana?
- 11) Para o senhor, qual o papel de uma cidade pequena, como Barra do Choça?
- 12) No censo de 2000, a população da Barra do Choça era de 40.810 habitantes, Em 2008, houve uma queda populacional no município para 32.489 habitantes. Quais os fatores que podem ser atribuídos a essa queda de população?
- 13) Como você analisa a relação entre a zona rural e urbana em B. do Choça?
- 14) Quais as políticas públicas de desenvolvimento urbano vêm sendo desenvolvidas na cidade? E de que maneira tais políticas contribuem para o desenvolvimento local?

Há alguma política pública para receber os moradores que saem do campo, ou para receber pessoas que venham trabalhar no período da colheita do café na cidade? Acha isso importante? Por que?

Secretário de Agricultura da Prefeitura Municipal de Barra do Choça

- 1) Como você vê a relação entre o campo e a cidade no município?
- 2) A implantação da cultura cafeeira no município provocou uma nova estruturação no campo?
- 3) O poder público desenvolve políticas para a fixação do homem no campo? Quais?
- 4) De que maneira as atividades do campo contribuem para o crescimento da cidade?
- 5) Além da cultura cafeeira que outros produtos são produzidos no município?
- 6) Houve um período em que a população do campo migrou para a cidade por falta de condições de sobrevivência no campo. Para você essa migração foi positiva ou negativa? Por que?
- 7) Para o senhor, qual o papel das atividades agrícolas em cidade pequena, como Barra do Choça, para a região?

Problemas que a prefeitura percebe hoje no campo e como ela encara tais problemas

ANEXOS

ANEXO I:
AÇÃO ANULATÓRIA

NOME: **MARIA JOSÉ CABRAL ABOBOREIRA** DATA: **15/01/2010**

DIÁRIO: **DPJ** CONTROLE: **3881** TOTAL PUBLICAÇÕES: **01**

TRIBUNAL PLENO 09

AÇÃO ANULATÓRIA Nº. 0017658-13.2009.805.0000-0 - SALVADOR
AUTOR : MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA
ADVOGADOS : OAB/BA 10276 - MARIA JOSÉ CABRAL ABOBOREIRA E OUTROS.
REU : ESTADO DA BAHIA
RELATOR : DES. ANTONIO PESSOA CARDOSO
D E C I S Ã O

Cuida-se de Ação Anulatória de Ato Administrativo contra suposto ato do Estado da Bahia, por sua Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEL, que implementou a rede GPS neste Estado e resultou na modificação dos limites territoriais entre o autor e municípios de Planalto e Vitória da Conquista, com redução da população, em aproximadamente 30%, e perda da arrecadação de quase quatro milhões de reais, no âmbito de Fundo de Participação dos Municípios.

Assevera que o mapa anterior ao Censo de 2007 retratava a realidade do contingente populacional, verificando-se, inclusive reconhecidamente pela população local, os limites corretos entre o autor e os municípios de Planalto e Vitória da Conquista e que sempre prestou os serviços de educação, saúde e infraestrutura há mais de cinquenta anos, nas localidades agora integradas aos outros dois municípios.

Argumenta que não foi devidamente observada a aplicação do art. 18, parágrafo 4º da CF/88, que estabeleceu as regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; bem como, houve violação do art. 5º, Inc. LV da CF/88, quanto aos princípios do contraditório e ampla defesa e também não se obedeceu ao princípio da legalidade.

Por fim, requer a concessão da antecipação da tutela ou de medida cautelar para que os limites anteriores continuem a valer mesmo com a implementação da rede GPS.

Nos termos do art. 273, parágrafo 7º do CPC, o julgador pode deferir a medida cautelar incidental quando há requerimento do autor e estão presentes os requisitos necessários.

No caso em apreço, nota-se que a modificação foi implementada em áreas cuja administração cabe ao autor, sem a obediência devida ao art. 18, §1º da CF, não sendo informado a qual dos dois outros municípios as mesmas passarão a pertencer; o que faz acreditar que a população, outrora sob os cuidados do autor, encontra-se sem qualquer proteção ou sob a administração ainda do autor, haja vista a notícia de escolas municipais e postos de saúde ali existentes.

Por outro lado, colhe-se da documentação acostada, seja pelos abaixo-assinados, seja pelas cópias da documentações das pessoas que habitam as localidades, que, realmente, suas residências estão localizadas no município autor e que aqueles com idade eleitoral exercem o seu direito de voto também nesta urbe.

Por tais razões, verifica-se o perigo da demora, claramente em favor da população antes normalmente administrada pelo autor e a fumaça do bom direito, porque não se obedeceu ao disposto na Constituição quanto à criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Por outra parte, nunca é demais lembrar a existência das perdas indicadas e que, ainda assim, são oferecidos os serviços de educação e saúde, por exemplo, a cargo do autor.

Desta feita, concede-se a medida cautelar pleiteada para que se mantenha as especificações constantes no mapa anterior à implementação da rede GPS neste Estado, até decisão final nesta ação.

Cite-se o Estado da Bahia, por seu Procurador Geral, e os municípios de Vitória da Conquista e Planalto, por seus representantes legais, para oferecerem suas contestações no prazo de lei.

Notifique-se o IBGE, para que seja utilizado o mapa anterior no próximo Censo Populacional, a ser realizado no ano em curso.

Publique-se.

Intime-se.

Salvador, 14 de janeiro de 2010.

DES. ANTONIO PESSOA CARDOSO

RELATOR

**ANEXO II:
LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DIRETOR DE BARRA DO
CHOÇA/BA**

Art. 1º O Plano Diretor Urbano (PDU) de Barra do Choça é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal e obedecerá aos objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

§ 1º Os objetivos e as diretrizes básicas referem-se ao planejamento municipal nos seus aspectos físicos, ambientais, socioeconômicos e administrativos.

§ 2º São considerados elementos elucidativos e integrantes da presente Lei, os documentos a ela anexos.

§ 3º O PDU é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Art. 2º Os objetivos Gerais do Plano Diretor Urbano são:

I – a melhoria dos indicadores sociais e econômicos do Município;

II – a proteção ao meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população como objetivos indissociáveis;

III – a articulação entre os múltiplos atores sociais como forma de alcançar uma gestão eficaz;

IV – a participação da comunidade no processo decisório através da mobilização, engajamento e capacitação dos atores sociais para gerir e pensar o local;

V – o ordenamento do espaço geográfico de forma a garantir o pleno atendimento da função social da propriedade, de modo a aumentar a eficiência da Cidade;

VI – a integração da sede municipal com seus distritos, fortalecendo a articulação intramunicipal.

Art. 3º São objetivos setoriais do PDU, cujas diretrizes e ações se encontram no Anexo I desta Lei:

I- Econômico

a) Promover a diversificação da atividade econômica, principalmente do setor primário, através da diversificação de culturas consorciadas ou não ao café;

b) estimular a agregação de valor aos produtos locais através de agroindústrias;

c) melhorar a acessibilidade às localidades municipais como forma de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias e estimular a produção;

d) apoiar a consolidação das existentes ou a criação de novas associações produtivas, cooperativas e pequenas empresas como alternativa de geração de trabalho e renda com baixo impacto ao meio ambiente.

II- Social

a) Promover a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural através da descentralização e do atendimento, com qualidade, das demandas dos serviços sociais básicos;

III- Institucional

a) Promover a modernização da gestão municipal através da criação de uma estrutura de planejamento municipal, da adoção de práticas participativas e da integração das secretarias municipais.

IV- Ambiental

a) Recuperar e preservar os recursos naturais do município;

b) promover práticas produtivas sustentáveis ou de baixo impacto ambiental

c) reduzir os impactos urbanos ao meio ambiente com destinação adequada dos resíduos.

V- Urbano e habitacional - promover a elevação da qualidade ambiental urbana através da ampliação de infra-estrutura, do saneamento básico, da oferta de equipamentos públicos e de habitação de qualidade.

Art. 4º Constituem diretrizes gerais da política de produção e organização do espaço geográfico municipal:

I – definir uma estratégia de desenvolvimento que contemple as dimensões econômicas, ambientais e sociais para o Município de Barra do Choça;

II – maximizar o retorno econômico e/ou social de uso dos recursos públicos para a produção de bens e serviços;

III – identificar as oportunidades e os canais de implementação institucional e financeira de investimentos privados ou projetos estratégicos para a produção de bens privados – com potencial de alavancagem e sinergia de modo a garantir o desenvolvimento econômico;

IV – reforçar as funções essenciais e criar uma sinergia a partir dos investimentos feitos na área social, convergindo para alcançar as metas pré-estabelecidas no planejamento;

V – facilitar a competitividade dos mercados, regular suas imperfeições estruturais e intervir diretamente nas suas falhas para promover compensações e/ou eliminar as externalidades negativas geradas na produção e consumo;

VI – assegurar a equidade distributiva dos recursos públicos, especialmente aqueles provenientes da arrecadação fiscal;

VII – o ordenamento e controle do uso do solo, de forma a evitar a deterioração das áreas urbanizadas e a degradação ambiental.

CAPÍTULO II

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DOS CONCEITOS

Art. 5º A Política de Desenvolvimento Municipal deverá atender à função social da propriedade levando em conta:

I – a equidade social na distribuição espacial da infra-estrutura municipal;

II – a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização;

III – a regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas por populações de baixa renda;

IV – a utilização dos recursos ambientais disponíveis, bem como a proteção, preservação e a recuperação do meio ambiente;

V – o aproveitamento e utilização da propriedade privada compatíveis com a segurança e a saúde dos usuários e vizinhos.

Art. 6º Para efeito desta Lei considera-se:

I – Gestão participativa: a existência de canais democráticos de manifestação da sociedade civil, permitindo o acompanhamento dos negócios de interesse da

cidade, a implementação do Plano Diretor, o atendimento às demandas sociais e a sustentabilidade do Plano.

II – Desenvolvimento Sustentável: a compatibilização do crescimento econômico com a conservação da qualidade do ambiente e a melhoria das condições de vida da população.

TÍTULO II

DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO I

DAS PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Art. 7º O desenvolvimento sustentável do Município de Barra do Choça se assenta sobre as seguintes estratégias:

I- fortalecimento das características locais e regionais;

II- equilíbrio entre as atividades produtivas, em especial as vinculadas ao agro-negócio, através da diversificação da produção, da agregação de valores às atividades exercidas no município

III- adoção / aperfeiçoamento de práticas produtivas que reduzam impactos e garantam a continuidade dos recursos naturais existentes.

IV- desenvolvimento sustentável alcançado através da conciliação dos métodos de proteção ambiental, eficiência econômica e equidade social.

Art. 8º. Os projetos urbanos aqui apresentados foram classificados em três categorias:

I- Projetos estratégicos – são aqueles considerados estratégicos, disposto no art. 9º desta Lei, que incidem na área urbana da sede municipal e são apontados como capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico do município, gerar oportunidades de trabalho e estruturar o espaço urbano e municipal;

II- Projetos urbanos estruturantes ou de apoio aos projetos estratégicos – aqueles que incidem na estruturação do espaço urbano de forma a diminuir a vulnerabilidade urbana ou que apresentam perspectivas de desenvolvimento e que assim, direta ou indiretamente, dão apoio aos projetos estratégicos urbanos e

III- Projetos urbanos – são os demais projetos que contribuem para a elevação da qualidade ambiental urbana, melhoria dos serviços públicos e que atendem as demandas registradas pelos grupos comunitários.

Parágrafo único. As Plantas 3 e 4 mostram a localização desses projetos na sede municipal.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PDU

Art. 9º As propostas de intervenção municipal incluem os seguintes Projetos Estratégicos, cujos projetos se encontram detalhados no Anexo II desta Lei:

I- Projeto Estratégico de beneficiamento de café – sede municipal;

II- Projeto Estratégico do Parque de Exposições;

III- Projeto Estratégico de melhoria de estradas municipais

IV- Projeto Estratégico do Eixo Sócio-cultural e Institucional;

V- Projeto Estratégico da Escola Agro-técnica;

VI- Projeto Estratégico de beneficiamento de banana – distrito de Barra Nova.

CAPÍTULO III

DO PARTIDO URBANÍSTICO

Art. 10. O Partido Urbanístico do Município de Barra do Choça se distribui da seguinte forma:

- I- Perímetro Urbano;
- II- Zoneamento Urbano-Ambiental;
- III- Sistema Viário;
- IV- Áreas Especiais.

Art. 11. Ficam estabelecidas como urbanas e de expansão urbana as áreas contidas do Perímetro urbano, traçado com base nas coordenadas geográficas identificadas no Anexo III, bem como, na Planta 1 desta Lei.

Art. 12. O Zoneamento Urbano-Ambiental contempla as seguintes categorias, conforme se encontram no Quadro do Anexo IV, bem como, na Planta 2 desta Lei:

I – Categoria de Preservação – são áreas protegidas por lei em que não é permitida qualquer construção de caráter permanente, são elas:

- a) Zona de proteção Municipal Ambiental (ZPMA) e
- b) Área de Conservação (ZC)

II – Categorias de Uso Sustentável - são compostas pelas seguintes tipologias de Zonas:

- a) Zona de Urbanização Controlada (ZUC), composta por Zonas Residenciais Consolidadas 1 e 2 (ZRC1 e ZRC2);
- b) Zona de Adensamento, composta por Zonas Residencial de Ocupação Prioritária (ZROP); Zona Sócio Cultural Institucional (ZSCI); Zona de Comércio e Serviços (ZCS); Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE); Zona de Uso Misto (ZM);
- c) Zona de Expansão, corresponde às Zonas Residencial de Ocupação Secundária (ZROS) e Zona Industrial (ZI).

Parágrafo único: A tipologia das áreas integrantes das três Zonas mencionadas no caput deste artigo, bem como os seus usos e parâmetros urbanísticos se encontram definidos no Código de Zoneamento e de Parcelamento do Solo do Município de Barra do Choça.

Art. 13. O Sistema Viário envolve o conjunto de vias que desempenham funções de articulação, distribuição e acesso local e atendem a modos de transporte diversos cujas diretrizes e características físicas encontram-se no Anexo V. É classificado, segundo as funções hierárquicas e as características geométricas, serão vejamos:

I- Via Arterial I– caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, atende às maiores demandas de viagem intra-urbana, possibilitando o trânsito entre regiões da cidade, permite acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais. Será composta pelas vias Av. Aurelino Santana, Getúlio Vargas, e Francisco Amorim..

II- Via Arterial II– caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, atende às maiores demandas de viagem intra-urbana, possibilitando o trânsito entre regiões da cidade, permite acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais. Será a Av. Juracy Magalhães em toda a sua extensão. Ela corta a cidade no sentido oeste-leste interligando os bairros de Bom Retiro, Centro, e Bela Vista com os bairros oriundos de loteamentos a leste da cidade, ou seja, aos bairros de Primavera, Ouro Verde e

Barra do Choça

III- Via Coletora I – destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias estruturantes, arteriais, possibilita o trânsito dentro dos bairros da cidade. Será composta pela Rua Israel Tavares, em toda a sua extensão, que estrutura o Bairro de Barra do Choça e a liga diretamente ao Bairro Centro e a área de comércio e de serviço da cidade.

IV- Via Coletora II – destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias estruturantes, possibilita o trânsito dentro dos bairros da cidade. Será formada pelas vias radiais a praça Senhor do Bonfim que estruturam o atual vetor de crescimento da cidade e o bairro mais recente, o Bela Vista, são a Av. Água Fria, a Av. Francisco Amorim, e a Rua Bela Vista.

V- Via Especial - Via exclusiva para pedestres, tipo de via especial, destinada exclusivamente à circulação de pedestres, ocasionalmente pode se caracterizar inclusive como espaço público de lazer.

VI- As demais vias serão de acesso local, caracterizada por interseções em nível, sem semáforo, com baixa capacidade de desempenho, destinada apenas a acesso local ou áreas restritas e deverão ser pavimentadas com paralelepípedos.

Art. 14. As Áreas Especiais são porções do território destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e produção de habitações de interesse social incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e

culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local, compreendendo:

I- Áreas de Risco - Corresponde a área de ocupação habitacional informal de São José no bairro Bela Vista (ocupações em áreas íngremes, com declividade acima de 30%, próxima a via principal de acesso a cidade).

II- Zonas de Interesse Social (ZEIS) - As áreas habitacionais de interesse social, cujas características e diretrizes se encontram no Anexo VI, foram definidas tendo como base a análise da habitabilidade dos bairros no seu sentido mais amplo, portanto levando em consideração as condições do ambiente construído, incluídos aí a questão da propriedade fundiária, a situação de ilegalidade e informalidade, além do nível de inserção da moradia nos benefícios urbanos.

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 15. São compreendidos como subutilizados para fins de parcelamento, utilização e edificação compulsórios, os imóveis que se encontrem nas seguintes situações:

I- terrenos, lotes vazios ou lotes situados nas Zona Residencial de Ocupação Prioritária (ZROP), Zona Residencial de Ocupação Secundária (ZROS), ou que não estejam construídos ou edificados, dotados de infra-estrutura e serviços urbanos, em especial ao longo das avenidas coletoras;

II- terrenos e lotes vazios em áreas densamente ocupadas, Zona Residencial Consolidada (ZRC) em áreas onde haja carência de espaços para implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

III- edificações inacabadas ou paralisadas por mais de cinco anos;

IV- edificações desocupadas ou em ruínas.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos não serão aplicados às áreas de interesse ambiental e nas áreas onde haja restrição à ocupação.

Art. 16. A utilização e a edificação compulsória serão exigidas de proprietários de terrenos ou lotes que se encontrem nas seguintes situações:

I- cuja área seja igual ou superior a estabelecida para a zona onde se localiza e que não sejam necessários para equipamentos públicos;

II- desocupados, em áreas contíguas ao tecido urbano efetivamente ocupado.

§1º Não será exigida a edificação ou a utilização compulsória de proprietário que comprove possuir somente um imóvel situado no Município.

§2º A utilização e a edificação compulsórias também serão exigidas de proprietário de edificações sem utilização e instalações ociosas e em ruínas, nas áreas comerciais e de serviços, adequando-os ao uso permitido na legislação urbanística.

§ 3º A aplicação da utilização e edificação compulsórias poderá dar-se mediante programas de reurbanização ou de revitalização urbana, operação urbana consorciada, consórcio imobiliário ou programas de habitação de interesse social ou, ainda, por integração a lotes ocupados, quando a parcela possuir área inferior à do lote mínimo inferior à zona onde se localiza.

Art. 17. Serão estimulados programas de parceria, consórcio imobiliário e outros que contribuam para a viabilidade da aplicação da utilização e edificação compulsórias em edificações sem uso, com instalações ociosas ou em ruína.

CAPÍTULO II

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 18. O Direito de Preempção confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

§ 1º O Direito de Preempção será regulamentado através de Lei Municipal baseada no Plano Diretor Urbano (PDU) e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§ 2º O Direito de Preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do § 1º deste artigo, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 19. O Direito de Preempção é aplicável nas seguintes situações, além daquelas elencadas na legislação federal:

I- aos terrenos e edificações situadas nas ZEIS e a áreas indicadas em Lei específica em que se venha a instituir plano ou programa para implantação de área de interesse social;

II- áreas e lotes vazios, ou prédios localizados em espaços onde haja carência de equipamentos públicos para o atendimento à demanda atual e futura da população, em planos urbanísticos ou setoriais, Zona Sócio Cultural Institucional (ZSCI);

III- áreas destinadas à implantação ou melhoria de sistema viário, atendendo às indicações de lei específica, aprovando plano de circulação para implantação do sistema viário estrutural;

IV- terrenos lindeiros às estradas de acesso à Cidade, para construção de rótulas e vias marginais e para a ampliação das calçadas;

V- a vazios localizados nas regiões onde o processo de estruturação ainda não esteja consolidado e cujo adensamento seja preferencial e aos espaços em processo de consolidação da ocupação localizados em áreas cujo adensamento populacional deverá ocorrer pelo preenchimento dos vazios urbanos;

VI- a terrenos ou edificações considerados como de interesse histórico-cultural.

VII- recuperação ou proteção ambiental, Zona de Proteção Municipal Ambiental (ZPMA), Zona de Conservação (ZC). Estão incluídas nestas zonas as áreas protegidas pela Constituição da República Federativa, artigo 225 parágrafo 4º, lei federal nº 4.771 de 15/10/65, Código Florestal, e respectivas modificações, a Resolução CONAMA n.º 004/85, Artigo 215 da Constituição do Estado da Bahia, as encostas com declividade acima de 30% e faixas de domínio dos rios, e das linhas de transmissão de energia. Nesta zona não é permitida qualquer construção de caráter permanente.

Art. 20. O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

§ 1º A notificação mencionada no caput deste artigo será anexada à proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§ 2º O Município publicará, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida nos termos do caput deste artigo e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 3º Transcorrido o prazo mencionado no caput sem manifestação, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.

§ 4º Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar cópia do instrumento público de alienação do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias contado da sua lavratura.

§ 5º A alienação processada em condições diversas da proposta apresentada é nula de pleno direito.

§ 6º Ocorrida a hipótese prevista no § 5º deste artigo o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

CAPÍTULO III

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 21. Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

§ 1º São previstas Operações Urbanas Consorciadas (parcerias do setor público e privado) nas áreas: Zona de Comércio e Serviços (ZCS), Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE), Zona Industrial (ZI), e na Zona Sócio Cultural Institucional (ZSCI), o que ocorrer mediante lei específica.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 22. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o Plano de Operação Urbana consorciada, contendo, no mínimo:

I – definição da área a ser atingida;

II – programa básico de ocupação da área;

III – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

IV – finalidades da operação;

V – estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I e II do § 2º do art. 20 desta Lei;

VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

§ 1º Os recursos obtidos pelo Poder Público Municipal na forma do inciso VI deste artigo serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

§ 2º A partir da aprovação da lei específica de que trata o *caput*, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público Municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.

Art. 23. A Lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão, pelo Município, de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação.

§ 1º Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.

§ 2º Apresentado pedido de licença para construir, o certificado de potencial adicional será utilizado no pagamento da área de construção que supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

CAPÍTULO IV

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 24. O direito de construir poderá ser exercido, acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

Parágrafo único: O coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno.

Art. 25. A Lei Municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir e de Alteração de Uso, determinando:

I – a fórmula de cálculo para a cobrança;

II – os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;

III – a contrapartida do beneficiário.

Art. 26. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de Alteração de Uso serão aplicados com as finalidades previstas nos incisos do art. 13 desta Lei.

CAPÍTULO V

ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 27. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I- adensamento populacional;
- II- equipamentos urbanos e comunitários;
- III- uso e ocupação do solo;
- IV- valorização imobiliária;
- V- geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI- ventilação e iluminação;
- VII- paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único: Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, por qualquer interessado.

Art. 28. A aprovação pelo órgão municipal competente, com a anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, de licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos ou atividades privados ou públicos poderá depender de Estudo de Impacto de Vizinhança, em acordo com as exigências estabelecidas no Código de Obras.

Art. 29. A elaboração do EIV será um instrumento básico para a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), disciplinado pela Lei Ambiental Municipal, requerida nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança não substitui o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 30. O Estudo de Impacto de Vizinhança será executado na forma estabelecida no Código Municipal do Meio Ambiente e deverá contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, considerando as diretrizes desta Lei e da legislação específica.

TÍTULO IV

SISTEMA E PROCESSO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SMP)

CAPÍTULO I

DA FUNÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Art. 31. O Sistema Municipal de Planejamento de Barra do Choça (SMP) possui a função de acompanhar e sustentar, em caráter permanente, o processo de planejamento em consonância com as diretrizes do Plano Diretor e organizar a participação no mesmo das representações institucionais e da sociedade.

CAPÍTULO II

DOS COMPONENTES DO SISTEMA E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 32. Integram o Sistema Municipal de Planejamento – SMP:

- I - A Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, responsável pelo planejamento e

desenvolvimento urbano;

II - Os prepostos responsáveis pelo planejamento em cada um dos demais organismos da

Administração do Município;

III - O Legislativo Municipal;

IV - Os organismos de gestão participativa legalmente instituídos;

V - Em caráter especial, os organismos das demais esferas governamentais atuantes no Município.

Art. 33. À Secretaria Municipal de Infra-Estrutura compete:

I - A coordenação do processo de elaboração e discussão do Plano Diretor, articulando os órgãos integrantes do SMP;

II - O acompanhamento e monitoramento da implementação do Plano Diretor, bem como o estabelecimento de um processo permanente de atualização e revisão a cada dez anos;

III - A elaboração dos anteprojetos de lei para alteração da legislação urbanística defluente do Plano Diretor;

IV - O acompanhamento da atualização do sistema de informações do Município – SIM.

Art. 34. Aos prepostos responsáveis pelo planejamento nos demais organismos da Administração Municipal: a articulação com Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, com vistas a contribuir no processo de elaboração e discussão do Plano Diretor, fornecendo informações e subsídios, assim como para compatibilizar os planos, programas e projetos dos respectivos organismos, com as diretrizes do Plano Diretor.

Art. 35. Ao Legislativo Municipal: a apreciação, aprovação e fiscalização do cumprimento dos planos que integram o processo de planejamento.

Art. 36. Aos organismos de gestão participativa: o acompanhamento do processo de planejamento e gestão, no âmbito de suas competências estabelecidas em lei e nos respectivos Regimentos Internos.

Art. 37. Ao Centro de Informações Municipal – CIM a produção, atualização e conservação dos dados, indicadores, bases documentais e cartográficas para a realização do Plano Diretor e das demais peças do planejamento.

Art. 38. Em caráter especial aos organismos das esferas estadual e federal atuantes no Município poderão contribuir no processo de elaboração e discussão do Plano Diretor, fornecendo informações e subsídios, assim como a compatibilização dos planos, programas e projetos dos respectivos organismos, com as diretrizes do Plano Diretor.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Art. 39. Todos os planos setoriais e urbanísticos, bem como as Diretrizes Orçamentárias, o

Plano Plurianual e o Orçamento Anual incorporarão as diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Diretor.

Art. 40. O Plano Diretor terá prazo de vigência indeterminado.

Art. 41. A Revisão e atualização do Plano Diretor dar-se-ão no prazo máximo de cinco anos a contar da data de vigência da lei que o instituir.

§ 1º Qualquer órgão ou entidade integrante do SMP, bem como qualquer associação representativa da população do Município poderá encaminhar ao órgão de planejamento urbano, sugestões, devidamente justificadas, visando à revisão e atualização antecipada do Plano Diretor, as quais serão avaliadas pelo Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (Cmpdu).

§ 2º Uma vez efetuadas a revisão e atualização do Plano Diretor, serão revistos e atualizados os planos setoriais e os planos urbanísticos para subunidades espaciais ou áreas especiais assim designadas no Plano Diretor que tenham parte, ou a totalidade de seus conteúdos, afetados pelas novas proposições.

§ 3º As revisões das normas de ordenamento do uso e ocupação do solo serão feitas mediante lei e sucederão a revisão do Plano Diretor a cada dez anos.

Art. 42. Poderão ser normatizadas mediante decreto do Executivo, com anuência do Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (Cmpdu), as seguintes matérias:

I - A definição de parâmetros aplicáveis aos usos que se pretenda implantar nas áreas especiais, quando não estiverem normatizados em legislação específica;

II - A identificação de edificações, monumentos e obras de interesse de preservação;

III - O tombamento municipal de bens imóveis;

IV - O estabelecimento de parâmetros urbanísticos complementares, não integrantes da lei do Plano Diretor e da legislação dele defluente.

Art. 43. Não serão enquadradas como revisões do Plano Diretor:

I - A regulamentação das normas da Lei do Plano Diretor, incluindo a legislação específica relativa aos instrumentos da política urbana;

II - A aprovação de programas e projetos governamentais;

III - As decisões exaradas em processos administrativos de aprovação de projetos e licenciamento de construções;

IV - Os atos e decisões exaradas em processos administrativos e a implantação de usos enquadrados como especiais;

V - Os atos e decisões exaradas nos processos administrativos referentes ao parcelamento do solo;

VI - O enquadramento das atividades como de uso permitido, tolerado ou proibido.

Art. 44. A divulgação do Plano Diretor e da legislação ambiental e urbanística defluente, será mediante a edição de manuais em linguagem compreensível pelos não técnicos.

§ 1º O processo de atualização e revisão do Plano Diretor envolverá a participação ativa da sociedade.

§ 2º Será precedido de ampla mobilização da sociedade, formando-se um grupo de trabalho com representação da Administração municipal e da sociedade para o fornecimento de contribuições e monitoramento dos trabalhos durante todo o processo, devendo o referido grupo ser extinto quando da aprovação do projeto de lei do Plano Diretor e da legislação a ele vinculada.

§ 3º A Secretaria Municipal de Infra-Estrutura promoverá a divulgação dos documentos analíticos e propositivos, na medida em que forem sendo produzidos, devendo estes ficar à disposição dos munícipes, no Centro de Informações do Município – CIM para consulta ou reprodução por qualquer cidadão;

§ 4º Durante o processo de elaboração, atualização e revisão do Plano Diretor serão realizadas Audiências Públicas em cada um dos bairros da sede municipal e nos povoados, disponibilizando-se o material produzido, com antecedência mínima de trinta dias antes de cada Audiência.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Art. 45. São instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento:

- I - Fundo Municipal Desenvolvimento Urbano;
- II - Centro de Informações do Município - CIM.

Seção I

Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

Art. 46. Ao Fundo Municipal Desenvolvimento Urbano compete a arrecadação de verba para o custeio da execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento ambiental e urbano.

Art. 47. Os recursos do Fundo Municipal Desenvolvimento Urbano constituem-se de:

- I - Otações orçamentárias do Município;
- II - Créditos suplementares a ele destinados;
- III - Provenientes de recursos decorrentes da contribuição de melhoria e da aplicação de outros instrumentos da política urbana;
- IV - Produtos de taxas e preços públicos relativos à aprovação de projetos de construção e de licenças para a realização de atividades;
- V - Produto das multas impostas por infrações administrativas e condenações judiciais;
- VI - Rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;
- VII - Resultantes de doações em dinheiro ou bens móveis ou imóveis que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- VIII - Provenientes de ajuda e ou cooperação internacionais;
- IX - Provenientes de acordos, convênios, contratos e consórcios;
- X - Provenientes de contribuições, subvenções e auxílios;
- XI - Proveniente de operações de crédito destinadas ao desenvolvimento de planos, programas e projetos da Secretaria de Infra-Estrutura;
- XII - Outras receitas eventuais.

§ 1º Os recursos orçamentários, ou não, serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira.

§ 2º A movimentação da conta especial somente poderá ser feita mediante cheques nominais ou ordens de pagamento aos beneficiários;

§ 3º Os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relacionados com o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano serão aplicados pelo Secretário de Infra-Estrutura, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (Cmpdu).

Seção II

Centro de Informações do Município – CIM

Art. 48. Fica criado o Centro de Informações do Município – CIM, como instrumento fundamental de apoio ao planejamento e gestão, entendido como um Balcão de Informações.

Parágrafo Único. O Centro de Informações do Município integra o conjunto de documentos do Plano Diretor Urbano que visa fornecer informações normativas, socioeconômicas, de natureza cartográfica, quantitativa e qualitativa sobre o Município, com o propósito de permitir a avaliação da evolução dos seus indicadores, a partir da implementação do Plano Diretor.

CAPÍTULO V

DOS CANAIS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Art. 49. Os canais de democratização da gestão e serviços de atendimento ao cidadão compõem um sistema de canais que permitam, incentivem e mobilizem a sociedade para a

participação no planejamento e gestão do Município, mediante a institucionalização dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (Cmpdu);

II - Conferência Municipal da Cidade;

Seção I

Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (Cmpdu).

Art. 50. O Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (Cmpdu) organismo de gestão participativa com caráter consultivo e deliberativo, possui as seguintes competências:

I - estabelecer diretrizes e os programas de alocação dos recursos do Fundo Municipal

de Desenvolvimento Urbano;

II - encaminhar e aprovar, anualmente, a proposta de orçamento do Fundo e seu plano de metas;

III - Analisar licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos ou atividades privados ou públicos poderá depender de Estudo de Impacto de Vizinhança;

IV - Analisar matérias a serem normatizadas pelo Poder Executivo constantes no art. 42 desta Lei

Parágrafo Único. O Conselho poderá funcionar com Câmaras especializadas;

Art. 51. O Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (Cmpdu) será composto por representantes do Poder Público, das organizações da sociedade da sede e das áreas urbanas dos distritos e localidades.

Seção II

Conferência Municipal da Cidade

Art. 52. As Conferências Municipais ocorrerão ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocadas pelo Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano ou pelo chefe do Poder Executivo nos seguintes casos:

I- Necessidade de alteração do PDU em virtude de comprovação técnica de efeitos nocivos aos princípios e valores tutelados nesta lei;

II- Alteração importante no projeto de lei aprovado na Conferência Municipal da Cidade.

Art. 53. O Regimento da Conferência Municipal da Cidade será aprovado por ato do Executivo municipal.

Art. 54. São objetivos da Conferência Municipal da Cidade:

I - Dar conhecimento à população do andamento do Plano Diretor;

II - Discutir os problemas e apontar as alternativas de desenvolvimento para o Município;

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 55. O Município deverá, dentro de cento e oitenta dias, ajustar a Lei Orgânica Municipal incorporando o teor das Emendas Constitucionais, em especial da Emenda Constitucional 19, de 5 de junho de 1998, que dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, remuneração de servidores e agentes políticos e controle de despesas e finanças públicas, além das seguintes:

Art. 56. Esta Lei deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Parágrafo único: No processo de revisão do Plano Diretor Urbano (PDU) e na fiscalização de sua implementação, deverão ser garantidos:

I – a avaliação periódica do processo de implementação do PDU;

II – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III – a publicidade e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2006.

Manoel Nascimento Monteiro Costa

Presidente

Antonia da Silva Santana (1ª Secretária)

Juvenal Vieira Dias (2º Secretário)

